

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ - UNIVAS

ANTÔNIO ELDI DE SÁ JÚNIOR

**UM ESTUDO SOBRE A ‘CONSCIÊNCIA ECONÔMICA’ FACE À
TRANSVERSALIDADE, DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO
NORTE DE MINAS GERAIS**

POUSO ALEGRE – MG

2024

ANTÔNIO ELDI DE SÁ JÚNIOR

**UM ESTUDO SOBRE A ‘CONSCIÊNCIA ECONÔMICA’ FACE À
TRANSVERSALIDADE, DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO
NORTE DE MINAS GERAIS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação, Conhecimento e
Sociedade para obtenção do Título de Mestre
em Educação, Conhecimento e Sociedade.**

**Área de concentração: Educação,
Conhecimento e Sociedade.**

**Linha de Pesquisa: Ensino, Linguagem e
Formação Humana**

Orientador: Prof. Dr. Diego Henrique Pereira.

POUSO ALEGRE – MG

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Sá Júnior, Antônio Eldi de.

Um estudo sobre a 'consciência econômica' face à transversalidade,
de professores de uma escola pública no norte de Minas Gerais /
Antônio Eldi de Sá Júnior – Pouso Alegre/MG: Univás, 2024.

181f.:il:graf.:tab.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-
Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade –
Universidade do Vale do Sapucaí, 2024.

Orientador: Dr. Diego Henrique Pereira.

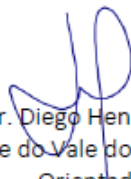
1. Consciência econômica. 2. Educação financeira. 3. Docentes.
4. Transversalidade. I. Título.

CDD – 370

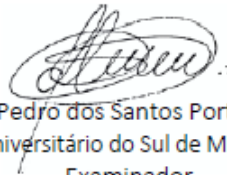
Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa
CRB 6-3538

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "UM ESTUDO SOBRE A 'CONSCIÊNCIA ECONÔMICA' FACE A TRANSVERSALIDADE, DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO NORTE DE MINAS GERAIS " foi defendida, em 25 de junho de 2024, por ANTONIO ELDI DE SÁ JÚNIOR, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98024176, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dr. Diego Henrique Pereira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientador



Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior
Centro Universitário do Sul de Minas - (UNIS)
Examinador



Prof. Dr. Marcelo Augusto Scudeler
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

Dedico a conclusão deste trabalho à minha esposa Lucélia. Ao longo da caminhada, seu suporte irrestrito, sua compreensão e seu amor foram pilares indispensáveis para que eu pudesse concluir meus objetivos. Compartilhar este momento ao seu lado transborda meu coração de alegria e imensa gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade - PPGEduc UNIVAS, obrigado pela oportunidade.

Ao Programa Trilhas de Futuro Educadores da SEEMG, por proporcionar a realização de um sonho.

Aos professores, Dr^a Camila Claudiano Quina Pereira e Dr. Rogério Lobo Sáber, obrigado por acreditar nas minhas palavras e intenções.

Ao Orientador, Prof. Dr. Diego Henrique Pereira, gratidão eterna aos ensinamentos e trocas de experiências. O conhecimento só tem valor se for passado adiante.

Ao Coordenador, Prof. Dr. Atílio Catosso Salles, pela organização e dedicação.

Aos colegas de estudos, Jefferson e Marizélia, “um por todos e todos por um”.

Aos professores do PPGEduc, pelo carinho, dedicação e profissionalismo.

A equipe PROPPES, carinhosamente “galera dos e-mails”, Amanda Figueredo, Alinne Neves e Thalita Mamedes, pelo atendimento tempestivo.

Aos meus alunos da educação básica, que são o real motivo deste trabalho.

A todos os colegas da turma do mestrado, foi um prazer compartilhar as experiências da prática pedagógica.

Aos meus pais e irmãos pelo afeto e carinho.

Às minhas filhas, vocês são a fonte da minha inspiração.

Em especial, à esposa, pelo incentivo, dedicação, companheirismo e compreensão. Serei eternamente grato.

RESUMO

O papel das escolas na disseminação de conhecimentos sobre educação financeira é um tema complexo e multifacetado, com diversas perspectivas e nuances a serem consideradas. Para que as escolas possam contemplar o tema em seus currículos, os professores precisam estar preparados. Diante desse panorama, esta pesquisa busca questionar de que maneira os professores do 3º ano do ensino médio de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, articulam o conhecimento e a disseminação da educação financeira, através de ações pautadas na ‘Consciência Econômica’? O objetivo geral da pesquisa propõe compreender a relação entre o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, bem como os desafios de trabalhar a educação financeira como tema contemporâneo transversal. A pesquisa se qualifica como bibliográfica e pesquisa de campo, sendo utilizado o questionário como instrumento de pesquisa. Tomando como base a importância da ‘Consciência Econômica’ dos docentes para a disseminação da educação financeira, a pesquisa se torna relevante para que se possa pensar em ações pedagógicas que ofereçam condições sólidas para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de compreender a importância do planejamento econômico frente aos recursos que possui. Nesse sentido, a pesquisa revelou a necessidade de aperfeiçoamento do corpo docente, de materiais didáticos adequados e de maior apoio e formação por parte do sistema de ensino, a fim de desenvolver a ‘Consciência Econômica’ dos docentes.

Palavras-chave: consciência econômica; educação financeira; docentes; transversalidade.

ABSTRACT

The role of schools in disseminating knowledge about financial education is a complex and multifaceted topic, with different perspectives and nuances to be considered. In order for schools to include the topic in their curricula, teachers need to be prepared. Given this panorama, this research seeks to question how teachers in the 3rd year of high school at a state public school in the north of Minas, articulate knowledge and the dissemination of financial education, through actions based on 'Economic Awareness'? The general objective of the research proposes to understand the relationship between knowledge and the 'Economic Awareness' of teachers at a state public school in the north of Minas, as well as the challenges of working on financial education as a contemporary transversal theme. The research qualifies as bibliographic and field research, using the questionnaire as a research instrument. Based on the importance of teachers' 'Economic Awareness' for the dissemination of financial education, research becomes relevant so that we can think about pedagogical actions that offer solid conditions for the development of a society capable of understanding the importance of economic planning given the resources it has. In this sense, the research revealed the need for improvement of the teaching staff, adequate teaching materials and greater support and training from the education system, in order to develop the 'Economic Awareness' of teachers.

Keywords: economic awareness; financial education; teachers.

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

O tema que norteia essa pesquisa está presente no cotidiano do pesquisador desde a sua infância. Quando seus pais, por questões pessoais, decidiram encerrar o casamento, vários problemas se tornaram mais evidentes, entre eles a organização financeira familiar. O divórcio dos pais pode trazer à tona diversos desafios, incluindo problemas financeiros e a necessidade de reorganizar as finanças familiares. Esses desafios podem ser estressantes e impactar significativamente a vida cotidiana de todos os envolvidos.

Ainda no ensino fundamental precisou conciliar os estudos e o trabalho informal, com o propósito de gerar renda para suprir suas necessidades básicas. Assim, circundava a cidade onde residia, em busca de clientes que pudessem adquirir os produtos que comercializava, tais como: picolés e coxinhas. Também destinava o seu tempo para lavar carros e, aos finais de semana, atuava na feira livre de sua cidade, carregando as barracas para os feirantes.

A experiência de ter que trabalhar desde a infância para garantir seu próprio sustento certamente contribuiu para o desenvolvimento de habilidades financeiras importantes, como a compreensão do valor do trabalho, a capacidade de gerar renda e a responsabilidade de administrar seu próprio dinheiro. Entretanto, foi na escola, no final do ensino fundamental e no ensino médio, que se deparou com um professor de geografia que lhe possibilitou refletir e entender a importância que os estudos e a educação financeira tinham em sua vida.

As aulas ministradas por aquele docente proporcionaram ensinamentos e experiências que despertaram a vontade de continuar seus estudos para a realização dos seus sonhos. Entre as diversas lições deixadas por aquele professor, destaca-se a forma que ele lidava com o seu trabalho e com o dinheiro. A sua didática ao conduzir as aulas, conectando os conceitos à realidade e necessidades dos estudantes, proporcionou uma experiência de aprendizado imersiva e significativa. Nessa toada, percebe-se que a paixão de um professor pelo ensino pode despertar tamanha conexão e entusiasmo em seus estudantes. A experiência vivida demonstra o poder transformador da educação quando encontra um ambiente propício para florescer.

No ensino médio, o pesquisador se submeteu a um processo seletivo para recenseador do IBGE, sendo essa sua primeira experiência de sucesso em um recrutamento. A bagagem adquirida nas aulas daquele professor, aliada à sua dedicação e entusiasmo, te prepararam para conquistar esse marco importante em sua vida. Ainda inspirado naquela admiração e conectado aos ensinamentos deixados pelo docente, se submeteu ao processo seletivo para ingresso em uma universidade pública, sendo aprovado para o curso de Licenciatura em Geografia, em uma

cidade localizada a 400 km de sua terra natal. Após o encerramento do primeiro semestre do curso de graduação, foi informado pelo seu pai que teria que desistir e retornar para sua cidade, pois não havia possibilidade de custear as suas despesas mensais.

Novamente, a falta de dinheiro foi um desafio significativo em sua trajetória, especialmente ao tomar a decisão de continuar seus estudos universitários em outra cidade. Buscar uma solução para a falta de dinheiro foi uma etapa fundamental nesse processo, encontrou forças para superar essa dificuldade e persistiu em alcançar seus objetivos. Assim, na cidade em que estudava, se submeteu a um novo processo seletivo e foi contratado por uma empresa que prestava serviço para uma instituição bancária, na área de concessão de crédito, a qual atuou durante todo o período que esteve na faculdade.

Em uma sanfona financeira e nas experiências compartilhadas pelo seu professor da educação básica, entendeu a relação do dinheiro (ou a falta dele) na vida das pessoas. Assim, desde que se graduou e se tornou professor de geografia da rede municipal e estadual, planeja suas aulas inspirado nos ensinamentos do seu professor e na resultância que as experiências trazidas por ele refletiram em sua vida e conduziram suas decisões.

Nessa vertente, enquanto educador, o pesquisador entende ser preciso pensar em ações pedagógicas construídas a partir de problemas pessoais e coletivos, que reforcem a integração dos conhecimentos. Em uma história de força, resiliência e determinação em superar obstáculos em busca de seus sonhos, a lembrança da lição aprendida com seu professor na educação básica, em um momento tão desafiador, evidencia o impacto positivo da educação como ferramenta essencial para a construção de um futuro melhor para todos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BRASIL E DE MINAS GERAIS ..	15
2.1 Histórico da economia brasileira.....	15
2.2 Os planos monetários brasileiros e os seus meios de pagamentos	34
2.3 Contexto econômico-financeiro em Minas Gerais e no Norte de Minas	41
2.4 ‘Consciência Econômica’ da sociedade brasileira e seus desdobramentos.....	47
2.5 As gerações e seus consumos.....	55
3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA ESCOLA	62
3.1 Visões e definições da educação financeira.....	62
3.2 Definições de ‘Consciência Econômica’	69
3.3 Relação entre ‘Consciência Econômica’ e a educação financeira, sendo pensada na Escola.....	75
3.4 Projetos educacionais que apontam para a educação financeira	82
3.5 Educação financeira enquanto prática pedagógica transversal na educação básica	89
3.6 Formação e desenvolvimento para agentes da ‘Consciência Econômica’ e educação financeira	94
4 PERCURSO METODOLÓGICO	102
4.1 Material e Método	102
4.2 Resultados e Discussão	109
4.2.1 Caracterização dos participantes da pesquisa.....	109
4.2.2 A percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar	116
4.2.3 Compreendendo a ‘Consciência Econômica’ dos docentes na implementação da educação financeira como tema transversal	137
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE – A QUESTIONÁRIO: PROFESSORES DO 3º ANO ENSINO MÉDIO	174
ANEXO – A PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	179

1 INTRODUÇÃO

O cenário provocado pela pandemia da COVID-19 evidenciou um problema bastante relevante para grande parte da sociedade, a falta de ‘Consciência Econômica’, em que muitas famílias brasileiras passaram por grandes problemas para equilibrar as finanças pessoais. Nesse contexto, compreender elementos básicos como planejamento econômico familiar, reserva de emergência e uma cultura de investimento a longo prazo mostrou ser um comportamento importante para as famílias.

Diante da necessidade de promover uma cultura sustentável sobre ‘Consciência Econômica’, a escola mais uma vez é vista como um dos mecanismos de destaque para difundir esse conhecimento. Para que isso ocorra, a unidade educacional precisa adequar sua proposta pedagógica e criar condições para que os docentes possam inserir na sua prática os temas transversais que versam sobre os aspectos econômicos.

Contudo, estamos diante de um potencial problema que perpassa a formação dos professores. Compreender o que os docentes sabem e de que forma incorporam essa temática no contexto escolar é um passo bastante significativo para levantar e interpretar os possíveis pontos de melhoria ou os pontos fortes dessa estratégia pedagógica.

O professor pode ser o condutor de uma possível estratégia para difundir em grande escala o conhecimento dos sujeitos frente às questões econômicas. Isso poderá proporcionar ao cidadão o senso crítico acerca do cenário econômico, levando-o a compreender as relações de consumo e a planejar e administrar as finanças da família. A partir da compreensão da importância da educação financeira, o sujeito se torna capaz de se posicionar sobre as questões econômicas que influenciam sua qualidade de vida.

Foram vários indicadores que influenciaram as dificuldades financeiras sofridas pela sociedade durante o período da pandemia, destacamos aqui a falta de organização financeira e o planejamento econômico familiar. Não é o propósito dessa pesquisa responsabilizar a sociedade sobre os conflitos vivenciados nesse período, mas refletir acerca da importância de se ter uma ‘Consciência Econômica’ que possa contribuir para que o cidadão tenha uma vida estável, mesmo em momentos de crise.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acompanha a economia de países em desenvolvimento e promove a melhoria de políticas públicas que visam contribuir para o crescimento econômico mundial. Para ela, “Deve-se considerar incluir a educação financeira em programas estatais de bem-estar social” (2005, p. 5, tradução nossa).

Assim, acreditamos que analisar como os docentes compreendem as questões econômicas, que tanto influenciam na vida das pessoas, pode ser o caminho para proporcionar um maior engajamento sobre o tema.

Tal afirmativa evidencia a importância de conhecer a ‘Consciência Econômica’ dos educadores e apresentar dados de pesquisa sistematizados, com vistas à elaboração de políticas públicas que ampliem o conhecimento dos educadores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996, dispõe em seu artigo 2º que a finalidade da educação é “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, cap. 1). Nesse contexto, a importância de ampliar o ensino sobre as questões socioeconômicas para a comunidade escolar pode ser uma ferramenta importante para a ‘Consciência Econômica’ e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania.

O acesso à informação e a formação são fundamentais para que a sociedade desenvolva a criticidade ao tratar dos fatores que influenciam sua vida financeira. Segundo Orlandi, “a formação é que pode resultar na educação social em seu sentido mais forte e definidor de uma estrutura política flexível, de uma formação social suscetível ao dinamismo e à mudança” (2020, p. 70 apud Orlandi, 2014, p. 148), dessa forma, a escola pública pode contribuir significativamente para a formação do sujeito, criando um cenário propício para a construção de uma ‘Consciência Econômica’ que faça sentido aos estudantes.

Para Orlandi, “em uma sociedade do conhecimento, do saber, sociedade da escrita aliada ao desenvolvimento e à divisão, [...] o discurso pedagógico afeta também quem está fora da escola” (2020, p. 70). Com isso, compreende-se que quando o docente se propõe a tratar em sala de aula, de forma transversal ao seu componente curricular, temas do cotidiano, como por exemplo, questões relacionadas à economia familiar, é possível que este conhecimento seja consolidado pelo estudante e compartilhado com os demais membros da sua família, potencializando assim a função social que a escola se propõe, além do ambiente escolar.

As redes de conhecimento e as ações pedagógicas podem oferecer condições sólidas para o desenvolvimento de uma sociedade participativa, que compreende a importância do planejamento econômico frente aos recursos que possui. Nessa vertente, como ponto de partida para as descobertas deste estudo, questiona-se: de que maneira os professores do 3º ano do ensino médio de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, articulam o conhecimento e a disseminação da educação financeira, através de ações pautadas na ‘Consciência Econômica’?

Partindo disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, bem como os desafios de trabalhar a educação financeira como tema contemporâneo transversal. Para o alcance do objetivo geral este estudo se pautará nos seguintes objetivos específicos: mapear a percepção dos professores acerca do conhecimento sobre Economia; relacionar a ‘Consciência Econômica’ dos docentes com o tema contemporâneo transversal (BNCC) que versa sobre o ensino da educação financeira nas aulas do Ensino Médio; promover uma discussão teórica sobre os documentos oficiais que normatizam o trabalho da educação financeira como um tema transversal.

Como suposições/previsões sobre as relações entre os fenômenos que serão investigados, tendo como referência o conhecimento existente e a revisão da literatura, esta pesquisa apresenta as seguintes hipóteses: o professor do ensino médio possui pouco conhecimento sobre economia e educação financeira; o professor não aborda temas relacionados à economia em sala de aula porque não possui formação para tal, não há incentivo à informação sobre educação financeira no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o que pode levar o professor a não se comprometer com o desenvolvimento de sua ‘Consciência Econômica’.

A instituição onde a pesquisa foi desenvolvida é uma escola estadual, localizada em um bairro periférico de uma cidade do norte de Minas Gerais, com 70.699 mil habitantes. Os participantes da pesquisa foram professores das cinco turmas de 3º ano do ensino médio, que ministram aulas dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Inglês, Educação Física, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

No que tange à metodologia, se classifica como pesquisa teórica por se propor a compreender a relação entre o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, bem como os desafios de trabalhar a educação financeira como tema contemporâneo transversal. Quanto à forma de estudo é exploratória e busca oferecer novas hipóteses à situação pesquisada. No que se refere aos procedimentos técnicos, se enquadra como uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que se estabelecem por meio de leituras exploratórias, citadas no Referencial Teórico, legislações pertinentes ao campo educacional, publicadas em meios oficiais pelos órgãos públicos competentes, bem como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada.

Foram aplicados questionários como técnica de interrogação, elaborados pelo pesquisador, partindo das reflexões quanto aos objetivos, ao problema da pesquisa e aos participantes. Simultâneo à aplicação de questionários, foram verificados os documentos oficiais educacionis, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Referência de Minas Gerais, o Projeto Político Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar para compor subsídios para a análise dos dados.

Diversas correntes de pensamento contribuem para o referencial teórico desta pesquisa, os quais fornecem uma base sólida para a compreensão da educação financeira, bem como das relações sociais e econômicas que a envolvem. É importante ressaltar que a área da educação financeira e da ‘Consciência Econômica’ são multidisciplinares e podem se beneficiar de uma variedade de teorias e conceitos, incluindo economia, psicologia, sociologia e educação.

No campo da economia, Giambiagi *et al.* (2011) e Singer (2011) contribuem para a pesquisa fornecendo conceitos e ferramentas para entender o funcionamento do sistema financeiro e os impactos da economia no cotidiano das pessoas. Na psicologia, destacam-se as abordagens teóricas de Piaget (2013), por meio de estudo de fatores psicológicos que influenciam o comportamento financeiro, como, por exemplo, emoções, crenças e hábitos.

Quanto ao campo da Sociologia, evidencia-se a perspectiva de Marx (1980) para possibilitar a análise da relação entre o dinheiro e a sociedade, incluindo questões como desigualdade social, consumo e sustentabilidade. Para destacar as metodologias e estratégias mais eficazes para promover a aprendizagem de conceitos e habilidades financeiras, do campo da Educação, apontam-se as teorias de Freire (2011); De Melo *et al.* (2021) e De Oliveira Cruz (2008).

Importante destacar as contribuições teóricas que abordam assuntos referentes à educação financeira, como: Savoia; Saito; Santana (2007); Campos (2015); Da Silva; Gandara (2021); Hartmann; Maltempo (2021). A combinação dessas perspectivas teóricas, em diversas áreas do conhecimento, pode fornecer uma base sólida para o desenvolvimento individual e social dos sujeitos.

Para o alcance da proposta, esta pesquisa se divide didaticamente em quatro capítulos. O primeiro é esta “Introdução”, que apresenta o contexto geral a ser abordado na pesquisa. O segundo capítulo, “Contexto Econômico-financeiro do Brasil e de Minas Gerais” possui cinco seções: “Histórico da economia brasileira”, “Os planos monetários brasileiros e os seus meios de pagamento”, “Contexto econômico-financeiro em Minas Gerais e no Norte de Minas”, “‘Consciência Econômica’ da sociedade brasileira e seus desdobramentos” e “As gerações e

seus consumos”. O referido capítulo refere-se à situação e às condições atuais da economia e das finanças do país. Engloba uma variedade de fatores e indicadores que influenciam a atividade econômica, o sistema financeiro e as políticas econômicas em vigor.

O terceiro capítulo, “Educação financeira no contexto da escola” está subdividido em seis seções: “Visões e definições de educação financeira”, “Definições de ‘Consciência Econômica’”, “Relação entre ‘Consciência Econômica’ e a educação financeira, sendo pensada na Escola”, “Projetos educacionais que apontam para a educação financeira”, “Educação financeira enquanto prática pedagógica transversal na educação básica” e “Formação e desenvolvimento para agentes da ‘Consciência Econômica’ e educação financeira”.

O referido capítulo traz os conceitos sobre ‘Consciência Econômica’ e da educação financeira, no âmbito desta pesquisa. Aborda a educação financeira na escola como um processo que deve ser construído de forma gradual e participativo, com o envolvimento de toda a comunidade escolar, por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à gestão financeira pessoal e ao entendimento dos conceitos financeiros básicos, a fim de que sejam tomadas decisões financeiras informadas, responsáveis e conscientes ao longo da vida.

O capítulo 4, “Percurso Metodológico”, está dividido em duas seções. A primeira, “Material e método” inicia-se com a apresentação detalhada da metodologia que sistematiza a pesquisa. Na sequência, a segunda seção, “Resultados e discussão”, possui três subseções: “Caracterização dos participantes da pesquisa”, “A percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar” e “Compreendendo a ‘Consciência Econômica’ dos docentes na implementação da educação financeira como tema transversal”.

Nas subseções são examinados e interpretados os dados coletados por meio dos questionários respondidos pelos participantes das pesquisas. Os resultados são apresentados e discutidos, utilizando técnicas e abordagens para extrair significado e conhecimento. Por fim, esta pesquisa se encerra com as “Considerações finais”, as quais trazem de forma resumida os principais pontos e resultados do estudo, bem como as possibilidades de desdobramentos para futuras investigações. É importante destacar que a investigação científica, por sua própria natureza, busca a construção de conhecimento de forma gradual e cumulativa, por meio de um processo contínuo de questionamento, análise e debate.

Esta pesquisa, ao abordar a ‘Consciência Econômica’ de professores e a educação financeira no contexto escolar, se propõe a contribuir para a construção coletiva de conhecimento, oferecendo uma análise crítica e reflexiva sobre as diversas perspectivas e

desafios relacionados ao tema. Em vez de apresentar possíveis verdades, o estudo busca estimular o diálogo e a reflexão crítica entre os diferentes agentes envolvidos na educação. Por meio de uma análise crítica e da discussão construtiva, é possível identificar melhores estratégias para implementar a educação financeira no contexto escolar de forma significativa, promovendo a formação de pessoas mais conscientes e preparadas para lidar com os desafios do mundo financeiro em seu cotidiano.

2 CONTEXTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BRASIL E DE MINAS GERAIS

2.1 Histórico da economia brasileira

A economia brasileira possui um histórico complexo e diversificado, marcado por períodos de crescimento, instabilidade e desafios. Compreender o histórico da economia brasileira é fundamental para entender os desafios e as oportunidades que o país enfrenta e como isso interfere na organização financeira das famílias. Ao analisar os diferentes ciclos econômicos, é possível identificar os fatores que contribuíram para o crescimento e para o desenvolvimento do Brasil, assim como os obstáculos que ainda precisam ser superados.

Conforme o pensamento de Singer (2011) a economia pode se equiparar a uma ciência social que estuda como as sociedades alocam recursos para satisfazer suas necessidades e desejos ilimitados. Analisa como as pessoas, as empresas e o governo tomam decisões em relação à produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Assim, a economia desempenha um papel central na sociedade, pois tende a influenciar a vida das pessoas em diferentes níveis, desde suas finanças pessoais, seu poder de compra e as oportunidades de trabalho até o nível macroeconômico, moldando políticas públicas e o desenvolvimento econômico de um país.

Nessa vertente, a educação econômica da população pode ser o caminho sustentável do ponto de vista financeiro das famílias brasileiras. Conforme De Vasconcellos e Garcia, o objetivo do estudo da ciência econômica é “analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los de forma a melhorar nossa qualidade de vida” (2019, cap. 1). Assim, o contexto histórico-econômico brasileiro pode ser um componente fundamental na interpretação de como a economia brasileira foi construída e como suas variáveis afetam o dia a dia da população e os investimentos na saúde, educação, segurança pública, dentre outros.

A história econômica do Brasil pode ser dividida em várias fases, que refletem as mudanças na estrutura política, social, educacional e econômica do país, ao longo dos séculos. De Vasconcellos e Garcia (2019) reforçam que a economia pode ser compreendida como um conjunto de atividades responsáveis pela extração dos recursos naturais, como a matéria-prima para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços para atender as necessidades da sociedade, proporcionando qualidade de vida e geração de renda.

Em sentido amplo, Singer (2011) indica que o conceito economia também pode ser subdividido, ao menos, em três blocos. No primeiro diz respeito à capacidade do sujeito em saber usar satisfatoriamente os seus recursos financeiros. No segundo, a economia pode ser

compreendida como uma caracterização das atividades econômicas que compõem a matriz empresarial de um país e, por último, a economia vista como ciência que busca compreender a atividade empresarial. Neste sentido, pode-se dizer que as relações econômicas são plurais, os aspectos econômicos podem ser caracterizados como fundamentais em qualquer ambiente coletivo.

No contexto histórico brasileiro, a economia colonial no país está compreendida entre 1500 a 1815. Neste período destaca-se a exploração de matérias-primas (como o pau-brasil e a cana-de-açúcar), a exploração mineral (como o ouro) e a escravidão africana (Giambiagi *et al.*, 2011). A relação entre a economia e a educação no período colonial brasileiro refletia a lógica de dominação e exploração característica desse período histórico, com a educação sendo usada principalmente para manter o controle social e atender às necessidades da elite colonial.

É importante ressaltar que a educação durante o período colonial era restrita em termos de alcance e disponibilidade, com foco na formação religiosa e atendendo apenas a uma elite privilegiada. Desde a época colonial, juntamente à economia, a educação se destaca como uma importante área que interferiu no desenvolvimento social e econômico do período.

A economia colonial, por sua vez, dependia fortemente da exploração dos recursos naturais, como a cana-de-açúcar, e do trabalho escravo africano. Furtado destaca que:

Na etapa mercantil do capitalismo, prevalecia, sim, o artificialismo da política. Cabia ao Estado nacional manter a operação do sistema colonial. Isso incluía fomentar o tráfico de escravos e a escravidão nas colônias e, ao mesmo tempo, criar as condições para a libertação da mão de obra na metrópole, garantir a expansão do mercado nacional, protegê-lo da incursão hostil de outros Estados rivais (2020, p. 12).

Assim, cabia ao colonizador brasileiro gerenciar as explorações dos recursos naturais, potencializar a produção interna de insumos comerciais exportáveis e controlar de forma sistemática qualquer movimento revolucionário que representasse risco à coroa portuguesa. Nesse cenário, mesmo que o Brasil se desenvolvesse economicamente, toda a riqueza seria enviada a Portugal.

Mesmo com a exploração ocorrida no país nesse período, o Brasil acabou sendo beneficiado pelas técnicas agrícolas implantadas por Portugal na exploração e produção de açúcar, o que “tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola” (Furtado, 2020, p. 31). Paralelo às questões econômicas, o acesso à educação continuava restrito, especialmente às classes menos favorecidas. Contudo, a colônia brasileira se destacou por desenvolver um produto valorizado na Europa.

Vale ressaltar que não foi o desenvolvimento agrário que proporcionou à colônia brasileira o crescimento demográfico, mas sim, as riquezas minerais. “Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a construir minoria, e o elemento de origem europeia, maioria” (Furtado, 2020, p. 67). Nesse contexto, a colônia começou a se estruturar demograficamente com elementos fundamentais que posteriormente contribuíram para sua liberdade.

A independência do Brasil em 1822 não configurou uma separação plena dos seus colonizadores. Para Lima (1976), esses países ainda tinham influências importantes no cenário econômico internacional, assim, era preciso manter um canal aberto nas relações econômicas internacionais, a fim de promover a sustentabilidade das nações descolonizadas. Ao longo do tempo, o país passou por grandes transformações estruturais na sua matriz econômica. Assim, o Brasil iniciou uma fase de industrialização e diversificação econômica, mas ainda dependia fortemente das exportações de produtos primários, como o café. Furtado relata que:

À medida que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Essa ligação passa e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência vis-à-vis¹ da Inglaterra (2020, p. 71).

Com a ampliação das exportações do café para os Estados Unidos e parte da Europa, a economia brasileira ficou refém das *commodity*², passando a depender das flutuações do mercado externo entre a oferta e demanda do produto, sendo que qualquer instabilidade no cenário econômico internacional poderia influenciar negativamente as exportações brasileiras.

Com a chegada da crise 1929³, também conhecida como crise da superprodução nos Estados Unidos e na Europa, todas as importações destes países foram canceladas, impactando diretamente a economia brasileira. Dessa forma, “a crise do café paulista e a quebra da bolsa de Nova Iorque precipitaram o estouro dos desajustes econômicos, e as finanças brasileiras ficaram

¹ A expressão, que quer dizer, face a face, ou frente a frente.

² A palavra tem a raiz *common* (comum em português), que define produtos com características semelhantes em qualquer lugar do planeta. Essa acepção engloba produtos agropecuários e minerais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-05/agencia-brasil-explica-o-que-sao-commodities>. Acesso em: 19 abr. 2023.

³ A Crise de 1929 ocorreu com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, o que levou muitos investidores ao suicídio ou às imensas filas de desempregados esperando a distribuição de comida. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2021/10/Historia-06-Crise-de-1929.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

insustentáveis” (Da Silva, 2012, p. 80). Na tentativa de melhorar o preço do café no mercado internacional, o Governo de Getúlio Vargas decidiu queimar as reservas. Essa medida não conseguiu resolver o problema e gerou muitas críticas.

A tentativa de destruir as reservas de café, visando criar uma escassez do produto no cenário internacional, não conseguiu interromper a queda dos preços do produto que afetava diretamente a economia do país. Segundo Furtado (2020), o grão de café tinha grande participação na economia brasileira, sendo a principal *commodity* de exportação para os Estados Unidos e Europa.

A crise de 1929 foi um marco nas economias mundiais, muitas empresas faliram por não conseguir honrar seus compromissos, muitos investidores perderam seus recursos financeiros, as bolsas de valores registraram fortes quedas. Segundo Lima (1976), no Brasil não foi diferente, com vários problemas estruturais da época, a crise mundial potencializou seus efeitos na sociedade brasileira, pelo fato de que grande parte do café produzido era exportado.

Diante desse cenário, foi necessária uma reestruturação no modelo econômico brasileiro. Sobre isso, Da Silva estabelece que:

O governo seguinte, ainda que provisório, introduziu um plano econômico inédito que abrangia a exploração das mais diversas fontes de riqueza do país. Numa combinação de estatismo com privatismo, diversas empresas foram criadas, principalmente no ramo de energia e água. Ainda que fosse favorável a concessões e gerenciamento da iniciativa privada, o Estado tornou sua presença indispensável ao crescimento, e teve o controle de toda economia por meio das agências reguladoras, autarquias e comissões criadas para cada setor (2012, p. 81).

Mesmo que o Brasil estivesse em um momento político caótico, com insegurança jurídica, passando por um momento de transição e inquietação no cenário nacional, Lima (1976) relata que eram necessárias novas diretrizes para a economia brasileira, na tentativa de superar suas limitações e proporcionar novos caminhos sustentáveis, assim coube ao Estado brasileiro fazer investimentos em novas áreas e proporcionar cessões à iniciativa privada.

O período do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) ficou marcado por um momento bastante decisivo do ponto vista econômico, entre as medidas tomadas, destaca-se o processo da industrialização no Brasil. Getúlio Vargas, estava convencido de que este processo poderia destravar a economia do país, gerando empregos, ampliando o poder de compra e potencializando o consumo.

Para Giambiagi *et al.* (2011), outra medida polêmica, mas, na época, necessária para proteger a indústria nacional. O governo de Getúlio Vargas criou o protecionismo alfandegário,

elevando as taxas de impostos dos produtos importados, que chegavam ao território brasileiro com melhor qualidade e mais barato. Ao inibir a circulação destes produtos, o governo queria induzir o consumo aos produtos produzidos pelo país, fortalecendo a cadeia produtiva nacional.

Já no campo educacional, o governo de Getúlio Vargas, realizou reformas significativas, destacando a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, atualmente Ministério da Educação (MEC), estabelecendo um novo modelo de ensino que buscava a universalização do acesso à educação básica, a modernização do sistema educacional e o fortalecimento da identidade nacional. Contudo, as reformas também foram criticadas por serem elitistas, não atenderem às necessidades das classes populares e por reduzir a autonomia das escolas.

Assim, Giambiagi *et al.* (2011) aponta o destaque que a governança de Getúlio Vargas teve para o país. Entre várias medidas, potencializou a produção industrial, principalmente na indústria de base, na exploração da matéria-prima, criando empresas importantes como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás)⁴ e Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras).

Conforme Fonseca e Monteiro (2005), o período compreendido entre 1945 a 1964 ficou conhecido como República Populista⁵, tendo nove ex-presidentes⁶, apenas cinco foram eleitos por meio do voto. Nessa fase, a política brasileira estava bastante conturbada, do ponto de vista ideológico e econômico. Os ex-presidentes com destaque na economia nacional foram Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), segundo mandato de Getúlio Vargas (1951 a 1954), Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e João Goulart (1961 a 1964).

A economia brasileira no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) ficou marcada pela redução do papel do Estado frente às questões econômicas, neste contexto, “as perspectivas que o governo Dutra tinha em seu início foram fundamentalmente determinadas pela ideia de uma rápida reorganização da economia mundial, de acordo com os princípios liberais de Bretton Woods” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 3). Deste modo, ao incentivar a política

⁴ Com exceção da Petrobras, todas as companhias acima foram privatizadas ou tiveram reduzidas a participação do Estado na gestão das empresas.

⁵ A República Populista do Brasil teve início em 1945, com o estabelecimento do Regime de Democracia Liberal, logo após a queda de Getúlio Vargas. O ano foi marcado pela criação dos partidos políticos e pela liberdade de imprensa. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/21/terceiro-periodo-republicano-no-brasil-republica-nova>. Acesso em: 06 set. 2023.

⁶ Os nove presidentes são: Jânio da Silva Quadros, Nereu Ramos, Café Filho, Eurico G. Dutra, Juscelino Kubitschek, Carlos Luz, Getúlio Vargas, Ranieri Mazzilli e João Goulart. Disponível em: <https://www.politize.com.br/presidentes-do-brasil/>. Acesso em: 06 set. 2023.

neoliberal do livre comércio, o Governo criou mecanismos para potencializar as importações de produtos. Na pasta da educação, o ex-presidente Gaspar Dutra não conseguiu desenvolver grandes ações que promovessem uma mudança estrutural.

Não obstante, essas medidas na economia aliada com uma ausência de uma política educacional de qualidade, não proporcionaram um crescimento sustentável, ao ponto de o Governo ter que rever a sua postura, por meio de “mudança na política de comércio exterior, com o fim do mercado livre de câmbio e a adoção do sistema de contingenciamento às importações, entre meados de 1947 e o início de 1948” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 3). Ao realizar essas alterações, a equipe econômica de Dutra proporcionou ao Estado o papel de protagonismo no desenvolvimento econômico do País.

Na sequência, o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951 a 1954), ficou marcado pela forte atuação da oposição, na tentativa de travar as ações do Governo e emplacar as suas ideias neoliberais como modelo econômico do país. No âmbito educacional houve avanços significativos, principalmente na expansão do ensino fundamental e no fortalecimento do ensino técnico (Bittar, Marise; Bittar, Mariluce, 2012). Visando orientar políticas públicas em educação, criou-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Conselho Federal de Educação (CFE) e reformulou o MEC.

Na economia, Vargas já se mostrava tendencioso a optar pelo plano nacionalista em que o Estado, por meio das empresas estatais, promovesse o desenvolvimento econômico. Nesse ponto Fonseca e Monteiro relatam que:

O retorno de Vargas ao poder no início de 1951 representou afirmação de um projeto, claramente exposto na campanha eleitoral pelo então candidato, centrado na industrialização e na modernização agrícola, tendo como ênfase a produção para mercado interno e no qual se reservava ao Estado importante papel de articulador e estimulador (2005, p. 222).

Mesmo adotando um perfil conciliador com os opositores da sua política econômica nacionalista, Vargas não conseguiu apaziguar a parte da sociedade e a classe política defensora do modelo neoliberalismo, “apesar das tentativas de ampliação da base de sustentação por parte dos governos, que em vários momentos lançaram mão de um discurso moderado e conciliatório, nos dois casos as crises econômica e política se aprofundaram” (Fonseca; Monteiro, 2005, p. 217). Tal situação, supostamente, pode ter contribuído para o fatídico caso de suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

Até aqui é possível inferir da história econômica brasileira vários acontecimentos importantes que, possivelmente, contribuíram para a estrutura atual do Brasil. É importante ressaltar que a estrutura atual do país reflete uma combinação de fatores históricos, políticos, sociais e econômicos. A situação financeira da população brasileira é resultado desses diferentes elementos, bem como de políticas governamentais, programas sociais e questões estruturais que afetam a distribuição de renda e as oportunidades econômicas no país.

A população brasileira foi adequando sua condição financeira frente às alterações na estrutura política e econômica do país. Esses marcos históricos da política econômica brasileira dão significados ao modelo atual e ao comportamento econômico da população. Os acontecimentos na política constroem novos líderes, como descreve Giambiagi *et al.* (2011) sobre a trajetória de Juscelino Kubitschek, que, após ser prefeito da cidade de Belo Horizonte/MG (1940 a 1946), consegue se eleger Governador do Estado de Minas Gerais (1951 a 1955). Nesse período contribuiu para a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). De forma ascendente, em 1956 chegou à Presidência da República do Brasil, permanecendo até 1961.

Na esfera educacional, Bittar, Marise e Bittar, Mariluce (2012) descrevem que o governo do ex-presidente, também conhecido como JK, continuou a expandir o ensino fundamental, que passou a ser obrigatório para todas as crianças de 7 a 14 anos. Para implementação da política educacional, melhorou a distribuição de recursos financeiros para a construção de escolas e para a formação de professores, elaborou diretrizes para fortalecimento do ensino superior, criando novas universidades e faculdades em todo o país. Ademais, o governo aumentou os investimentos na formação de professores universitários.

No cenário econômico nacional, o ex-presidente JK apresentou ao Brasil o seu plano de metas com o tema “50 anos em 5”, sendo que “entre 1956 e 1960, as principais metas de ampliação da produção e da infraestrutura econômica, reunidas no Programa de Metas, foram alcançadas, bem como a meta síntese de construção de Brasília” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 44). Sua proposta econômica estava relacionada com o aumento da produção de energia para as montadoras de veículos, com a ampliação das vias de transporte, com o incentivo às indústrias de base e à vinda das multinacionais, bem como com a construção Brasília, que seria a nova capital do país.

Ainda na linha sucessória, entre os ex-presidentes do Brasil, Fonseca e Monteiro (2005) descrevem que a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, abre caminho para que João Goulart assumisse o Governo sob forte resistência a sua posse. A resistência advinda,

principalmente, das Forças Armadas, por compreender que ele teria um viés mais alinhado aos preceitos da esquerda, ou seja, um governo com maior intervenção do Estado na economia e proteção dos direitos dos trabalhadores, por meio de uma política de igualdade social, educacional e econômica. Para acalmar a ascendente rejeição a João Goulart foi criada a figura do 1º ministro que, em tese, reduziria os poderes do ex-presidente. Mais tarde essa medida acabou sendo derrubada por um plebiscito.

Na economia, João Goulart propôs a criação de um plano que reduzisse o índice inflacionário⁷ e as importações, visando potencializar a indústria nacional, gerando empregos e melhorando a distribuição de renda. O plano foi lançado em 30 de dezembro de 1962, com o objetivo de “conciliar crescimento econômico com reformas sociais e o combate à inflação” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 41). Essas medidas, não contribuíram para o desenvolvimento da economia brasileira, prejudicando o Governo de João Goulart.

Com a crise econômica instalada, vários conflitos no governo e uma sociedade polarizada, o então ex-presidente João Goulart sofre o ‘Golpe de Estado’⁸ organizado pelas Forças Armadas do Brasil.

A homogeneidade política do período foi sustentada por um regime de exceção, instituído no país pelo golpe militar que depôs o então ex-presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Castello Branco assumiu o governo em 15 de abril do mesmo ano, com um mandato que se extinguiria em 20 de janeiro de 1967 (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 49).

No período de 1964 a 1973, o Brasil teve três presidentes representantes das Forças Armadas, Marechal Humberto Castello Branco (1964 a 1966), Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1973). Os mandatos relativamente curtos dos governos nesse período, caracterizou-se pela permanência da estrutura política e pelo padrão da gestão econômica do país.

Parte do período que o Regime Militar esteve à frente do Brasil, os indicadores econômicos tiveram uma melhoria substancial na macroeconomia. Fico (2015) descreve que “O governo do general Médici [...] esteve à frente do chamado ‘milagre brasileiro’, como ficaria

⁷ Inflação é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda. A inflação é medida pelos índices de preços. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 09 jun. 2023.

⁸ Expressão usada para designar o ato de força posto em prática pelo próprio governo a fim de se sustentar no poder. Ou o atentado ou conspiração levada a efeito, para derrubar o poder ou governo instituído, compondo outro em seu lugar. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8029-golpe-de-estado>. Acesso em: 20 ago. 2023.

conhecida a fase durante a qual o crescimento econômico do país atingiria taxas muito elevadas” (p. 80). É importante enfatizar que o milagre brasileiro também apresentou desafios e consequências negativas. Embora tenha sido marcado por um crescimento econômico expressivo, é necessário analisar o contexto e as implicações socioeconômicas mais amplas para uma compreensão completa desse período.

A estratégia econômica estabelecida pelo Regime Militar, segundo Veloso, Villela e Giambiagi (2008) tinha três grandes pilares, criar mecanismos econômicos para potencializar as exportações; aproveitar o bom momento da conjuntura externa favorável, principalmente a alta liquidez, para tomar empréstimos e realizar investimentos de infraestrutura; potencializar ações já iniciadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)⁹, implantada no governo de Castello Branco (1964-1967).

Com a alteração do cenário econômico internacional, a escala da inflação, o aumento das taxas básicas de juros e a grande dependência do mercado externo a qual o Brasil se encontrava, foi necessário criar “medidas restritivas, que visavam reforçar o controle sobre os meios de pagamento e o crédito bancário (inclusive os empréstimos do BNDE¹⁰), bem como conter os investimentos das estatais e as despesas com subsídios” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 88). Essas medidas buscavam reduzir o fluxo financeiro e induzir uma recessão controlada.

No campo educacional houve transformações estruturantes que impactaram profundamente o desempenho da escola pública brasileira. O formato de expansão da rede sem o devido planejamento resultou em prédios escolares precários e sem os recursos necessários para o desenvolvimento da educação, uma vez que, a Constituição de 1967 dispensou a obrigatoriedade da União, Estados e Municípios a investirem o mínimo necessário, conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Para resolver o problema da falta de professores devido a forte expansão criou-se a licenciatura curta, com duração de dois anos e meio.

Esse programa, em tese, pode ter contribuído com a precarização na formação docente. Outro ponto de destaque foi a influência significativa do ensino tecnicista, que enfatizava a formação de mão de obra qualificada e a adaptação das pessoas às demandas do mercado de trabalho (Bittar, Marise; Bittar, Mariluce, 2012). Embora o ensino tecnicista tenha cumprido

⁹ O PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo – foi lançado em agosto de 1964, pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, com o intuito de direcionar a política econômica e social do Brasil através de mecanismos político-econômicos de combate à inflação, associados às reformas institucionais (tributária e financeira).

¹⁰ BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atualmente foi acrescido ao nome da instituição o termo Social passando a ser reconhecido como BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

seu papel na formação de mão de obra qualificada para o processo de industrialização, seus impactos negativos na formação integral dos estudantes e na perpetuação das desigualdades sociais o tornaram alvo de críticas contundentes.

A educação no regime militar foi um período marcado por contradições. De um lado, o regime buscava controlar e doutrinar os estudantes. Do outro, havia a resistência de grupos que lutavam por uma educação mais democrática e libertadora. Esse período da história brasileira ensina a importância da liberdade de expressão e da luta por uma educação de qualidade para todos.

Com o fim do Regime Militar e a chegada do processo da redemocratização do país, é indicado à Presidência da República, ainda de forma indireta, Tancredo de Almeida Neves, que veio a falecer antes que assumisse o cargo. Na ocasião foi empossado ao cargo o seu vice, José Sarney de Araújo Costa (1985 a 1990).

Conforme Fico (2015) descreve, a política econômica do Presidente José Sarney era combater os altos índices inflacionários ainda herdado pelas gestões anteriores. Seu governo ficou marcado pela criação de vários padrões monetários que serão objetos de estudos na próxima seção. Para que a economia brasileira voltasse ao crescimento sustentável do Produto Interno Bruto (PIB) era preciso ter um cenário de taxa de juros baixa, para financiar o processo produtivo do país e, conseqüentemente, ter uma demanda de consumo. Entretanto, esse não era o quadro do Brasil, naquele momento.

O Brasil enfrentou uma crise econômica marcada por altos índices de inflação. Para combater a inflação e estabilizar a economia, foram implementados três planos de estabilização: o Plano Cruzado, em 1986; o Plano Bresser, em 1987; e o Plano Verão, em 1989. Conforme Giambiagi *et al.*, “embora frustrantes do ponto de vista do combate à inflação, esses planos colaboraram para que se verificassem momentos de rápido crescimento” (2011, p. 97). A falta de medidas estruturais, como reformas fiscais e ajustes na política monetária, contribuíram para a efemeridade dos resultados positivos alcançados.

Neste período de inflação descontrolada, a sociedade brasileira assalariada sofreu bastante com a alta dos preços, “no momento em que recebia seu salário, o cidadão corria para os supermercados porque, no dia seguinte, seu dinheiro já estaria bastante desvalorizado” (Fico, 2015, p. 114). Os preços nos supermercados eram remarcados diariamente e a moeda brasileira estava em plena desvalorização.

Na esfera educacional, o governo do ex-presidente José Sarney, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, restabeleceu a organização orçamentária, ou

seja, a obrigação dos governos de estabelecerem parte do seu percentual de arrecadação para a educação. Isso configurou um importante passo e um grande avanço em relação aos tempos passados. Foram fixados percentuais mínimos de investimento relacionados às receitas resultantes de impostos, sendo 18% (dezoito por cento) para a União e 25% (vinte e cinco por cento) para estados e municípios (Brasil, 1988). A vinculação de recursos para a educação, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, representa um marco histórico na luta pela garantia do direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

No início da década de 90, o Brasil foi presidido por Fernando Affonso Collor de Mello (1990 a 1992). Seu Governo ficou marcado por ações polêmicas na política econômica brasileira, “o Plano Collor 1, de março de 1990, combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada reforma administrativa” (Souza; Previdelli, 2022, p. 334). Essas medidas visavam estabilizar a economia do país e conter o cenário inflacionário crescente.

As medidas impopulares, como o confisco de poupanças e o congelamento de preços e salários, geraram grande insatisfação popular. Essa insatisfação se manifestou em diversas formas, como protestos nas ruas, painéis e críticas na mídia. Mesmo com a resistência da população, “o Plano Collor I conseguiu fazer com que a inflação baixasse dos 80% ao mês para níveis próximos de 10% nos meses seguintes, ao mesmo tempo, em que a economia sofria uma forte retração” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 141), contudo essas ações não foram sustentáveis, mesmo após a aplicação das medidas austeras, a inflação começou a aumentar novamente no ano seguinte.

Diante desse cenário, a equipe econômica decidiu lançar, em janeiro de 1991, o Plano Collor II. Conforme Sousa e Previdelli (2022), a forte recessão e o descontrole inflacionário, forçaram a equipe econômica a aplicar, novamente, as medidas severas à população, tais como, o congelamento dos salários e preços dos produtos, a redução dos investimentos na infraestrutura e a contenção nas despesas dos órgãos públicos.

No campo educacional não houve protagonismo do governo. É importante ressaltar que o governo Collor foi marcado por uma agenda econômica liberal e medidas de ajuste fiscal, que também afetaram a área da educação. Cortes orçamentários e redução de investimentos impactaram negativamente o setor, limitando o avanço de políticas educacionais mais abrangentes.

No momento complicado de falta de apoio político e de medidas impopulares, de desgaste do Governo por crises internas e políticas, potencializadas pela forte oposição e por denúncias de corrupção, o processo de impeachment se fortaleceu, o que levou o Presidente Fernando Collor a renunciar ao cargo de Presidente antes da conclusão do processo.

Na sequência, em 29 de novembro de 1992 foi empossado o Presidente da República Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 a 1994). No âmbito educacional lançou em 1993 o Plano Decenal de Educação para Todos, focado no ensino fundamental. Propôs o fechamento do Conselho Federal de Educação e a abertura do Conselho Nacional de Educação, ato motivado por problemas de corrupção na aprovação dos cursos de ensino superior.

Assim, deu sequência à missão de equacionar os problemas que assolavam a economia do país. No primeiro momento houve uma série de trocas nos cargos de ministros, como descreve Giambiagi *et al.*:

A pasta do Ministério da Economia, então ocupada por Marcílio Marques Moreira, foi novamente dividida entre o Ministério da Fazenda, assumido inicialmente por Gustavo Krause, e o Ministério do Planejamento, sob o comando de Paulo Haddad. O primeiro, porém, permaneceu apenas dois meses no poder, tendo o segundo assumido a pasta da Fazenda, em dezembro de 1992 e nela permanecendo até março de 1993. Seguiu-se um período de alta rotatividade nos cargos, com destaque para a passagem do futuro Presidente do país como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (2011, p. 142).

Em 1994 foi implantado o Plano Real, em resposta a uma grave crise econômica e hiperinflação que afetava o Brasil na época. A proposta central do Plano Real em sua primeira fase de implantação era estabilizar as contas públicas, reduzir gastos, aumentar as receitas e equacionar o problema inflacionário na economia brasileira. Na segunda fase, fazer o lançamento da Unidade Real de Valor (URV)¹¹ e a terceira, concretizar o lançamento do Real (Fico, 2015). Com a estabilização dos preços, houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas.

O sucesso do Plano Real gerou grande capital político ao Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que ao término do Governo de Itamar Franco, veio concorrer e ganhar as eleições de 1994 e 1998. Ao assumir a Presidência da República, o governo de Fernando Henrique Cardoso, conhecido como governo FHC (1995 a 2002), adotou políticas econômicas

¹¹ A Unidade Real de Valor foi a 'quase' moeda utilizada exclusivamente como padrão de valor monetário (unidade de conta). A URV foi utilizada por quatro meses até o início da vigência do Real, em 1º de julho de 1994. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal> . Acesso em: 28 jun. 2023.

baseadas em princípios neoliberais, implementou uma série de reformas econômicas com o objetivo de promover a estabilidade macroeconômica, atrair investimentos estrangeiros e modernizar a economia brasileira.

Seu governo ficou conhecido pelo “estabelecimento de novas formas de parceria com o setor privado e de um programa reformulado de privatizações” (Cardoso, 2008, p. 82). Essa medida buscava equilibrar as contas do governo com o recurso financeiro originado das vendas das empresas públicas e ampliar a participação do capital externo.

Outro ponto de destaque na gestão do governo FHC foi a consolidação do Plano Real, que contribuiu para estabilização da inflação e proporcionou ao executivo um cenário propício a reformas estruturantes. Conforme Giambiagi *et al.* (2011), esse conjunto de princípios macroeconômicos herdado da equipe econômica de FHC, que vigora até o momento, é composto por taxa de câmbio flexível, regime de metas para controle da inflação e superávit primário do governo. Essas medidas contribuem para uma possível previsibilidade das contas públicas.

No campo educacional, durante seus mandatos, o governo, via congresso nacional, aprovou a LDB, sendo a primeira lei emanada dos educadores, uma vez que as anteriores originaram apenas do executivo. Criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Dissociou o ensino médio do ensino profissional, reorganizou o ensino superior, redefiniu as mantenedoras, diferenciou as instituições de universidade de ensino e de pesquisa. Realizou a montagem do Sistema Nacional de Avaliação e transformou o INEP em autarquia federal de avaliação brasileira. Por fim, articulou o Plano Nacional de Educação que vigorou de 2001 a 2011 (Gois, 2018).

Em 2002, com a liderança do ex-metalúrgico e líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, nas pesquisas de intenção de votos à presidência da república, criou-se um cenário de incerteza sobre a economia do país, haja vista seu posicionamento contrário às políticas econômicas de FHC, seu antecessor, e sua visão ideológica voltada ao socialismo, ligada aos partidos de esquerda. Sobre isso, Giambiagi *et al.*, dispõem:

Havia dúvidas, porém, sobre até que ponto esses compromissos seriam mantidos pelo governo seguinte. A desconfiança aumentou ao longo de 2002, no calor da campanha eleitoral. Em que pese análises que procuravam fugir ao pessimismo, muitos observadores internacionais temiam a decretação de alguma forma de moratória em 2003, no contexto da adoção — que alguns julgavam certa — de políticas populistas por parte de um novo governo, encabeçado pelo PT (2011, p. 198).

Em 2002 foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, sendo reeleito em 2007. O resultado dos dois mandatos à Presidência da República no período de 2003 a 2011, evidenciou o equívoco do mercado ao analisar precocemente as medidas projetadas pela equipe econômica. Destaca-se que o referido período foi beneficiado pela conjuntura econômica externa, principalmente pela bonança nas exportações das *commodities* (Curado, 2011). Assim, durante os dois mandatos, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico e redução da desigualdade social. O governo Lula implementou políticas econômicas e sociais que foram amplamente elogiadas por seus resultados, contrariando algumas previsões iniciais.

Entre as políticas sociais, destaca-se o Bolsa Família, que ajudou milhões de famílias em situação de pobreza a terem acesso a uma renda básica e o programa Minha Casa Minha Vida, que proporcionou moradia digna para muitas famílias de baixa renda. Além disso, houve investimentos significativos em infraestrutura, como estradas e energia, e programas de inclusão educacional e universitária, como o PROUNI e o FIES. Essas medidas contribuíram para reduzir a desigualdade social e melhorar as condições de vida de muitos brasileiros.

Para Curado, o governo Lula mostrou-se bastante eficiente ao retomar o crescimento econômico. Entre 2003 e 2008 “a taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% a.a., praticamente o dobro da observada no período imediatamente anterior.” (Curado, 2011, p. 92). No entanto, é importante ressaltar que as políticas adotadas durante esse período também foram objeto de críticas e controvérsias. Alguns argumentam que houve aumento da dívida pública e que algumas políticas econômicas poderiam ter sido mais prudentes.

No âmbito educacional o presidente Luiz Inácio conseguiu a aprovação do ensino de 9 anos; implementou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que substituiu o FUNDEF, ampliando o financiamento a toda educação básica; instituiu o piso salarial nacional dos professores; reorganizou o Programa Brasil Alfabetizado na educação de jovens e adultos (EJA); corrigiu a distorção que separava o ensino médio do ensino técnico profissional, com a criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFET).

Constituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ampliou mais vagas no ensino superior; implantou o Programa de Universidades para Todos (PROUNI), que possibilitou aos jovens de baixa renda estudarem em instituições particulares de ensino superior; introduziu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para mensurar a qualidade do ensino ofertado na educação básica e, por fim, criou o Plano Desenvolvimento da Educação (PDE), cuja

finalidade é a integração dos vários programas e ações, buscando melhorar a organização do Sistema Nacional de Educação (Gois, 2018).

Os resultados das duas gestões do Presidente Lula proporcionaram ao Partido dos Trabalhadores, vasto capital político, que pode ter contribuído com a vitória da candidata Dilma Vana Rousseff, nas eleições de 2010 e 2014. A presidenta se tornou a primeira mulher brasileira a assumir o posto mais importante do país.

Segundo Bastos (2017), no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2014) foram criadas várias diretrizes econômicas que beneficiaram o setor produtivo privado do país. Essas medidas direcionaram para a redução dos custos ao segmento e proporcionaram condições de um crescimento econômico sustentável, capaz de gerar emprego e renda aos trabalhadores, o que, conseqüentemente, aumentou a demanda de consumo por produtos industriais. Ao adotar essa postura mais alinhada ao discurso dos seus adversários políticos que representavam os interesses neoliberais, o Governo da Dilma Rousseff procurou fazer uma sinalização ao setor privado da economia brasileira. Assim, Bastos descreve que:

Paradoxalmente, a política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff tinha atendido a várias das bandeiras defendidas pela FIESP ao longo dos anos, no que se chamaria de “nova matriz econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada (2017, p. 3).

No cenário econômico internacional, Dilma Rousseff não conseguiu manter o mesmo desempenho manifestado pelo seu antecessor, e, com isso, “o Brasil foi perdendo protagonismo da política global e seus movimentos assumiram um caráter reativo. Essa mudança sofreu influência da conjuntura econômica internacional e da situação econômica interna, assim como da nova dinâmica do processo decisório” (SARAIVA, 2014, p. 25). Nesse período a economia mundial ainda sofria os efeitos provocados pela crise financeira de 2008.

No âmbito educacional, o governo prosseguiu as políticas educacionais do presidente anterior, ampliando a abertura dos IFETs. Criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), proporcionando uma parceria entre o público e o privado na ampliação e no oferecimento de cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação. Expandiu o Programa Brasil Profissionalizado, com o fortalecimento da educação profissional e tecnológica, integrada ao

Ensino Médio, nas redes estaduais. Destinou cursos gratuitos, por meio do projeto de Serviços Nacionais de Aprendizagem, do sistema S, para beneficiar as pessoas de baixa renda.

A vista disso, ampliou os benefícios com o Bolsas-Formação, com destino de material didático, auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos estudantes. Para reforçar os subsídios financeiros, destinou para o MEC, parte do dinheiro do pré-sal, descoberto em 2006. Criou o programa Ciência sem Fronteiras, para estimular a integração da formação e produção acadêmica com o exterior, em especial nas áreas tecnológicas. Potencializou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), tendo como objetivo o incentivo à docência em áreas específicas, com maior escassez de professores para a educação básica.

Nessa linha de incentivo ao ensino básico no país, ampliou o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), visando a formação de nível superior aos professores que estavam atuando em sala de aula. Por fim, em 25 de junho de 2014 sancionou a Lei nº 13.005, que trata das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2015).

No seu segundo mandato (2015 a 2016), a Presidente Dilma Rousseff realizou “um ajuste fiscal e monetário abrupto que surpreendeu muitos dos que, em sua base eleitoral, acreditaram em suas críticas de campanha” (Bastos, 2017, p. 3). Enfraquecida pelo desgaste político, potencializado pelas medidas econômicas impopulares, pela crise interna no governo e pela crescente escalada da oposição, criaram uma narrativa para destruí-la.

Em agosto de 2016 a Presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment*¹². A primeira mulher a conseguir chegar ao cargo máximo da nação, teve seu mandato encerrado por um processo político (Bastos, 2017). Em 31 de agosto de 2016, de forma definitiva, o Vice-Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia assume o Governo, tornando-se o 37º Presidente da República Federativa do Brasil.

O Governo de Michel Temer na economia brasileira ficou marcado pela tentativa de equilibrar as contas públicas, ou seja, proporcionar o equilíbrio fiscal. Segundo Cavalcanti e Venerio (2017), essa medida tinha como principal objetivo atender o setor privado do país, pois buscava reduzir a participação com gastos públicos em diversas áreas, a reestruturação dos

¹² Termo inglês que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do cargo de presidente da República. O *impeachment* é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/impeachment> . Acesso em: 13 set. 2023.

planos da previdência social, a desindexação do salário-mínimo, a inflação e proporcionar juros subsidiados mais baixos ao setor produtivo.

Considerando a situação macroeconômica, que passava por sérios problemas, como o descontrole da inflação, o alto índice da taxa básica de juros, o desequilíbrio fiscal e, aproveitando a chegada de um novo Governo, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, a equipe econômica do Presidente Michel Temer lançou a proposta que ficou conhecida popularmente como o “teto de gasto”. Conforme explica Horta e Giambiagi:

Em vista da forte deterioração fiscal observada nos anos anteriores, e sendo ela uma das principais causas da crise econômica, pode-se dizer que o principal pilar das reformas do governo de Michel Temer foi o fiscal. Nesse sentido, logo nos primeiros dias de sua gestão, foi proposta a adoção de uma regra fiscal para o teto de gasto (também chamado de Novo Regime Fiscal), por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, entregue ao Congresso Nacional em junho de 2016 e aprovada, finalmente, em dezembro de 2016 (2018, p. 16).

O regime fiscal, estabelecido na gestão do presidente Michel Temer, previa o equilíbrio das contas do governo, e a harmonização dos gastos públicos com as previsões das receitas. Essa medida possivelmente afetou todos os ministérios, em especial, a educação, dificultando as políticas educacionais, sobretudo aquelas que respondiam às metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Entretanto, conforme o pensamento de Cavalcanti e Venerio (2017), o desenvolvimento econômico brasileiro está condicionado às reformas estruturantes, seja do ponto de vista previdenciário, administrativo, projetos de distribuição de renda e trabalhista. As medidas propostas no período, tanto pelo executivo como pelo legislativo, buscavam o equilíbrio fiscal das contas públicas. Mesmo estando o país em grandes desafios socioeconômicos, o discurso neoliberal prevaleceu no cenário político e mapeou o caminho das próximas eleições presidenciais.

Com o auxílio das redes sociais para se comunicar diretamente com seus eleitores e propagar suas ideias e propostas, Jair Messias Bolsonaro venceu as eleições de 2018, para um mandato de 4 anos (2019 a 2022). Ao longo da campanha, Bolsonaro adotou um discurso baseado em algumas premissas econômicas neoliberais, como a defesa da redução do tamanho do Estado, a simplificação do sistema tributário e a atração de investimentos estrangeiros. Ele também prometeu combater a corrupção, uma das principais demandas da população brasileira na época, e defender uma agenda ultraconservadora em questões sociais e culturais.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro coincidiu com o seu antecessor em muitos aspectos “caracterizando uma continuidade entre a política econômica dos dois governos” (Oreiro; Paula, 2019, p. 3). A proposta da equipe econômica era conferir fluidez aos segmentos produtivos do país, focando no aumento do PIB e no aumento das exportações, uma vez que a moeda brasileira estava bastante desvalorizada, em comparação ao dólar comercial. Nesse contexto, a balança comercial apresenta um superávit por produzir ao custo da moeda nacional e vender no mercado internacional ao preço do dólar comercial. Oreiro e Paula explicam que, a partir do governo Bolsonaro,

houve uma mudança profunda na condução da política econômica, adotando-se explicitamente uma agenda ortodoxa-liberal. Esta agenda tem direcionado a economia para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária, etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa: uma política monetária mais conservadora (sob argumento de “ancorar expectativas inflacionárias” dos agentes), uma política fiscal contracionista (implementação do teto de gastos com base no argumento da “contração fiscal expansionista”), e uma política cambial mais flexível (2019, p. 2).

A equipe econômica do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura direcionada ao liberalismo econômico, que tem por definição a priorização no desenvolvimento da atividade privada, limitando o papel do Estado na economia do país. Assim, o governo forcejou em aprovar os projetos, que, em tese, iriam provocar o crescimento do país.

Neste sentido, começaram a elaborar as propostas sobre reformas nas leis trabalhistas, regime previdenciário, reforma administrativa e tributária, mas de fato só efetivou a reforma trabalhista, que, supostamente, modernizaria e agilizaria o processo de contratação de funcionários, bem como corrigiria situações não amparadas pela legislação atual. Todavia, seus efeitos para a classe trabalhadora brasileira resumiriam em redução de direitos descritos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Outro ponto marcante na economia brasileira, no período do governo do ex-presidente Bolsonaro, foram os *lockdowns* provocados pela pandemia da COVID-19. Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), os governadores iniciaram uma luta para diminuir a contaminação, o que levou à suspensão de todas as atividades consideradas não essenciais. Tal medida impactou fortemente, os indicadores econômicos do país.

No contexto educacional, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro teve uma abordagem que pode ser compreendida como refutável em relação à educação. Durante seu mandato, houve várias mudanças e polêmicas no setor educacional. Em quatro anos de governo

o MEC passou por várias trocas de ministros, essa instabilidade dificultou a continuidade e implementação de políticas educacionais consistentes. Outrossim, houve uma redução significativa nos investimentos em educação, cortes orçamentários que afetaram universidades federais, institutos de pesquisa e programas educacionais.

Em 2019, foi aprovada a reforma do Novo Ensino Médio, que introduziu mudanças na estrutura curricular, flexibilizando o currículo, permitindo que os estudantes escolhessem algumas disciplinas de acordo com suas preferências e interesses. A implementação dessa reforma tem sido lenta e enfrentando desafios. Por fim, foi realizada a homologação do Parecer CNE/CP n. 22/2019, que atualizou as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e instituiu a Base Nacional Comum para a formação inicial de Professores.

Já no final do mandato, o Presidente Jair Bolsonaro disputou a reeleição com seu principal adversário político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2 de outubro 2022 acontece o primeiro turno das eleições gerais, com a vitória do ex-presidente Lula, repetindo o feito no segundo turno em 30 de outubro 2022, assim foi conduzido ao 3º mandato como Presidente da República Federativa do Brasil, o candidato Luís Inácio Lula da Silva (2023 a 2026).

Com uma proposta econômica direcionada a melhorar a distribuição de renda no país, o governo Lula propõe: a valorização dos trabalhadores com a correção do salário-mínimo acima da inflação; a retificação da reforma trabalhista; a elaboração de uma proposta da reforma tributária; a destituição do teto dos gastos públicos, por entender que essa lei era nociva à população que precisava dos serviços do Estado; a reestruturação dos programas Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC).

Por fim, o histórico-econômico brasileiro apresentado indica que o país passou por diversas transformações que impactaram, ao longo do tempo, a vida das pessoas. Compreender como os fatores econômicos influenciam o poder de compra, a qualidade de vida, a empregabilidade e a sustentabilidade financeira podem contribuir para uma leitura crítica da sociedade frente ao contexto histórico de cada época e para a redução do consumismo exacerbado.

Nesse sentido, promover uma ‘Consciência Econômica’ sustentável no Brasil envolve a educação financeira e o acesso a informações claras sobre a economia e as políticas econômicas. Isso permite que os cidadãos compreendam melhor as dinâmicas econômicas, tomem decisões financeiras mais informadas e participem ativamente do processo econômico.

Assim, na próxima seção será abordada a evolução das moedas e o fácil acesso aos meios de pagamento.

2.2 Os planos monetários brasileiros e os seus meios de pagamentos

No contexto histórico brasileiro, os planos monetários e os meios de pagamentos sofreram transformações significativas que impactaram a vida das pessoas. No passado havia pouca liquidez de moedas, o que comprometia o pagamento por esse mecanismo. Com a evolução do sistema monetário, o Brasil aumentou a circulação de dinheiro físico e virtual (Leitão, 2011).

O sistema monetário do Brasil é composto por moedas e dinheiros. Esses são equiparados a um valor monetário e são responsáveis por efetuar o pagamento de produtos, serviços e investimentos. Cada moeda possui um contexto histórico, geralmente a sua criação ou alteração está ligada a um fator marcante na economia. É possível depreender que as moedas possuem dois valores, o valor monetário que expressa o poder de compra e o valor histórico que pode ser determinado pela época em que foi cunhada, sua raridade e a história associada a ela.

Ao longo da história o Brasil passou por vários planos monetários, conforme descrito na seção anterior, cada plano tinha uma finalidade específica na economia. Os governos, ao longo da história, criaram diversos planos para atender as especificidades de cada momento econômico. Observa-se que, em tempos de inflação alta, há elevação da taxa de juros, visando reduzir o consumo e provocar uma recessão induzida. Quando a inflação está dentro da meta, a taxa de juros é reduzida, proporcionando um aumento no consumo.

O Brasil teve uma história complexa em relação aos planos monetários e aos meios de pagamento. Conforme a economia do país sinaliza os pontos de melhoria, a equipe econômica cria diretrizes para dirimir os potenciais problemas. Assim, cabe à população compreender esses cenários para tomar as melhores decisões financeiras.

A primeira moeda que circulou em território brasileiro foi o Real Português. A coroa Portuguesa utilizava a mesma moeda em suas colônias, cujo objetivo era demarcar território e enaltecer a expansão nas terras conquistadas (Leitão, 2011). Nesse período também foram utilizadas outras moedas não oficiais da coroa e outros meios de pagamentos.

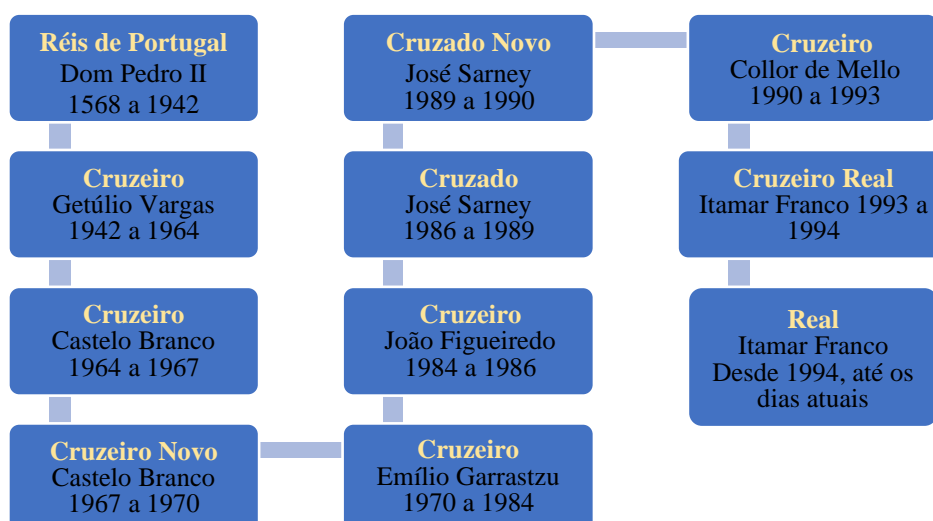
Para que o Brasil chegasse à moeda atual, o Real, vários planos monetários foram criados ao longo da história financeira. Cada alteração monetária projetava resolver um desvio macroeconômico, na maioria dos casos, os fatores estavam ligados ao controle da inflação.

Se recuarmos mais na história, a tendência será concluir que a inflação é velha como o Brasil. D. João VI cunhando moedas para financiar o gasto da Corte que desembarcou em crise; D. Pedro fabricando dinheiro para financiar a Independência proclamada na penúria foram fatos fundadores da velha sina do tormento monetário. A República produziu ao nascer uma crise inflacionária que o país jamais esquecerá: o encilhamento (Leitão, 2011, n.p).

A impressão de dinheiro parece ser uma medida simples para resolver o problema de liquidez¹³ de um país, entretanto, tamanha facilidade gera graves consequências à economia. Amparado no que se denomina Teoria Quantitativa da Moeda, o equilíbrio entre a oferta de moeda e a produção de bens e serviços é fundamental para evitar as consequências negativas da impressão excessiva de dinheiro e garantir a estabilidade econômica.

Tradicionalmente o Brasil tem conseguido controlar a inflação, mesmo em eventos esporádicos que influenciam o desequilíbrio, fazendo com que os índices fiquem fora da meta e comprometam o crescimento do PIB, devido ao aumento dos juros. Por assim pensar os governantes, ao longo de vários Governos tivemos vários planos monetários, conforme linha do tempo na figura, a seguir:

Fluxograma 1: Planos monetários e governos



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme informações do Banco Central do Brasil (2023)

¹³ Liquidez é a facilidade de um ativo ser transformado em dinheiro sem perdas significativas em seu valor. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/liquidez/>. Acesso em: 14 set. 2023.

Nesse contexto, é possível inferir que a economia brasileira passou por diversas transformações nos planos monetários nos mais diversos Governos brasileiros. Os valores financeiros das moedas eram adequados às necessidades apresentadas pelos fatores macroeconômicos da época.

Segundo Giambiagi *et al.* (2011), as prioridades da política econômica são dinâmicas e variam de acordo com as mudanças no panorama político, com as tendências da economia global e com os desafios econômicos específicos de cada conjuntura. Nesse sentido, a ‘Consciência Econômica’ da população brasileira pode ser fundamental na compreensão dos fatores macro e microeconômico que podem influenciar na administração financeira, pessoal e familiar da sociedade.

Destaca-se a evolução significativa dos meios de pagamentos, ao longo dos anos. Mesmo sendo o dinheiro a ferramenta monetária principal para a economia, outros mecanismos de pagamentos também são utilizados, como, por exemplo: cheque, boletos bancários, cartão de crédito, transferências digitais, interbancárias, criptomoedas, redes sociais e o mais recente, o Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX). Dessa maneira, os meios de pagamento ganham capilaridade, que, em tese, potencializa o consumo, pela facilidade em efetuar os pagamentos por vias digitais.

Por um longo período, o cheque esteve em evidência como um dos meios de pagamento utilizados no Brasil, entretanto, “tem perdido espaço na preferência do cliente bancário, com o crescimento exponencial dos meios eletrônicos de pagamento” (Mompean, 2016, n.p). Sua utilização se dá para pagamento à vista ou nas compras a prazo (conhecida como cheque pré-datado), ou seja, após a negociação com o fornecedor ou prestador de serviços, o cliente preenche o cheque, conforme o prazo combinado no ato do pagamento.

Vale ressaltar que o Banco Central do Brasil não reconhece o cheque pré-datado. O parágrafo único, do artigo 32, da Lei 7.357, de 2 setembro 1985¹⁴, dispõe que os cheques devem ser pagos no momento da apresentação ao banco, independente do acordo firmado entre as partes (Teixeira, 2014). Já os boletos bancários são usados no território brasileiro há quase 30 anos, desde o seu lançamento, pela Circular nº 2.414, de 07 de outubro de 1993. São utilizados

¹⁴ Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7357&ano=1985&ato=8c7oXS65keBpWT4ad>. Acesso em 16 fev. 2024.

tanto nas vendas realizadas por empresas físicas, quanto pelas vendas *on-line*, para dinamizar o processo de pagamento.

Ao tempo do vencimento, o banco promove a cobrança do crédito mediante a expedição de boleto bancário, que não se trata de um título de crédito, mas sim um aviso de cobrança ao devedor que tem a facilidade de permitir sua quitação por meio da rede bancária física, caixas eletrônicos ou pela internet. [...] Vale destacar que, a emissão e o pagamento de boletos bancários tornaram-se uma prática corriqueira no comércio, ou seja, usos e costumes. Usos e costumes são práticas continuadas de determinados atos pelos agentes econômicos, que são aceitas pelos empresários como regras obrigatórias. Eles vigoram quando a lei não possui normas expressas para regular o assunto (Teixeira, 2014, p. 338).

Há possibilidade de o boleto bancário ser visto como um mecanismo de segurança na comprovação do pagamento. Quando é realizado dentro da agência bancária, gera um código de pagamento, registrado no próprio boleto. No caso de pagamento virtual, é gerado um comprovante à parte, que pode ser anexado ao boleto pelo usuário.

Outro meio de pagamento muito utilizado é o cartão de crédito. Ele utiliza um crédito pré-estabelecido pelo emissor, como medida de segurança e sustentabilidade do crédito, esse valor fica associado à capacidade de pagamento, comprovada pelo usuário perante a instituição. Sobre o cartão de crédito, Cernev (2017) estabelece que “ao longo de quase sete décadas seguintes, a proposta inicial evoluiu para um complexo e sofisticado ecossistema de pagamentos, separando as funções de emissor de cartões, credenciador de estabelecimentos e intermediador de rede” (p. 43). Contudo, a praticidade desse meio de pagamento requer do usuário um controle sistemático dos gastos mensais para não comprometer a renda.

Vale ressaltar, a necessidade do usuário de compreender a dinâmica geral sobre o funcionamento do cartão crédito, como aplicação das taxas de juros, parcelamento, taxa anuidade, pagamento total e mínimo. Nesse contexto, a educação financeira pode ser entendida como uma medida fundamental no gerenciamento das finanças pessoais, bem como nas formas de pagamento das despesas. A educação básica poderá contribuir para a formação de uma sociedade capaz de deliberar decisões conscientes, do ponto de vista financeiro.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça que “a sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo às questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender” (Brasil, 2018, p. 14). Essa percepção para as necessidades do mundo contemporâneo pode ser um caminho árduo, mas importante para as novas gerações, haja vista que, o ensinar para vida também é missão da escola.

O mundo está em constante transformação, a globalização proporcionou acesso a vários aparelhos tecnológicos e possibilitou a conexão instantânea dos usuários às suas contas bancárias, “as pessoas estão utilizando seus dispositivos móveis como smartphones, relógios e pulseiras esses dois últimos chamados também de wearables¹⁵, para trocar de dados, inclusive para transferências financeiras” (Leão; Sotto, 2019, p. 222). As facilidades dos meios de pagamentos e movimentações financeiras podem ter como consequência, a ampliação do consumo.

Com o avanço da tecnologia no sistema financeiro nacional, os meios de pagamento digitais têm ganhado espaço. Esse fator pode ser explicado pelo surgimento dos bancos digitais, que oferecem aos seus usuários um leque de oportunidades sobre meios de pagamentos digitais, gratuitamente. Essas facilidades encontradas nos meios de pagamentos reforçam a necessidade de ampliar a educação financeira em escala nacional, de forma a contribuir no uso crítico e consciente desses mecanismos.

O avanço da tecnologia e a crescente digitalização dos serviços financeiros têm impulsionado o desenvolvimento de novas formas de realizar transações financeiras. Outro ponto que merece destaque são as moedas digitais que têm ganhado capilaridade como meios de pagamentos em alguns países. Mesmo com a falta de regulamentação no Brasil e em vários países, as criptomoedas têm se colocado como uma das alternativas para meios de pagamento no presente e, potencialmente, no futuro. Para Cernev,

recentes inovações em meios de pagamento podem se difundir no Brasil, em um futuro próximo, como as criptomoedas (*bitcoins*) e os serviços de pagamento integrados a aplicativos de mensageria (WeChat e os recém-anunciados pagamentos via WhatsApp e Facebook Messenger), impulsionando o uso de alternativas eletrônicas. Novamente, soluções digitais colocam em xeque os modelos de negócio já consolidados, pressionando as instituições financeiras tradicionais, as *fintechs* e o próprio regulador a continuar inovando (Cernev, 2017, p. 245).

Paralelamente às inovações tecnológicas, os meios de pagamento estão reestruturando seus mecanismos. Por concentrar grande quantidade de pessoas, as redes sociais, que antes eram vistas como um local virtual de relacionamentos sociais à distância, estão se configurando como uma oportunidade para comercializar e realizar pagamentos em tempo real.

¹⁵ A tradução literal da palavra, em inglês, significa “vestível”. Assim, wearables são tecnologias vestíveis. Ou seja, todo e qualquer dispositivo tecnológico que possa ser usado como acessório ou que podemos vestir. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/public/wearables-um-mercado-em-ascensao> Acesso em: 14 set. 2023.

Algumas pessoas com um perfil investidor¹⁶ do mercado financeiro, também estão usando as moedas digitais como um meio de investimento a longo prazo, em tese, acreditam que o valor das criptomoedas possa voltar acima da máxima histórica. Esse tipo de estratégia é baseado na crença de que as criptomoedas têm potencial de valorização significativo no futuro, devido a diversos fatores, como a adoção em larga escala, a inovação tecnológica e a escassez programada de algumas criptomoedas. Vale ressaltar que este tipo de investimento tem se apresentado de alto risco, devido à volatilidade do mercado das criptomoedas.

Utilizando o momento de transformação dos meios de pagamentos, em 16 de novembro 2020 o Banco Central do Brasil fez o lançamento de uma ferramenta de pagamento instantâneo, “a criação do Pix se insere no contexto global do avanço da digitalização dos meios de pagamento nos últimos anos, tendência que vem se manifestando de diversas formas” (Kosinski, 2021, p. 2). Esse mecanismo revolucionou o setor financeiro. A ferramenta possibilita que sejam realizados pagamentos e transferências, de forma rápida e segura, aos usuários que realizam os pagamentos e a quem recebe.

O Pix é um sistema público na infraestrutura de arranjo de pagamentos que organiza as chaves de endereçamento para permitir a realização de transferências e pagamentos 24 horas por dia e durante 7 dias na semana, incluindo finais de semana e feriados e com custo de 0,01 centavos por 10 operações a serem pagos pelas instituições financeiras, ou seja, neutro do ponto de vista econômico (Santiago; Zanetoni; Vita, 2020, p. 143).

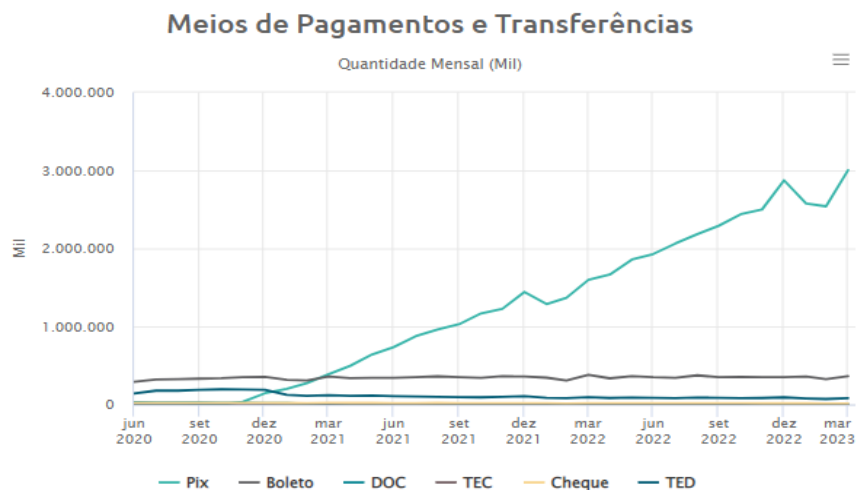
A ferramenta possivelmente contribui para a formalização da economia, já que, as transações ficam registradas eletronicamente, facilitando o controle e a fiscalização por parte das autoridades, além de combater a sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro. No campo social o PIX tende a ampliar a inclusão financeira da população, permitindo que pessoas que não possuem contas bancárias tradicionais possam realizar transações financeiras de forma simples e acessível, utilizando apenas um smartphone e uma conta digital ou uma carteira digital.

Desde o lançamento, o Pix tem ampliado significativamente a sua base de usuários. Suas diretrizes funcionais o colocam à frente dos demais meios de pagamento, conforme demonstrado no Gráfico 1:

¹⁶ São profissionais que aplicam o seu dinheiro ou de outras pessoas em ações, títulos públicos, opções, commodities, fundos de investimentos e outros produtos financeiros. Disponível em: <https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/o-que-faz-investidor#:~:text=O%20que%20faz%20um%20investidor%20e%20suas%20responsabilidades,investimentos%20e%20outros%20produtos%20financeiros>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Gráfico 1 - Dados sobre meios de pagamentos

Dados Mensais



Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Conforme demonstrado no gráfico, o período de junho de 2020 a março de 2023 traz uma estagnação dos meios de pagamento tradicionais, ofertados pelo sistema financeiro, como Boleto, DOC, TEC, Cheques e TED¹⁷. Praticamente, não há uma variação considerável que justifique a manutenção desses mecanismos. Entretanto, em março de 2021, o PIX ultrapassou o volume financeiro dos boletos bancários, que era o principal meio de pagamento utilizado pelos brasileiros dentro do referido período. Desde então o PIX amplia sua base de usuários a cada mês, chegando em março 2023, ao seu maior volume registrado.

Compreender como funcionam os meios de pagamento pode ser fundamental para que o usuário possa tomar as melhores decisões sobre o custo-benefício de cada mecanismo. O comportamento e senso crítico do consumidor está em consonância com as diretrizes da ‘Consciência Econômica’ que essa pesquisa aborda. Com ela, a população poderá, por exemplo, interpretar que a ampliação dos meios de pagamentos pode estar relacionada com a estratégia de ampliação de consumo, para atender as necessidades do capitalismo, e, a partir disso, rever seu modo de vida.

¹⁷ BOLETO: É um documento de cobrança utilizado para pagamento de contas.

DOC: Documento de Crédito, uma forma de transferência eletrônica entre contas bancárias.

TEC: Transferência Eletrônica de Crédito, um meio de transferência eletrônica utilizado por empresas.

CHEQUES: Um meio de pagamento que permite a emissão de ordens de pagamento por escrito.

TED: Transferência Eletrônica Disponível, uma forma rápida de transferência eletrônica entre contas bancárias.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos>. Acesso em: 14 set. 2023.

O consumo desenfreado pode ser compreendido como um fenômeno crescente na sociedade contemporânea e traz consigo uma série de impactos significativos. A busca incessante por adquirir bens materiais e consumir em excesso tem levado a consequências socioeconômicas alarmantes. Além disso, o consumo desenfreado contribui para a desigualdade social, uma vez que apenas uma parcela da população tem acesso aos produtos mais desejados.

Outro ponto importante são os efeitos psicológicos negativos do consumo desenfreado, como a busca por satisfação pessoal na posse de bens materiais, levando a uma insatisfação constante e falta de conexões sociais mais profundas. Portanto, é crucial repensar os hábitos de consumo e promover uma abordagem mais consciente e sustentável, visando a preservação do meio ambiente e uma sociedade mais equilibrada.

Importante destacar que as transformações econômicas não ocorrem apenas em nível nacional, mas também são fragmentadas e ocorrem de forma diferenciada entre as regiões espaciais do território brasileiro. O Brasil é um país de dimensões continentais e apresenta uma grande diversidade regional, tanto em termos geográficos quanto socioeconômicos. Cada região do Brasil possui características distintas, como recursos naturais, infraestrutura, mão de obra, atividades econômicas predominantes, entre outros fatores.

Essas diferenças regionais influenciam diretamente o desenvolvimento econômico e as transformações que ocorrem em cada área. Na terceira seção abordaremos os aspectos gerais da economia do Estado de Minas Gerais concomitantemente a mesorregião norte mineira, analisando os aspectos socioeconômicos e culturais do ponto de vista financeiro.

2.3 Contexto econômico-financeiro em Minas Gerais e no Norte de Minas

O estado de Minas Gerais possui uma representatividade significativa no território nacional, seja no campo da política, da economia, da cultura ou no contexto histórico brasileiro. As características gerais do estado refletem a grande contribuição no cenário macroeconômico em comparação aos demais entes da federação. Historicamente, o estado mineiro esteve no lugar de destaque entre os principais estados do país.

as elites oligárquicas de São Paulo - cuja riqueza econômica repousava na produção de café — e de Minas Gerais, estado com o maior contingente eleitoral do país e grande produtor de leite, daí advindo a expressão “política do café com leite. São Paulo e Minas Gerais controlavam o poder nacional, alternando na Presidência da República políticos paulistas e mineiros (Fico, 2015, p. 9).

O estado de Minas Gerais se destaca pelo importante papel na economia nacional, ao longo dos anos. Ressalta-se que durante o Governo do mineiro Itamar Franco, o país superou a crise da hiperinflação, com mudanças estruturantes na economia brasileira, sendo que “a vitória da inflação obtida no Plano Real foi sem dúvida uma grande e importante conquista” (Giambiagi *et al.*, 2011, p. 160). Assim como Itamar Franco, muitos outros mineiros contribuíram com a política nacional, tais como: Afonso Penna, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves.

Na fragmentação do espaço nacional, Minas Gerais está localizada na região sudeste, junto aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Social (IBGE), em 2022 a área territorial do estado mineiro correspondia a 586.513,983km², posicionando Minas Gerais na quarta maior área territorial do país, distribuída entre 853 municípios (IBGE, 2022).

O estado faz fronteira com seis outros estados brasileiros. Essas características territoriais podem proporcionar condições favoráveis a sua economia sob o ponto de vista da logística de transporte, integração de região, ampliação de mercado consumidor e oferta de serviços aos vizinhos. Em 2022 Minas possuía uma população estimada em 20.538.718 pessoas, tornando-o o segundo maior estado, em quantidade de pessoas, no Brasil, perdendo apenas para o estado de São Paulo (IBGE, 2022).

Na economia, o estado possui um papel de destaque no cenário nacional, ocupando a terceira colocação no PIB nacional (IBGE, 2022). Devido à grande dimensão territorial, a produção mineira está distribuída em vários nichos mercadológicos. Segundo informações do Banco Central do Brasil:

O PIB de Minas Gerais concentra-se na região central do estado, particularmente nas microrregiões de Belo Horizonte, Itabira e Ouro Preto; no Triângulo Mineiro, na Zona da Mata, e no Sul de Minas Gerais. Na microrregião de Belo Horizonte localiza-se a refinaria da Petrobrás, a maior parte do parque automotivo, grande parte da administração pública estadual, e serviços complexos, além de empreendimentos de mineração, também presentes nas microrregiões de Itabira e Ouro Preto. Em Uberlândia, além do comércio atacadista, destacam-se o setor de serviços e a indústria de transformação, e em Uberaba, as atividades agropecuárias. Em Juiz de Fora predominam os serviços e a atividade fabril; e no Sul de Minas Gerais (Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas), serviços, comércio e atividade industrial, beneficiada pela proximidade com São Paulo. A produção cafeeira destaca-se no Sul de Minas Gerais, Alto Paranaíba e Zona da Mata, fornecendo importante estímulo às atividades econômicas locais. Em Montes Claros, importante polo econômico no norte do estado, as atividades mais representativas são serviços, a administração pública e as atividades industriais (2018, p. 75-76).

Analisando a regionalização econômica mineira é possível verificar que Minas atua com diversos nichos de mercados potencializados pela especificidade de cada região. Apresenta um potencial crescimento no PIB estadual, considerando suas atividades produtivas distribuídas no espaço geográfico. Outro ponto que merece destaque em Minas são as suas características naturais, devido à grande extensão territorial, é beneficiada com várias riquezas minerais no subsolo.

Conforme o Boletim Regional do Brasil Central sobre a economia mineira, o estado possui uma capacidade de destaque na disponibilização de insumos essenciais para o mercado externo, garantindo à balança comercial um superávit nas relações entre importação e exportação (Banco Central Do Brasil, 2018). A disponibilidade dos recursos minerais no subsolo, coloca o estado entre um dos maiores exportadores de minério de ferro, tendo como principal destino o mercado chinês.

Vale ressaltar que a exportação da matéria-prima, nesse caso, o minério de ferro, poderia ganhar valor agregado ao produto, caso a indústria mineira já tivesse alcançado o desenvolvimento tecnológico. Sobre isso, Diniz destaca que “somente através do conhecimento científico e sua operacionalização tecnológica se podem abrir novas ‘janelas de oportunidade’ que poderão ser também ‘janelas locacionais’”. Este é o grande potencial de Minas Gerais, infelizmente pouco explorado” (Diniz, 2018, p. 219). Minas Gerais conta com diversas universidades, institutos federais e cursos técnicos distribuídos por várias regiões, que, supostamente, poderiam contribuir na construção do capital humano necessário ao pleno desenvolvimento tecnológico industrial.

Em tempos de economia globalizada faz-se necessário ampliar os meios de produção, buscando atingir uma plena capilaridade de nichos mercadológicos, “verifica-se a necessidade de investir em segmentos mais dinâmicos que possam contribuir para impulsionar o crescimento em ritmo mais elevado, com maior diversificação da economia.” (Banco Central Do Brasil, 2018, p. 80). A economia contemporânea está bastante volátil, compreender as necessidades e tendências do mercado pode não ser uma tarefa fácil, mas imprescindível no planejamento e desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Diniz (2018) reforça os gatilhos econômicos possíveis de serem explorados pelo estado, como o ponto de vista da localização geográfica. Por estar próximo aos grandes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, a logística e a prestação de serviços complexos podem ser potencializados. Essas oportunidades podem contribuir na construção de redes, visando dinamizar o fluxo de mercadorias entre os estados.

Outro ponto defendido por Diniz (2018) são os recursos naturais que Minas possui, faz-se necessário potencializar a utilização desses insumos, bem como, criar mecanismos industriais capazes de agregar valor ao produto, contrapondo o modelo atual de exportar a matéria-prima. Assim, cabe ao estado criar políticas capazes de, a longo prazo, proporcionar essa possível transformação tecnológica na indústria. Minas se destaca por sua diversidade, seja no campo social, cultural e econômico. Essa pluralidade do povo mineiro, em tese, potencializa as principais características regionais, criando uma identidade socioeconômica e cultural diferenciada.

Ao comparar duas unidades regionais, é possível compreender a complexidade do território mineiro. Em uma parte do estado tem-se a região central, “que concentra grande parte da atividade econômica do estado” (Banco Central Do Brasil, 2018, p. 75), por outro lado, na região norte se encontram “os projetos de fruticultura irrigada no norte de Minas, com a grande expectativa da expansão produtiva do empreendimento Jaíba” (Diniz, 2018, p. 208), ambas as regiões se divergem do ponto de vista econômico. Essa pluralidade econômica pode ser compreendida como uma oportunidade para potencializar a diversificação da matriz econômica estadual.

As assimetrias socioeconômicas refletem diretamente nas disparidades educacionais presentes nas regiões mineiras. Para De Medeiros Costa *et al.*, “o Estado de Minas Gerais se destaca pelo seu grande número de municípios e pelas diferenças regionais existentes, o que suscita diversas questões envolvendo a existência de diferenças significativas nas estruturas socioeconômicas existentes em seu território.” (2012, p. 54). Observa-se que nas áreas mais desenvolvidas do estado, encontra-se uma maior quantidade de escolas bem equipadas, professores qualificados e acesso a recursos educacionais. Essas regiões geralmente oferecem uma maior diversidade de cursos técnicos, profissionalizantes e de ensino superior.

Nas regiões menos desenvolvidas há falta de investimentos em infraestrutura educacional, escassez de profissionais capacitados e ausência de recursos pedagógicos adequados. Os estudantes dessas regiões enfrentam dificuldades para concluir o ensino básico e têm suas perspectivas de acesso ao ensino superior reduzidas.

As assimetrias educacionais em Minas Gerais são evidenciadas pelos índices de desempenho dos estudantes. Os resultados de avaliações nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), revelam que as regiões mais pobres do estado apresentam os piores indicadores educacionais. Isso perpetua um ciclo de desigualdade em que

a falta de acesso à educação de qualidade contribui para a reprodução das condições socioeconômicas desfavoráveis.

Conforme De Medeiros Costa *et al.* (2012), as desigualdades socioeconômicas e educacionais presentes nas diferentes regiões de Minas Gerais representam um desafio significativo para o desenvolvimento equitativo do estado. A superação requer um compromisso conjunto dos governantes, da sociedade civil e do setor privado. É fundamental implementar políticas públicas abrangentes, que visem a redução das disparidades, promovendo o acesso igualitário a oportunidades e recursos.

Neste sentido, a região do norte de Minas, foco dessa pesquisa, tem se destacado na exploração de suas características peculiares. No passado, o projeto Jaíba com sistema de irrigação para a fruticultura contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico da região, tanto para comercialização interna como para o abastecimento nas diversas regiões do Brasil.

Conforme descreve Sudré *et al.* (2021), os municípios de Jaíba e Janaúba estão ampliando a capacidade de transmissão de energia por meio do capital privado. Vale destacar o projeto da empresa TAESA (Transmissora de Energia S/A), em Janaúba, que interliga as redes de alta tensão entre a região norte de Minas com o sudoeste da Bahia. Essa infraestrutura de transmissão energética pode contribuir para que grandes empresas sejam instaladas na região e que a economia regional seja alterada.

Ainda conforme Sudré *et al.* (2021) a região do norte de Minas, especificamente o município de Janaúba, tem se destacado no aumento da produção de energia fotovoltaica. O município é beneficiado por estrutura de relevo com grandes áreas de planícies e intensa radiação solar, estes fatores estão favorecendo a implantação de usinas solares, gerando energia renovável, empregos diretos e indiretos. A escolha da região norte de Minas como local de interesse pode ser atribuída a uma série de fatores que a tornam atrativa e desejável.

Na contextualização do espaço geográfico norte mineiro, destaca-se a cidade de Montes Claros, considerada o polo regional. A cidade desempenha um papel fundamental na integração, por meio de disponibilização de serviços e produtos complexos, vasto campo educacional, com universidades e faculdades de ensino superior e empregabilidade. Conforme o IBGE (2023), a população estimada do município é de 414.240 pessoas, demonstrando um crescimento vegetativo positivo ao longo da sua história.

De Medeiros Costa *et al.* (2012) destaca que essa região é composta por uma diversidade socioeconômica e cultural significativa. No que diz respeito à infraestrutura escolar, algumas

localidades enfrentam dificuldades, especialmente nas áreas rurais, onde a falta de recursos e a distância entre as comunidades dificultam o acesso à educação de qualidade. A educação no norte de Minas Gerais apresenta uma série de desafios e características específicas, no entanto, observa-se que, ao longo dos anos foram realizadas melhorias significativas na estrutura das escolas, a fim de garantir um ambiente propício para o aprendizado.

Algumas iniciativas têm sido implementadas pelo governo de Minas para melhorar a qualidade da educação na região norte e em todo o estado mineiro. Para promover a melhoria do ensino o governo busca estratégias, tais como: oferecer programas de formação de professores, como o Trilhas de Futuro - Educadores, que tem como objetivo financiar cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação lato sensu e stricto sensu para os servidores da rede; investir em tecnologia educacional; propor parcerias entre escolas e organizações da sociedade civil, entre outras.

É importante destacar a cultura local e sua influência na educação. O norte de Minas possui uma rica diversidade cultural, com tradições folclóricas, festas populares e uma forte presença da cultura afro-brasileira. Esses elementos são incorporados nas atividades escolares, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das raízes locais.

A educação é vista como uma aliada ao desenvolvimento socioeconômico regional. Diniz (2018) destaca que investir em educação de qualidade é fundamental para o progresso de qualquer região, uma vez que a formação adequada das pessoas contribui para a melhoria da qualidade de vida e para o crescimento econômico sustentável.

A educação desempenha um papel importante na formação da mão de obra local, fornecendo aos estudantes as habilidades e conhecimentos necessários para ingressar no mercado de trabalho. Ao promover uma educação de qualidade, é possível formar profissionais qualificados e preparados para atender às demandas do setor produtivo, impulsionando o desenvolvimento econômico da região.

Além disso, a educação ainda estimula o empreendedorismo e a inovação. Ao fornecer aos estudantes as ferramentas necessárias para desenvolver suas habilidades criativas e empreendedoras, é possível fomentar o surgimento de novos negócios e impulsionar o crescimento do setor empresarial local. A educação empreendedora pode incentivar os jovens a criar suas próprias oportunidades e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

Compreender a economia mineira de forma regionalizada, respeitando as especificidades socioeconômicas das diversas regiões do estado, pode proporcionar à sociedade uma reflexão que leve a compreender como os fatores cotidianos impactam na sua vida

econômica. A compreensão dos elementos macro e micro regional podem ser o caminho na construção de uma ‘Consciência Econômica’ sustentável que seja capaz de potencializar o ensino da educação financeira em sala de aula. Na próxima seção será abordado o estado de consciência da sociedade, frente os aspectos socioeconômicos e seus comportamentos.

2.4 ‘Consciência Econômica’ da sociedade brasileira e seus desdobramentos

Para Campos (2015), a consciência pode ser compreendida como “o estado desperto, é a capacidade de perceber a relação entre si e um ambiente, é estar ligado, é a subjetividade, é ter em sua mente uma sensação automática, espontânea e direta do eu enquanto protagonista da experiência” (p. 60). Se refere a estar consciente da relação entre si mesmo e o ambiente ao seu redor, envolve uma sensação de conexão e uma percepção direta de ser o protagonista da própria experiência.

Essas características podem promover um conjunto de virtudes, entre elas, a de realizar uma leitura crítica sobre o cenário que está inserido, promovendo uma liberdade de escolhas lúcidas que façam sentido ao seu conhecimento. Devido à complexidade do tema, determinar um conceito específico sobre a ‘Consciência Econômica’ pode não ser uma tarefa fácil, haja vista que a subjetividade é parte compreendida do ato humano. Em geral, a ‘Consciência Econômica’ pode ser entendida como uma consciência ou compreensão dos aspectos econômicos que afetam pessoas, comunidades e sociedades. Envolve uma percepção mais profunda e crítica das implicações econômicas das decisões e ações tomadas.

Ao se observar a importância do estado de ‘Consciência Econômica’, face às questões socioeconômicas da sociedade contemporânea, pode ser possível depreender que parte da população carece de conhecimentos introdutórios sobre o funcionamento da economia brasileira, fundamentais a todas as pessoas que lidam com dinheiro, independente de classe social ou quantidade de recursos financeiros. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de interpretar o ambiente macro e microeconômico no qual se está inserido.

Campos (2015) corrobora que a ‘Consciência Econômica’ também pode ser entendida como um nível básico fundamental de conhecimento sobre os princípios e conceitos da economia. Isso inclui a capacidade de interpretar os termos econômicos, compreender os dispositivos legais de oferta e demanda, reconhecer e socializar com as principais teorias do saber econômico e estar ciente dos indicadores econômicos básicos, como inflação, desemprego e crescimento econômico.

Contribuindo para a discussão, Singer (2011) destaca que a compreensão das interações econômicas também pode se referir à compreensão das interações socioeconômicas ao nível micro e macro. Isso envolve entender como as decisões individuais de consumo, produção e investimento afetam as economias locais e globais. Também pode incluir a compreensão das relações entre diferentes setores econômicos, como agricultura, indústria e serviços.

Outrossim, as consequências da conscientização vão além do aspecto puramente financeiro, a ‘Consciência Econômica’ também pode se referir à compreensão das implicações sociais e ambientais das atividades produtivas. Isso envolve avaliar os impactos sociais das políticas econômicas, considerar a distribuição justa de recursos, reconhecer os efeitos das desigualdades econômicas e examinar as questões de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Promover uma cultura de ‘Consciência Econômica’ humanizada, seja do ponto de vista comportamental diante das relações de consumo ou por ter capacidade de fazer escolhas financeiras sustentáveis que respeite seu planejamento financeiro, pode ser vista como uma medida de desenvolvimento humano. Piaget (2013) reforça que:

a própria lógica não consiste unicamente, do ponto de vista psicológico – que é o nosso neste texto –, em um sistema de operações livres: ela traduz-se por um conjunto de estados de consciência, de sentimentos intelectuais e de condutas, todos caracterizados por certas obrigações às quais é difícil contestar um caráter social, seja ele primitivo ou derivado (Piaget, 2013, cap. VI).

Segundo Piaget, não se pode determinar que somente as emoções e conhecimentos científicos sejam capazes de construir uma conduta lógica, deve-se considerar uma aglomeração de atitudes e experiências empíricas, construídas ao longo da vida, o que permite que toda pessoa seja capaz de aumentar o seu estado de consciência. Todavia, não é possível descartar o conhecimento teórico sobre finanças, sendo ele, parte importante na construção da ‘Consciência Econômica’.

Tal afirmação reforça a necessidade de trabalhar a educação financeira no ensino básico, como tema transversal entre os componentes curriculares, de forma que, esse conhecimento promova uma transformação cultural relacionada ao consumismo de uma sociedade. Assim, a formação da consciência pode ser interpretada de forma abrangente, envolvendo o conhecimento teórico, emoções e experiências pessoais.

A ‘Consciência Econômica’ de uma população pode estar ligada ao nível de conhecimento adquirido pelo sujeito conforme suas experiências intercaladas a assuntos ligados

à economia básica do dia a dia. O conhecimento pode ser interpretado como uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal, permitindo que as pessoas expandam seus horizontes, adquirindo novas perspectivas que estimulem o crescimento intelectual, possivelmente ampliando sua visão de mundo, melhorando suas habilidades de pensamento crítico e promovendo o autodesenvolvimento. Neste sentido, De Oliveira Cruz (2008) descreve que:

a sociedade da informação tem colocado novos desafios ao processo de ensino-aprendizagem. A forma de se proceder em relação à construção do conhecimento mudou. O contato com as fontes de informações tornou-se mais dinâmico, obedecendo a uma lógica nunca vista anteriormente. O próprio saber tornou-se maleável e instável, necessitando de atualização constante (De Oliveira Cruz, 2008, p. 1023).

Assim sendo, a educação formal¹⁸ desempenha um papel fundamental na atualização constante de informações e na aquisição da ‘Consciência Econômica’, que pode ocorrer por meio de noções de economia e finanças oferecidas em instituições educacionais. Na educação básica os professores podem trabalhar de forma transversal os temas ligados à economia, como educação financeira e educação fiscal. No ensino superior, esse conhecimento pode ser adquirido com programas de graduação em economia, administração, contabilidade e áreas afins. Além disso, programas de pós-graduação e cursos de especialização também podem aprofundar o conhecimento em áreas econômicas específicas.

Conforme o pensamento de Bruno (2014), a educação não formal¹⁹ pode contribuir na construção da ‘Consciência Econômica’ quando o sujeito participa de cursos, workshops e palestras sobre economia oferecidos por instituições, organizações sem fins lucrativos e até mesmo, por empresas privadas. Essas oportunidades de aprendizado permitem a interação com especialistas e oferecem a chance de discutir e debater tópicos econômicos com outros participantes.

Outra forma de desenvolver a ‘Consciência Econômica’ é por meio do ensino informal²⁰, com leitura de livros, artigos e publicações relacionadas à economia. Existem muitos livros introdutórios sobre economia, escritos para iniciantes, bem como obras mais avançadas para aqueles que desejam explorar tópicos econômicos específicos. Além disso,

¹⁸ A educação formal tem um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é institucionalizada e prevê conteúdos.

¹⁹ A educação não formal ocorre a partir da troca de experiências entre as pessoas, sendo promovida em espaços coletivos.

²⁰ A educação informal pode ocorrer em vários espaços, envolve os valores e a cultura própria de cada lugar. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0702enf.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

acompanhar notícias relacionadas à economia em telejornais, revistas especializadas e blogs pode ajudar a manter-se atualizado sobre os desenvolvimentos econômicos.

Os conhecimentos teóricos em conjunto com os saberes empíricos promoverão a base necessária para provocar um comportamento único, de forma que, cada pessoa possui sua própria forma singular de expressar suas emoções e verdades e de assimilar o conteúdo recebido. Sobre isso Campos destaca que:

Independente das melhores definições que possamos apresentar, a simples menção da palavra CONSCIÊNCIA faz vibrar internamente algo diferente em todos nós. Na centelha de emoções evocadas por esse substantivo é difícil explicar a mistura de sentimentos que nos vem à mente instantaneamente (2015, p. 60).

Esse campo da subjetividade, por onde permeiam as emoções, sentimentos e sensações humanas, promove o amplo debate que faz parte da construção de um entendimento sobre ‘Consciência Econômica’. As questões econômicas não são apenas objetivas e baseadas em fatos e números, mas também estão intrinsecamente ligadas às experiências e percepções subjetivas das pessoas. As emoções e os sentimentos desempenham um papel significativo na maneira como as pessoas se envolvem com o tema e na formação de suas crenças e atitudes em relação à economia.

Reconhecer e considerar esses aspectos subjetivos é fundamental para uma compreensão mais abrangente e inclusiva das questões econômicas e para promover um diálogo construtivo sobre o tema, a fim de colocar em prática o comportamento crítico sobre as demandas econômicas que estão presentes no dia a dia da família brasileira.

Conforme o pensamento de Silva (2014), a prática do consumo compulsivo tende a ser um comportamento caracterizado pela necessidade irresistível e recorrente de adquirir produtos ou serviços, mesmo quando não são essenciais ou necessários. Ainda conforme Silva (2014), o comportamento impulsivo pode ter origem em diversos fatores, como ansiedade, insegurança, baixa autoestima ou pressão social.

Pessoas que sofrem de consumo compulsivo muitas vezes encontram dificuldades em controlar seus impulsos de compra, levando a consequências negativas em suas vidas financeiras, emocionais e sociais. O consumo compulsivo pode resultar em endividamento, acumulação excessiva de bens, sentimento de culpa e insatisfação, além de impactar negativamente relacionamentos e qualidade de vida. Neste contexto Silva defende que:

Consumir é preciso para viver, mas viver para consumir pode ser uma das maneiras mais eficazes de transformar a vida em uma morte existencial. E quando isso acontece, deixamos de viver em um porto seguro de paz e necessidades satisfeitas para nos lançarmos em um mar revolto, em que ondas de dívidas, remorsos e desesperos passam a tomar de assalto nossas vivências mais básicas (2014, cap. 3).

Sempre que for necessário atender os desejos do mercado capitalista, a sociedade será induzida à cultura consumista, posto que, “as empresas que as produzem ignoram a dimensão das necessidades que atendem e sobretudo cada uma ignora o tamanho da necessidade que lhe cabe atender” (Singer, 2011, p. 19). Neste sentido, cabe à sociedade consciente valorizar seu recurso financeiro em detrimento de uma sustentabilidade financeira, em contraponto a uma campanha predatória consumista, que visa o acúmulo de capital.

Indubitavelmente é preciso analisar e agir na tomada de decisões frente a esses fatores que impactam diretamente a vidas das pessoas, a compreensão dessas questões como oferta e demanda de produtos, taxa de juros, inflação, variação cambial, preço dos combustíveis, dentre outros, podem ser o caminho para a construção do conhecimento que conduzirá à ‘Consciência Econômica’.

Portanto, a participação das escolas de educação básica ganha relevância na pavimentação do saber sobre finanças, consumo consciente, noções sobre economia, entre outros elementos essenciais para o dia a dia da população. Essa função social que a unidade educacional desempenha se destaca na construção do senso crítico que levará os estudantes às melhores decisões. Por meio de atividades práticas, projetos, debates e trabalhos em grupo, os estudantes são incentivados a explorar, investigar, experimentar e colocar em prática aquilo que aprendem.

A capacidade de ler as transformações que ocorrem nos cenários econômicos podem contribuir em oportunidades necessárias para desenvolver habilidades e competências, e se tornar cidadãos críticos e autônomos. Singer destaca que “a economia é praticada mediante uma divisão social de trabalho, na qual os diversos grupos se especializam na execução de tarefas distintas, todas contribuindo para a produção e circulação de determinada quantidade de produtos” (2011, p. 9), sendo que, nesse contexto nos cabe a função de consumidores finais. Somos induzidos a trocar produtos usados por outros novos, seja pela imposição da moda temporária ou pela obsolescência programada²¹.

²¹ Obsolescência programada ou planejada nasceu como um processo de produção de bens com vida útil economicamente curta, fazendo com que os clientes façam compras repetidas durante o ciclo de uso do produto. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/obsolescencia-programada-pesquisadores-explicam-conceito>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Os assuntos que estão ligados ao desenvolvimento econômico, entre eles, a indução ao consumo, deveriam estar presentes no diálogo da população, haja vista que, possuem a capacidade de impactar a saúde financeira e qualidade de vida da unidade familiar. Destarte, medidas econômicas são tomadas a todo instante para equilibrar os indicadores, entretanto essas ações possuem grande potencial para produzir efeitos colaterais potencialmente perigosos à saúde financeira das famílias.

Quando o Comitê de Política Econômica (COPOM) decide por manter alta a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), que representa a taxa básica de juros da economia brasileira, seria o mesmo que dizer à população que o acesso ao crédito ficará mais caro. Portanto, não é interessante realizar compras parceladas, que tendem a ser financiadas e por consequência, o consumidor terá que dispor de volume financeiro maior, a longo prazo, para quitar a compra realizada.

Igualmente são as consequências da economia globalizada, que está atrelada às variações cambiais, ou seja, troca de moedas entre países. A princípio, não parece ser necessário para grande parte da população brasileira interpretar as consequências do aumento ou redução do preço do dólar, todavia grande parte dos insumos e equipamentos tecnológicos são importados e essa variação no preço da moeda internacional é repassada ao consumidor final.

A variação cambial possivelmente está conectada aos acontecimentos externos do cenário internacional, cabendo a cada governo estabelecer uma política cambial favorável aos interesses do país. Observa-se a China que ampliou sua penetração no mercado brasileiro, “a forte concorrência dos produtos manufaturados chineses a partir de 2009; favorecidos por uma taxa de câmbio depreciada em termos reais, decorrente de uma política cambial ativa combinada com controles sobre fluxos de capitais por parte do governo chinês” (Oreiro; Paula, 2019, p. 19). Assim, a compreensão do preço do dólar no contexto econômico nacional faz sentido a todas as pessoas, pois grande parte dos insumos e produtos são adquiridos em outros países e, até o momento, a moeda mais utilizada no cenário internacional é o dólar.

Existem também outros fatores que impactam a economia mundial, como catástrofes naturais, grandes acontecimentos políticos, falências de empresas multinacionais, queda no Produto Interno Bruto (PIB), momento hiperinflacionário internacional, pandemias ou guerras. Eles têm alto potencial de interferir na oferta de determinados produtos e demandas no cenário internacional, o que pode levar à escassez e, conseqüentemente, à alta dos preços.

Como métrica comparativa, o preço do barril do petróleo tende a ser alterado conforme a sua produção e distribuição no cenário global. Quando há um aumento considerável nos

preços dos combustíveis, especialmente o óleo diesel, por ser responsável pela fonte de energia utilizada nas grandes frotas de transportes de cargas, é possível perceber o aumento das mercadorias devido à correção do valor cobrado no traslado dos produtos.

Devido ao dinamismo econômico, frente aos acontecimentos potencialmente capazes de alterar os indicadores da economia brasileira, faz-se necessário a compreensão desse contexto, a fim de minimizar os seus impactos no gerenciamento dos recursos financeiros da sociedade. Para exemplificar, em período de Selic alta, quando o cenário não é propício a realizar grandes compras, a população precisa compreender a inviabilidade de se comprar um carro 100% financiado, a fim de que sua decisão seja tomada de forma consciente. Sobre isso, Campos descreve que:

Sem esse tipo de reflexão, somos presas fáceis de um sistema que massageia nosso ego em prol de seus interesses, escraviza-nos, muitas vezes com nossa permissão, ao nos prometer um mundo de sonhos e de um amanhã maravilhoso. A grande ilusão é que para a maioria de nós este “amanhã” nunca chega, e, quando para poucos escolhidos, este “mundo dos sonhos” se torna realidade, nem sempre estão presentes as pessoas mais importantes e amadas, pelas quais estariam se sacrificando (2015, p. 64).

A capacidade de fazer leituras sobre o cenário econômico macro, regional e local pode não ser encontrada na maioria da sociedade brasileira, seja pela ausência de interesse sobre o tema ou pelo fato de não ter acesso a esse tipo de informação na educação básica. Como exemplo, a cidade onde a pesquisa foi realizada possui vasta variedades de frutas, verduras e hortaliças, entre outros produtos oriundos da agricultura familiar, comercializadas no mercado municipal, com custo-benefício acessível à sociedade local. Porém, grande parte das famílias tende a realizar suas compras em grandes supermercados, pagando mais caro pelo mesmo produto.

Ainda na mesma cidade, conforme informações da Superintendência Regional de Ensino, no ano 2023, entre as oito escolas estaduais que ofertam o ensino médio, apenas duas escolas estaduais escolheram a educação financeira no plano das disciplinas eletivas para 2023. Eventualmente, as decisões relacionadas à escolha pelos educadores tendem a ser tomadas levando em consideração o perfil e as qualificações dos professores, em detrimento das necessidades dos estudantes. Isso implica que o foco está mais na disponibilidade e habilidades dos docentes do que na adequação e atendimento às demandas dos discentes. Assim é possível deduzir que existe uma barreira cultural sobre o ensino de finanças pessoais, consumo consciente, noções básicas de economia, entre outros assuntos.

Desse modo, a pesquisa sobre ‘Consciência Econômica’ de professores procurou interpretar esse cenário que os docentes estão inseridos. Destaca-se que a educação financeira não é contra o consumo, sua essência é proporcionar conhecimento para diminuir o consumismo e a ausência de planejamento financeiro. Sobre isso Silva defende que:

O bom consumidor satisfaz suas necessidades essenciais, permite-se a prazeres eventuais e, com um mínimo de planejamento, ainda consegue, dentro de suas possibilidades, fazer algum nível de poupança para os tempos mais difíceis. Estes sempre virão: todos estamos sujeitos às marés da vida; não existe ser humano que só tenha dias bons e vitórias intermináveis. Por isso, preparar-se para os dias em que o mar não está para peixe faz parte da sabedoria do bem viver (2014, cap. 3).

Manter o equilíbrio financeiro familiar pode ser o caminho para a sustentabilidade nas relações de consumo, a longo prazo. Uma população endividada ou com pouca disponibilidade de recursos financeiros tende a reduzir o consumo, como possível consequência, haverá uma crise de superprodução no país, provocada pelo baixo índice de consumo da população. Em vista disso, a educação básica é fundamental no desenvolvimento de uma cultura capaz de promover a conscientização financeira e o conhecimento sistematizado, contribuindo para o desenvolvimento da economia.

O crescimento econômico brasileiro está atrelado a um conjunto de variáveis que devem estar em sintonia, precisando ser conduzido, analisado e ponderado sempre que necessário, seja para analisar os programas de distribuição de renda, realizar investimentos de infraestrutura, financiar o custo da administração pública e incentivar o consumo com taxas de juros acessíveis a todos os segmentos. O consumo é parte importante nesse contexto, assim é preciso criar condições sustentáveis.

Diante disso, uma leitura da conjuntura financeira pessoal, visando um comportamento crítico nas relações de consumo, pode proporcionar à sociedade brasileira, consciência para melhor administrar sua vida financeira.

A consciência nos permite viver despertos, no presente, em um estado de respeito a todos os que nos cercam e a nós mesmos. Ela impede que simples diferenças de opiniões, que deveriam ser utilizadas como motores de crescimento individual e geração de riquezas, nos desestabilizem e transformem-se em grandes confrontos de consequências desastrosas (Campos, 2015, p. 70).

Mesmo com a subjetividade existente na compreensão de um estado de consciência de uma pessoa, a escola como disseminadora de conhecimentos teóricos nas diversas áreas, pode contribuir na formação de uma sociedade em que a ‘Consciência Econômica’ esteja voltada

para a compreensão de fundamentos básicos a serem utilizados na vida cotidiana das pessoas. Na próxima seção serão abordadas as características gerais entre as gerações e suas relações comportamentais frente ao cenário consumista.

2.5 As gerações e seus consumos

O estudo das gerações permite compreender as diferentes perspectivas, valores e comportamentos que cada uma traz consigo. Por assim ser, as gerações²² X, Y e Z têm despertado grande interesse em várias áreas, devido ao compartilhamento de faixas etárias, experiências históricas e culturais semelhantes, que influenciam em seu comportamento, valores e perspectivas de vida.

As diferentes gerações têm preferências, comportamentos de consumo e valores distintos, que são influenciados por seus contextos históricos, tecnológicos, sociais e econômicos. Ao analisar essas características, é possível identificar padrões e tendências que ajudam a compreender como cada geração se relaciona com o consumo. Ceretta e Froemming descrevem que “o comportamento do consumidor é um campo de estudo amplo que envolve [...] todas as áreas buscando compreender o indivíduo, suas relações e as variáveis envolvidas no ato de consumir e comprar” (2017, p. 16), assim, o aspecto relevante é o comportamento das classes geracionais.

Para Comazzetto *et al.*, “é preciso entender que as diferenças geracionais existem e que, se bem administradas, podem trazer significativos ganhos às organizações” (2016, p. 146). Como cada geração possui padrões de consumo diferentes, um dos principais fatores que rege o estudo sobre essas gerações é a influência da tecnologia em suas vidas. Enquanto a geração X cresceu em um período de transição, as gerações Y e Z nasceram e cresceram em uma era de rápido avanço tecnológico, como a internet, dispositivos móveis e redes sociais. Essas diferenças no acesso e na adoção de tecnologia moldaram suas formas de comunicação, interação social, consumo de mídia e comportamentos cotidianos.

Os valores e atitudes de cada geração são aspectos fundamentais na compreensão do comportamento. A geração X é frequentemente associada à independência, ao espírito

²² A análise das gerações é feita de acordo com o uso das tecnologias pelos indivíduos e das relações entre elas e os consumidores. Os aspectos comportamentais, naturalmente, não ficam para trás e também são fundamentais. O perfil comportamental de pessoas nascidas no mesmo período, no entanto, é o que determina uma geração. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/geracao-baby-boomer-x-y-z-entend>. Acesso em: 29 de abr. 2024.

empreendedor e à busca pelo equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Enquanto a geração Y é caracterizada como idealista, preocupada com questões sociais e em busca de propósito no trabalho. Por sua vez, a geração Z é descrita como mais diversa, globalmente conectada e orientada para a tecnologia, valorizando a diversidade e a inclusão.

Nesse sentido, Comazzetto *et al.* (2016), descrevem que o mercado de trabalho também desempenha um papel importante no estudo dessas gerações. Cada uma delas têm abordagens distintas em relação ao trabalho e às carreiras. Enquanto a geração X pode valorizar a estabilidade e a ascensão profissional, a geração Y tende a buscar um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, além de valorizar a flexibilidade e o desenvolvimento pessoal. Já a geração Z mostra tendências empreendedoras e busca por trabalhos originais e alinhados com seus valores, valorizando a criatividade, a inovação e a liberdade de expressão.

A compreensão sobre os aspectos motivacionais que impulsionam as gerações ao longo do tempo, no que tange às relações de consumo consciente e consumismo, tem sido objeto de estudos por vários pesquisadores. Esses movimentos comportamentais podem ter como resultados, atitudes nocivas à sociedade, seja do ponto de vista da educação financeira não difundida em escala nacional e da sustentabilidade ambiental impactada pelo consumismo, ou seja, pessoas que praticam compras desnecessárias, geralmente induzidas pela moda temporária.

As gerações podem ser vistas como grupos que comungam de características comuns capazes de serem identificadas e segmentadas. Ceretta e Froemming definem “grupos” como “dois ou mais indivíduos que compartilham um conjunto de normas, valores ou crenças e têm certos relacionamentos um com o outro definidos, implícito ou explicitamente, de modo que seus comportamentos sejam interdependentes” (2017, p. 17). Assim, a segmentação da sociedade por grupos, possibilita uma melhor compreensão das necessidades, desejos, condições financeiras e comportamentos de cada um.

Para Ceretta e Froemming “existem várias maneiras de se definir o grupo de gerações, cuja configuração de faixa etária se altera de tempos em tempos” (2017, p. 19), sendo que, a caracterização do grupo de sujeitos pode contribuir no mapeamento das tendências potencialmente utilizadas pelo sistema capitalista, para fortalecer o consumo. Os grupos etários tendem a ter padrões similares em decorrência do período que estão vivendo e socializando.

Nesse sentido, seria possível criar um padrão entre os membros de cada geração, considerando não apenas as características individuais, mas também as influências culturais, sociais e tecnológicas que moldam suas experiências e perspectivas. Cada geração carrega

consigo valores, ideais e formas de se relacionar com o mundo influenciados pelas circunstâncias históricas e pelas transformações ocorridas ao longo do tempo. Os grupos de gerações podem ser divididos em 5 categorias entre as faixas etárias, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Grupo de gerações por faixa etária

Grupo de Gerações	Datas de Nascimento	Idade em 2011
Geração Z	1989-2010	0-22
Geração Y	1977-1988	22- 33
Geração X	1965-1976	34- 45
Baby Boomers	1946-1964	46- 64
Silver Streakers	Antes de 1946	65 ou mais

Fonte: Ceretta; Froemming (2017, p. 19)

As gerações estão subdivididas entre os períodos que correspondem aos anos de nascimentos das pessoas, assim estes fragmentos temporais retratam o contexto e conduzem esses grupos. Possivelmente, cada geração sofreu influência na sua formação pelos acontecimentos ocorridos dentro do período. As transformações que aconteceram no campo educacional, na cultura, na economia, dentre outros, contribuíram para que esses segmentos criassem comportamentos similares entre si, capazes de promover uma distinção nas características comportamentais.

Mattar esclarece que, quando um consumidor internaliza os valores e normas do seu grupo de referência, ele tende a buscar a conformidade com essas expectativas no contexto das suas escolhas de consumo, “podendo resultar na compra de um determinado produto (modelo, marca etc.) porque o ajuda a identificar-se com o grupo de referência” (2011, p. 108). Nesse contexto, cada geração promove padrões comportamentais que podem ser estudados e mapeados pelo mercado, a fim de conceder a cada grupo, produtos e serviços dentro da sua suposta necessidade, potencializando a cultura consumista.

Segundo Bauman (2008), o comportamento relacionado ao consumo tende a seguir os estilos criados para determinados períodos ou datas comemorativas, como, por exemplo, o dia dos namorados, o natal, a páscoa, o dia das mães e dos pais, a semana do consumidor, entre outros. Essas datas potencializam valores consumistas à sociedade. Assim, quando não acompanham os padrões dispendiosos, podem ser vistos de forma pejorativa pelos membros de suas gerações.

A mídia proporciona uma visão iníqua capaz de promover certos comportamentos atrelados ao consumismo, como a estratégia de justificar falsas necessidades de produtos e serviços, que induzem a um consumo direcionado, sem que a pessoa esteja precisando do produto. O papel da mídia, em linhas gerais, é atender os interesses dos seus patrocinadores, que pagam altos preços para garantir o marketing de vendas.

O mapeamento sobre o comportamento de determinados grupos sociais, potencializa a estratégia de divulgar produtos e serviços em segmentos específicos, que tendem a ser consumidos por gerações específicas, haja vista que as pessoas da mesma geração “não apenas tendem a se vestir de modo semelhante, como se parecem muito no que diz respeito às coisas que acham divertidas. Isso ocorre devido à influência singular da mídia de massa mundial” (Ceretta; Froemming, 2017, p. 17). Nessa vertente, o comportamento consumista ganha uma roupagem ‘normal’, por fazer parte de um grupo social.

As pessoas tendem a se espelhar em seus grupos de referência e a internalizar suas crenças, atitudes e comportamentos, incluindo os relacionados ao consumo. Segundo Mattar (2011), os grupos geracionais estão alinhados a sentimentos, pensamentos e afetos comuns. A criação desses padrões singulares, podem proporcionar um sentimento de pertencimento a um segmento coletivo, que, em tese, passe segurança em determinados comportamentos. Ao mapear estes padrões comportamentais relacionados às preferências, permite-se criar estratégias que possam fomentar o consumo de novas mercadorias entre os grupos.

No contexto econômico, o consumo é parte importante no crescimento do PIB de um país. Conforme o IBGE (2023), o Brasil apresentou, no segundo trimestre de 2023, um crescimento no PIB de 3,4% em comparação ao mesmo período de 2022. Nas despesas de consumo das famílias, o crescimento foi de 3,0% em comparação ao segundo trimestre de 2022. Esse crescimento positivo foi impulsionado por vários fatores, incluindo a redução da inflação, os ajustes nos valores repassados pelos programas de distribuição de renda e uma melhoria na geração de novos postos de trabalho.

Em Minas Gerais, conforme a Fundação João Pinheiro (FJP), o Estado mineiro apresentou um crescimento do PIB, no segundo trimestre de 2023 de 3% em comparação com o período homólogo (IBGE, 2023). Esse movimento foi impulsionado pelo destaque na agropecuária, indústria e serviços. Igualmente, o setor varejista, responsável por parte do consumo das famílias mineiras, apresentou forte recuperação, com destaque nas vendas de combustíveis, supermercados e produtos farmacêuticos.

O fomento dessa atividade tem a capacidade de gerar empregos e promover qualidade socioeconômica da sociedade, provavelmente não é aceitável acreditar que exista uma sociedade contemporânea sem consumo de bens e serviços diversos. Todavia, as relações de consumo têm sido potencializadas a índices extremos, deixando de ser um comportamento natural a uma transformação perigosa, do ponto vista sustentável. Sobre o comportamento da sociedade, Bauman descreve que:

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (2008, cap. 2).

Esse padrão comportamental relacionado ao consumismo e as condições facilitadas de acesso ao crédito, possivelmente, estão proporcionando a parte da sociedade, um falso poder de compra, comprometendo a sustentabilidade financeira. Vale ressaltar que, em tese, os pais passam ser referência sobre vários comportamentos que influenciam seus filhos, quando os responsáveis não praticam um consumo responsável, provavelmente, os filhos tenderão ao consumismo exacerbado.

Outro ponto interessante é o mundo virtual, que tem ampliado de forma significativa sua capilaridade entre os usuários. Com isso, as barreiras entre os grupos de geração podem ser rompidas, tornando o meio digital uma ferramenta bastante eficiente no acesso a potenciais consumidores.

Mattar destaca que “a internet oferece também outras importantes, e cada vez mais poderosas, ferramentas que ajudam no processo de comunicação, como os *sites* de busca, os *links* patrocinados, as redes sociais e o marketing viral” (2011, p. 552). Em contato com esses mecanismos digitais, a inteligência artificial analisa uma variedade de sinais e dados para classificar e personalizar o conteúdo exibido a cada usuário, leva em consideração fatores como as interações anteriores do usuário, preferências, histórico de navegação e comportamento *on-line*, consegue mapear os passos digitais dos usuários, oferecendo-lhes produtos e serviços pesquisados ou curtidos dentro da plataforma.

Além disso, as redes sociais promovem um palco perfeito para estampar suas compras e estilos de vida, que por vezes, será consumido pelos seguidores, pelas gerações e/ou pelos

grupos que se identificam com essa cultura consumista, gerando uma rede de adeptos fiéis àquele comportamento. Sobre isso, Silva relata que:

Para a maioria absoluta das pessoas, ser uma celebridade não significa ser reconhecida ou admirada por suas ações ou talentos, e sim ser vista, cobiçada ou invejada. Parece incrível, pelo menos para mim, que pessoas queiram ser “mercadorias” expostas para despertar a cobiça de outras. A explosão das redes sociais ilustra muito bem esse processo de ver o que estou fazendo, comendo, comprando, vestindo e curtindo (2014, cap. 2).

O mundo virtual tem se mostrado bastante eficiente no ganho de capilaridade econômica. Conforme descreve o pensamento de Ceretta e Froemming (2017), a geração Z está cada vez mais inserida nessa aldeia global, por meio de diversos dispositivos conectados via internet, que proporcionam acessos aos produtos, serviços e informações por meio de, apenas, um clique.

Assim, compreender como as gerações têm construído os seus estilos de vida sobre as relações com o consumo, pode ser o caminho para criar diretrizes capazes de promover uma análise crítica dos padrões criados pelos diferentes grupos. Contudo, há desafios a serem superados, especialmente ao que tange à difusão de conhecimentos fundamentais, que proporcionem à sociedade uma ‘Consciência Econômica’, capaz de ler os cenários da economia, propostos pelos diversos indicadores.

Outro ponto que merece destaque no contexto das gerações, é o campo educacional, que possivelmente adequou as práticas pedagógicas conforme as transformações ocorridas no perfil das gerações. A prática pedagógica de um professor do Ensino Fundamental regular, tende a ser diferente da turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A necessidade de adequação do ensino faz-se necessário por atender diferentes gerações que coabitam em um mesmo espaço temporal. A prática de ensino da educação básica necessita estar em consonância com as gerações, como descreve De Oliveira Cruz:

Ensinar ou aprender, na era da informação, exige mudanças nos paradigmas de ensino. O importante é utilizar as tecnologias de forma que nos ajudem a aprender, levando-nos a transformar informação em conhecimento e, mais ainda, em sabedoria, pois a interligação permite aperfeiçoar o pensamento reflexivo como instrumento de emancipação humana (2008, p. 1029).

Portanto, interpretar os perfis das diferentes gerações pode proporcionar clareza sobre as características, valores, comportamentos e preferências de grupos de pessoas que cresceram em contextos sociais, econômicos e tecnológicos distintos. Ao identificar as características de

cada geração, torna-se possível obter uma compreensão aprofundada das motivações e expectativas dos sujeitos pertencentes a esses grupos.

Vale destacar que as características e experiências de cada geração são generalizações e podem não se aplicar a todas as pessoas de uma mesma geração. Cada pessoa é única e pode ter influências e trajetórias de vida diversas, independentemente da geração a que pertencem. Entretanto, compreender de que forma cada geração é constituída, pode proporcionar resultados significativos na formação cidadã, crítica e consciente dos sujeitos.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA ESCOLA

3.1 Visões e definições da educação financeira

A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece as orientações gerais da educação no país. Não é um documento que trata especificamente, da educação financeira, tampouco a trata como um componente obrigatório do currículo escolar, entretanto estabelece princípios e objetivos gerais da educação no Brasil, que podem ser interpretados como suporte para a inclusão da educação financeira nas escolas.

A LDB enfatiza a formação integral dos estudantes, buscando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade. Dessa forma, é possível argumentar que a educação financeira, como parte da educação para a cidadania, pode ser abordada no contexto dos objetivos gerais, previstos na (LDB).

Neste contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Do ponto de vista da educação financeira, a BNCC estabelece a importância de desenvolver competências relacionadas à compreensão e ao uso responsável do dinheiro, bem como, à tomada de decisões financeiras conscientes e sustentáveis. Embora não tenha uma área curricular específica dedicada exclusivamente à educação financeira, a BNCC integra essa temática de forma transversal em diferentes componentes curriculares.

A compreensão da educação financeira nas escolas de educação básica, como tema transversal, visa contribuir na formação cidadã do estudante, com o propósito de fomentar o gerenciamento sustentável dos recursos financeiros. Para Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira pode ser definida como um processo capaz de proporcionar às pessoas, uma capacidade de ler e interpretar a sua relação com o dinheiro, desenvolvendo hábitos que potencializam sua saúde financeira, tais como: planejamento orçamentário, consumo consciente e previsibilidade nas finanças.

A escola não deveria se limitar, apenas, a um espaço responsável por fornecer a educação formal aos estudantes, transmitindo conhecimentos e habilidades entre os componentes curriculares, mas também desempenhar um papel mais amplo na abordagem dos problemas do dia a dia das pessoas. Uma abordagem mais abrangente da educação pode

envolver a integração de temas relevantes para a vida cotidiana dos estudantes, como saúde, cidadania, sustentabilidade, educação financeira, habilidades sociais, entre outros.

Nesse sentido, a escola se destaca pelo papel social que desempenha na sociedade. O seu desempenho transborda o espaço físico para permear o espaço social. Hartmann e Maltempi destacam que a escola contribui “na conscientização econômica e financeira dos estudantes e de seus familiares, visto que reflexões sobre educação financeira podem ultrapassar os limites dos muros da escola” (2021, p. 19). Além disso, é na escola que eles têm a oportunidade de interagir com colegas de diferentes culturas, fomentado o aprender a trabalhar em equipe, resolver conflitos e desenvolver habilidades do mundo contemporâneo.

Isso permite que os alunos desenvolvam competências e conhecimentos que são diretamente aplicáveis em suas vidas, além de promover uma compreensão mais ampla do mundo ao seu redor. Freire destaca a importância da escola na formação do sujeito de uma forma ampla e inclusiva, evidenciando que:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá”-la ou “domesticá”-la. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor (2011, p. 82-83).

A escola tende a ser um ambiente de preparação para a vida cotidiana, buscando contribuir na formação de saberes essenciais que podem promover uma postura crítica frente a cultura imperialista. Nesse sentido, a proposta de educar financeiramente os sujeitos para o mundo contemporâneo tem ganhado relevância.

Como destaca Da Silva e Gandara (2021, p. 31), “os debates sobre Educação financeira se tornaram uma pauta de grande relevância nas políticas educacionais, e as discussões se mostraram mais frequentes, dados os baixos níveis de desenvolvimento da economia brasileira, nos últimos anos”. A possível ausência de conhecimento sobre o gerenciamento das finanças pessoais pode levar a sociedade a tomar decisões com grande potencial de comprometer a perenidade dos seus recursos financeiros.

Assuntos relacionados ao uso do dinheiro, de forma sustentável, passaram despercebidos por grande parte da sociedade brasileira, que, possivelmente, sofreu com o

assédio diário do universo consumista. Sobre essa vulnerabilidade, que, em tese, seria provocada pelo baixo conhecimento sobre finanças, Campos destaca que:

quando estamos infusos em um sentimento de preocupação referente ao dinheiro, o medo norteia nossa vida, não temos a segurança de que as contas serão pagas no fim do mês, não nos sentimos dignos de olhar de frente nossa família e nossos amigos (2015, p. 39).

Assim, pode-se inferir que o problema financeiro na vida das pessoas pode gerar um forte impacto em sua rotina, ocasionando consequências negativas, tanto em sua vida pessoal, quanto profissional, podendo afetar, por exemplo, a saúde mental, os relacionamentos, a saúde física e a vida profissional.

É importante destacar que o Brasil sofre com grave disparidade socioeconômica, o que caracteriza um problema grave que contribui para que muitas pessoas enfrentem dificuldades financeiras. Conforme Giambiagi (2011), as principais causas dessa disparidade são: o histórico de desigualdade social que remonta à colonização portuguesa, quando a concentração de terras foi estabelecida na mão de poucos; a escravidão, que durou mais de três séculos; a exclusão de grupos sociais marginalizados; a distribuição de renda desigual; a falta de acesso a oportunidades, haja vista que a população mais pobre do Brasil tem menos acesso à educação de qualidade, saúde, moradia digna e mercado de trabalho formal, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento e perpetua a pobreza.

A disparidade socioeconômica cria um ciclo de pobreza que é difícil de ser quebrado, pois as pessoas mais pobres têm menos chances de melhorar suas condições de vida. Como possíveis soluções para a disparidade socioeconômica sugere-se a implementação de políticas públicas que promovam a redistribuição de renda, o acesso à educação e saúde de qualidade, bem como, a criação de oportunidades de emprego para a população mais pobre.

Para reduzir a disparidade socioeconômica no Brasil é necessário um esforço conjunto do governo, da sociedade civil e de cada cidadão para construir um país mais justo e igualitário. Destaca-se, neste contexto, a educação como indicador fundamental para romper o ciclo de pobreza e promover a igualdade de oportunidades. É necessário investir em educação de qualidade para todos os brasileiros.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem recomendado aos países-membros a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais que promovam a construção do conhecimento sobre finanças pessoais,

planejamento familiar e consumo consciente. Tais políticas proporcionariam à sociedade uma consciência financeira capaz de subsidiar suas escolhas e comportamentos, promovendo o uso racional do dinheiro, que, por consequência, pudessem prover qualidade de vida e seguridade social aos membros familiares.

Assim, a OCDE reforça a importância da educação financeira no ambiente escolar como forma de contribuir na formação de habilidades que serão utilizadas ao longo da vida. A OCDE define educação financeira como:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. Educação financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro (2005, p. 4, tradução nossa²³).

Ao conjunto de habilidades destacadas pela OCDE, entende-se que sejam capazes de promover um senso crítico do sujeito frente às questões econômicas que eventualmente estejam em desfavor da sua conjuntura financeira. Na compreensão de Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1121), “na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais”. Assim, a construção de um senso crítico no gerenciamento dos recursos financeiros ou na tomada de créditos pode contribuir para uma leitura racional das ‘facilidades’ apresentadas pelos agentes financeiros.

A educação financeira pode contribuir na formação de uma sociedade capaz de analisar e deferir a seu favor, certos comportamentos frente ao consumismo, à tomada de crédito, ao planejamento financeiro e ao controle de dívidas. Nessa visão, educar financeiramente o sujeito pode promover um estado de ‘Consciência Econômica’, potencializando o senso crítico.

Possivelmente, a educação financeira não resolverá todos os problemas financeiros das famílias brasileiras, haja vista a disparidade econômica, o histórico de desigualdades e a falta de oportunidades, mencionados anteriormente, mas, pode promover uma reestruturação na

²³ Financial education can be defined as “the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products, concepts and risks and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being”. Financial education thus goes beyond the provision of financial information and advice, Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

relação com o dinheiro. Este conhecimento fundamental a todas as pessoas, por anos, ficou restrito a uma parcela da sociedade.

Entende-se que, tão importante quanto prover recursos financeiros é saber usá-los de forma sustentável. A falta de controle dos gastos e do planejamento orçamentário familiar tende a promover situações de endividamento da sociedade. Tal fato remete à necessidade de analisar estratégias para que as famílias brasileiras possam superar as adversidades financeiras.

A educação financeira no Brasil foi pensada em um processo de adquirir conhecimentos e habilidades para tomar decisões financeiras conscientes, através dos ensinamentos contínuos que começa na infância e continua ao longo da vida. Existem muitas visões diferentes sobre a educação financeira, para Júnior e Claro (2013) a educação financeira deve se concentrar em ensinar às pessoas sobre os fundamentos do dinheiro, como orçamento, poupança e investimento. Na visão do Banco Central do Brasil (2022), a educação financeira deve se concentrar em ensinar as pessoas sobre os riscos e recompensas dos diversos produtos e serviços financeiros. Outros autores defendem que a educação financeira deve se concentrar em ensinar às pessoas sobre como tomar decisões financeiras éticas e responsáveis, buscando o equilíbrio entre receita e despesas, como destaca Da Silva e Gandara (2021).

Não existe uma única abordagem para a educação financeira, cabe às pessoas interpretar o contexto e adequar da melhor maneira, respeitando as necessidades individuais e os objetivos pretendidos. Nesse sentido, a escola de educação básica pode contribuir de forma significativa, pois possui informações sobre o perfil dos discentes e as necessidades da comunidade escolar ao seu entorno.

Sobre a formação continuada dos docentes, Hartmann e Maltempi (2021, p. 7), descrevem que “há possibilidades de criar cenários para investigação em aulas de Educação financeira; há necessidade de formação continuada sobre esse tema e de investigações voltadas à formação de professores”. Além da formação dos professores, é preciso promover a ‘Consciência Econômica’ para que eles possam compreender a necessidade e importância desse tema nas suas aulas.

A OCDE em 2005 propôs algumas recomendações sobre os princípios e as boas práticas educacionais, as quais destacou a importância de inserir os conhecimentos da educação financeira como forma de buscar o desenvolvimento da sociedade, instruindo que políticas públicas nacionalmente, bem como as instituições públicas e privadas, desenvolvessem condições para promover a conscientização financeira a toda população.

Embora alguns esforços iniciais tenham sido feitos na década de 2000, a educação financeira no Brasil ganhou impulso e uma abordagem mais estruturada a partir da década de 2010, com a criação de políticas e programas nacionais dedicados a esse tema. Apesar de a educação financeira no Brasil ter sido desenvolvida tardiamente, é possível visualizar um cenário favorável na difusão deste conhecimento, seja como, componente curricular, tema transversal ou projeto escolar. Contudo, faz-se necessário compreender o nível de conhecimento entre os docentes das unidades educacionais do ensino básico para criar políticas públicas de formação continuada sobre noções de economia, finanças e investimentos.

Neste sentido, o Governo Federal, em 22 de dezembro de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)²⁴, por meio do Decreto nº 7.397/2010 (Brasil, 2010b). A implementação da ENEF teve como objetivo promover em todo o país, as ações de educação financeira, a prevalência do interesse público, a atuação por meio de informação, formação e orientação, a centralização da gestão e descentralização da execução das atividades, a formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas e a avaliação e revisão periódicas e permanentes (Brasil, 2010b). O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) foi instituído pelo decreto nº 7.397/2010 e sua função deliberativa era definir planejamentos, bem como programas e ações da ENEF.

Em 09 de junho de 2020 o decreto 7.397/2010 foi revogado pelo Decreto nº 10393/2020 (Brasil, 2020), o documento vigente possibilitou a criação de uma nova ENEF, com o objetivo de “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país” e criou o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que substituiu o CONEF e ficou responsável por implementar a ENEF, divulgar as ações de educação financeira e compartilhar informações (BRASIL, 2020). Assim, as novas diretrizes definidas para a ENEF estão em conformidade com a OCDE e sua concepção sobre a educação financeira.

Mendes não comunga das mesmas definições sobre a educação financeira que a OCDE. Para ele, “a educação financeira é, portanto, um instrumento que auxilia na qualidade das decisões financeiras e que está diretamente ligada aos níveis de endividamento” (2015, p. 16). A afirmação indica que Mendes tem uma visão específica sobre a educação financeira, que se

²⁴ A ENEF foi instituída em 2010 como uma política pública para melhorar a relação dos brasileiros com o dinheiro, incentivando o planejamento financeiro, o consumo consciente e a prevenção ao superendividamento. Desde a sua criação, a ENEF tem sido coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), composto por representantes de diversos órgãos governamentais, entidades reguladoras, instituições financeiras, associações de classe e organizações da sociedade civil. A ENEF desenvolve ações em diferentes frentes, visando atingir diversos públicos, como crianças, jovens, adultos e idosos.

concentra na tomada de decisões financeiras de qualidade e sua relação com os níveis de endividamento, e essa visão difere das definições e abordagens adotadas pela OCDE. A Organização enfatiza outros aspectos da educação financeira, como o desenvolvimento de habilidades de planejamento financeiro a longo prazo, o entendimento dos mercados financeiros ou a promoção da inclusão financeira.

Reis (2016), amplia a definição de educação financeira, abarcando que esse conhecimento pode proporcionar um senso analítico e crítico na tomada de decisões sobre as questões financeiras e produtos bancários, compreendendo os riscos e ameaças do cenário econômico, conduzindo a uma perenidade financeira que promova o bem-estar das pessoas. O mundo tem passado por uma grande transformação tecnológica, com isso novas empresas do setor financeiro têm surgido oferecendo os mesmos serviços bancários com custos reduzidos aos clientes.

À vista disso, Ferreira reforça esse pensamento quando dispõe que a educação financeira está relacionada ao modo de vida das pessoas, para ela “se trata de conhecimentos e competências que te ajudam fazer escolhas inteligentes relacionadas a dinheiro, transações financeiras e consumo” (2017, p. 3). Conforme o pensamento da autora, é possível construir condições que possam promover capacidade financeira das pessoas e melhorar sua condição de bem-estar.

Sobre isso, as autoras Buss e Amorim descrevem que:

A Educação financeira não é apenas aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é buscar uma melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança necessária para aproveitar a vida e ao mesmo tempo obter uma garantia para eventuais imprevistos. É o processo em que o indivíduo busca conhecimentos para lidar com o dinheiro de forma mais consciente e inteligente (2020, p. 22).

Compreender e gerenciar a relação entre receitas e despesas pode ser possível, mesmo que essa cultura não tenha sido transmitida pelas famílias e suas gerações, desde que a educação básica assuma essa função. Nesse sentido, a BNCC orienta aos gestores municipais, estaduais e federais, que atuam na educação básica, a introduzir em seus currículos ações pedagógicas que contemplem os temas contemporâneos e que os mesmos sejam trabalhados na forma transversal (Brasil, 2018), por entender que cada professor possa contribuir com o seu conhecimento teórico e sua experiência de vida.

A escola, enquanto um lugar de Educação, deve promover uma formação cidadã, preparando o sujeito para o mundo, desenvolvendo habilidades técnicas (conhecimentos) e comportamentais (Consciência Econômica). No que diz respeito às habilidades técnicas, a escola deve fornecer aos estudantes os conhecimentos e competências necessários para compreender e atuar de forma eficaz em diversas áreas do conhecimento, como matemática, ciências, línguas, história, entre outras. Essas habilidades técnicas são essenciais para que os estudantes possam adquirir uma base sólida de conhecimentos e sejam capazes de compreender a realidade em que estão inseridos.

Além disso, a escola também deve desenvolver habilidades comportamentais, como a ‘Consciência Econômica’ mencionada. Isso envolve fornecer aos estudantes conhecimentos e ferramentas para entender o funcionamento da economia, a importância da sustentabilidade financeira, a tomada de decisões conscientes e responsáveis, o consumo consciente, o planejamento financeiro pessoal, entre outros aspectos relacionados à economia e finanças.

Dessa maneira, a educação financeira sendo trabalhada na forma transversal, pelo professor em sala de aula possui vasto potencial na disseminação dos conhecimentos inerentes aos problemas da sociedade contemporânea. A construção do saber favorece a compreensão da ‘Consciência Econômica’ e promove o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para se tornarem membros ativos e responsáveis da sociedade.

3.2 Definições de ‘Consciência Econômica’

A consciência é um conceito complexo que tem sido objeto de investigação entre várias áreas do conhecimento. Embora não haja uma definição única e consensual, a consciência geralmente se refere à capacidade de perceber, compreender, experimentar e estar ciente de si e do mundo a sua volta. Para Hill a consciência pode ser compreendida de várias maneiras.

É comum distinguir cinco formas de consciência: consciência a gente quando dizemos que um agente está perdendo a consciência ou recobrando a consciência, consciência proposicional expressa pela construção consciente de que), consciência introspectiva quando dizemos coisas como a afeição que ele tem por mim é totalmente consciente, mas sua hostilidade não, consciência relacional expressa pela construção consciente de e consciência fenomênica propriedade de estados mentais em uma dimensão fenomenológica - isto é, quando eles se apresentam a nós com características qualitativas, tais como a sensação de dor e o sabor de uma laranja (2011, cap. I).

A consciência é um fenômeno multifacetado e difícil de definir de forma unificada. Tal complexidade desperta a necessidade e relevância desse estudo, que busca compreender o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores do ensino médio da Escola X e a sua aptidão para trabalhar com o tema contemporâneo transversal da educação financeira.

A definição de ‘Consciência Econômica’ nesse trabalho está ligada aos comportamentos das pessoas sobre o conhecimento, a interpretação e a aplicação dos conceitos e das dinâmicas essenciais da economia brasileira no seu dia a dia. Piaget, renomado psicólogo suíço, utiliza o termo "conduta" para se referir às ações e comportamentos observáveis de um indivíduo.

Uma conduta é, portanto, um caso particular de intercâmbio entre o mundo exterior e o sujeito; mas, contrariamente às trocas fisiológicas que são de ordem material e supõem uma transformação interna dos corpos em interação, as condutas estudadas pela psicologia são de ordem funcional e se efetuam a distâncias cada vez maiores no espaço e no tempo (2013, cap. IV).

Para Piaget, a conduta é uma expressão externa do funcionamento interno do sujeito e reflete seu desenvolvimento cognitivo. A conduta, para Piaget, é uma manifestação visível da interação entre as estruturas cognitivas do sujeito e o ambiente em que ele está inserido. O desenvolvimento cognitivo ocorre por meio de processos de adaptação, assimilação e acomodação, nos quais o indivíduo interage com o ambiente, incorporando novas informações e ajustando suas estruturas cognitivas existentes.

Nesse sentido, é possível inferir que o comportamento de uma pessoa pode estar ligado ao espaço que se encontra inserido, não somente do ponto de vista físico, mas comungando com os costumes e conhecimentos compartilhados neste espaço. Esse pensamento provoca uma reflexão na ambiência²⁵ educacional, por promover uma interação entre os sujeitos, para além dos componentes curriculares, fomentando uma cultura que transborda o espaço escolar, por meio de uma práxis²⁶ pedagógica capaz de contribuir com a construção de saberes que serão usados na vida cotidiana pela comunidade escolar.

Na perspectiva de Freire (2011), a práxis implica em um diálogo aberto e horizontal entre educadores e educandos, em que ambos são agentes ativos no processo de aprendizagem.

²⁵ Ambiência é a qualidade do que é ambiente. Geralmente, quando se fala em ambiência o termo pode definir distintos tipos de espaços físicos destinados a um propósito, acontecendo ali atividades sociais. Disponível em: <https://conceito.de/ambiencia>. Acesso em: 19 out. 2023.

²⁶ O termo práxis provém de um termo grego e diz respeito à prática. Trata-se de um conceito que é utilizado em oposição ao de teoria. O termo costuma ser usado para fazer alusão ao processo pelo qual uma teoria passa a fazer parte da experiência vivida. Disponível em: <https://conceito.de/praxis>. Acesso em: 19 out. 2023.

A práxis envolve a conscientização e a problematização da realidade em que, por meio da reflexão crítica, as pessoas são incentivadas a agir de forma transformadora, buscando a superação das injustiças e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Outrossim, a construção da ‘Consciência Econômica’ pode ser compreendida como a construção de saberes e práticas pedagógicas sobre noções básicas de macroeconomia que irão subsidiar o sujeito na tomada de decisões financeiras de forma consciente e sustentável, proporcionando uma capacidade de visualizar cenários econômicos que possam afetar o seu planejamento. Destaca-se, nesse ponto, a escola de educação básica como referência na disseminação de atividades pedagógicas capazes de potencializar o interesse dos estudantes em assuntos importantes para o seu cotidiano.

A ‘Consciência Econômica’ assemelha-se à literacia financeira, a qual é compreendida como “a capacidade de leitura, análise, gestão e comunicação dos diversos problemas financeiros que se colocam diariamente ao nível de bem-estar material dos cidadãos” (Tavares; Almeida, 2021, p. 74). Do mesmo modo que a educação financeira conduz à ‘Consciência Econômica’, ela também leva os sujeitos à literacia, dada a relação íntima que mantêm entre si. A literacia financeira refere-se à capacidade de compreender e gerenciar as finanças pessoais de maneira eficaz. Envolve o conhecimento e as habilidades necessárias para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis, com base na compreensão dos conceitos e princípios financeiros.

A importância da literacia financeira ou da ‘Consciência Econômica’ está relacionada ao fato de que as decisões financeiras têm um impacto significativo na vida das pessoas. Segundo Tavares e Almeida, a “tomada de decisão é um processo que afeta o presente e o futuro. A maioria das decisões de caráter financeiro são, cada vez mais complexas e exigentes, onde só a intuição não chega para realizar as escolhas adequadas” (2021, p. 76). Uma boa compreensão financeira permite que as pessoas gerenciem suas finanças pessoais de maneira mais eficiente, evitando o superendividamento, tomando decisões de investimento mais sólidas e planejando o futuro financeiro de forma adequada.

O aprendizado que pode levar o sujeito à ‘Consciência Econômica’ é admitido na educação formal, não formal e informal. A educação formal ocorre nas instituições de ensino, sendo que as escolas de educação básica desempenham um relevante papel na disseminação de conhecimentos relativos à educação financeira. A educação não formal e a educação informal tendem a complementar a consolidação desse conhecimento, visto que, nelas, o sujeito é o agente ativo do processo de ensino e aprendizagem frente.

Enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem, o sujeito aprenderá tendo como referência a percepção do objeto e/ou evento e a capacidade individual de processar, compreender e aplicar essas informações de forma mais ampla e abstrata. Sobre isso, Piaget dispõe que:

A percepção é o conhecimento que adquirimos dos objetos, ou de seus movimentos, por contato direto e atual, enquanto a inteligência é um conhecimento que subsiste quando intervêm os rodeios e aumentam as distâncias espaço temporais entre o sujeito e os objetos (2013, cap. V).

Esse conhecimento adquirido pode ser capaz de promover a interação do sujeito com o cenário econômico, tornando-se parte importante na construção da ‘Consciência Econômica’. É importante destacar que o cenário econômico se constrói em constante movimento, essa flutuação também é conhecida como ciclos econômicos. Ao interpretar os indicadores econômicos, como, por exemplo, taxa de juros, taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), balança comercial, taxa cambial, entre outros, é possível que o sujeito também compreenda os possíveis impactos deles em sua vida cotidiana (Hartmann; Maltempo 2021). A capacidade de criar possíveis decisões, a partir de uma interpretação dos dados dos indicadores, pode contribuir na tomada de decisões que envolvam o consumo, evitando o endividamento.

A interpretação dos indicadores econômicos pode ser comparada com uma receita alimentar, o objetivo é obter um prato saboroso e bem preparado. Da mesma forma, na interpretação dos indicadores econômicos, o objetivo é obter uma compreensão clara e precisa da situação econômica. Isso pode envolver a identificação de oportunidades, riscos, desafios e possíveis impactos nas tomadas de decisão econômica, ou seja, a junção de variáveis, em tese, pode proporcionar a vista de possíveis cenários que não estão tecnicamente visíveis, mas dedutíveis, dada a leitura do cenário atual.

Sobre essa capacidade de ler o cenário econômico, Campos destaca que “o caminho da consciência é realmente diferente dos demais, e sua curva de aprendizado e assimilação não obedece à lei de acúmulo de conhecimento no qual nossa base de ensino está alicerçada” (2015, p. 65). Contudo, a ‘Consciência Econômica’ vem requerer do sujeito a capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos, por meio da interpretação dos fundamentos que compõem o cenário econômico.

Ao observar as tendências de longo prazo, apresentadas pelo mercado financeiro e as mudanças nos padrões econômicos, a pessoa perceberá se o consumo está aumentando ou

diminuindo, se os investimentos estão crescendo, se há mudanças nos setores econômicos dominantes, entre outros aspectos relevantes. A conduta do sujeito na avaliação de como os eventos econômicos podem afetar sua vida pessoal, seja no mercado de trabalho, no custo de vida, nos investimentos ou nas oportunidades, permitirá que suas ações financeiras possam ser realizadas de forma consciente e eficiente.

Do ponto de vista da cidadania, a ‘Consciência Econômica’ tende a ser compreendida como essencial para garantir a participação cidadã em questões econômicas e políticas. Sobre isso, Silveira *et al.* dispõe:

A maioria das pessoas de quatro em quatro anos coloca seu voto, e depois se desliga completamente da participação política. Na maioria das vezes essas pessoas nem sabem mais em quem votaram. Essa democracia participativa está, na verdade, em descrédito em quase todo o mundo. Constata-se que não é eficiente. Muito diferente seria o que hoje em dia se passou a chamar de *democracia participativa*, que consiste em montar estratégias em que as pessoas são chamadas, o mais possível, a participar no planejamento e nas decisões da comunidade (2008, p. 3).

O possível desinteresse em interagir no planejamento e tomada de decisões frente às questões socioeconômicas pode ser um indicativo de ausência da ‘Consciência Econômica’, haja vista que a economia está diretamente relacionada com as decisões políticas. A ‘Consciência Econômica’ permite que as pessoas compreendam e avaliem as políticas econômicas propostas pelos governos, bem como os impactos dessas políticas na sociedade. Essa visão leva os cidadãos a expressar suas opiniões e sentimentos, promovendo engajamentos em debates econômicos de forma construtiva.

O comportamento ativo e engajado, em tese, pode aumentar a participação da sociedade nas questões econômicas e contribuir para uma gestão participativa das finanças dos governos. Conforme Silveira *et al.* (2008), esse mecanismo existe em vários estados e municípios pelo país, porém a falta de engajamento ou de ‘Consciência Econômica’ por parte da população não potencializa a participação da sociedade sobre a gestão financeira pública, que possui grande poder de influência no seu dia a dia.

A discussão sobre a ‘Consciência Econômica’ e a quem ela beneficia ou prejudica é de fato um tema que pode ser abordado a partir de uma perspectiva marxista. A teoria marxista, destaca a luta de classes, a compreensão dos sistemas e as relações de poder que os sustentam. De acordo com os princípios marxistas, a classe dominante, que controla os meios de produção e detém o poder econômico, tem interesse em manter as massas trabalhadoras alienadas e desprovidas de conhecimento (Marx, 1980).

Com o baixo incentivo à ‘Consciência Econômica’ e à formação crítica dos sujeitos, torna-se mais desafiador para os trabalhadores reconhecerem a exploração a que estão sujeitos e se organizarem para buscar mudanças em suas condições de trabalho e vida. Nessa perspectiva, a classe dominante se beneficia da falta de ‘Consciência Econômica’, pois pode continuar a explorar os trabalhadores, mantendo o controle sobre os meios de produção e acumulando riqueza.

A falta de ‘Consciência Econômica’ também pode levar as pessoas a adotarem comportamentos e padrões de consumo que beneficiam os interesses da classe dominante, como o endividamento excessivo ou a adesão acrítica ao consumo de bens e serviços. Por outro lado, o desenvolvimento de uma ‘Consciência Econômica’ pode ser visto como uma ferramenta de empoderamento das classes trabalhadoras.

Quando as pessoas têm uma compreensão clara das estruturas econômicas e das relações de poder que as permeiam, tornam-se capazes de questionar e desafiar as desigualdades e injustiças presentes no sistema capitalista (Hartmann; Maltempi, 2021). A ‘Consciência Econômica’ permite que as pessoas compreendam a exploração e busquem formas de resistência e transformação social. Nessa perspectiva, pode ser uma ferramenta para a organização e luta contra a exploração capitalista.

É importante ressaltar que essa é uma visão específica dentro do debate econômico e político, e outras perspectivas podem oferecer diferentes análises sobre o papel e os interesses relacionados à ‘Consciência Econômica’. A ‘Consciência Econômica’ quando construída de forma sustentável e humana potencializa na sociedade contemporânea um olhar social face às causas e consequências da desigualdade econômica, permitindo que as pessoas analisem criticamente os fatores socioeconômicos que contribuem para a desigualdade de renda e riqueza, bem como identifiquem possíveis soluções e políticas que busquem promover uma distribuição mais justa dos recursos.

Neste sentido, “a verdadeira cidadania se dá no momento em que falamos, no momento em que dizemos nossa palavra, expressamos nossa opinião, manifestamos nosso pensamento. É nesse momento que ajudamos a construir a cidade” (Silveira *et al.*, 2008, p. 4). Este olhar humanizado, do ponto de vista econômico, poderá ser alcançado se a escola estiver preparada e engajada na formação para além dos saberes sistematizados dos currículos.

A resiliência na formação humana sobre os aspectos econômicos também pode ser compreendida como ‘Consciência Econômica’, pois estamos em um mundo em constante mudanças. As pessoas que construíram uma base de conhecimento estão mais conscientes para

lidar com crises econômicas, flutuações no mercado de trabalho e mudanças nas tendências econômicas, assim, possivelmente conseguirão tomar decisões mais conscientes face às incertezas econômicas.

Em uma visão ampla, a educação básica pode contribuir na conscientização econômica e fomentar uma cultura financeira equilibrada, visando a construção de uma sociedade preparada para enfrentar os obstáculos dos ciclos econômicos.

3.3 Relação entre ‘Consciência Econômica’ e a educação financeira, sendo pensada na Escola

Esta pesquisa trata a ‘Consciência Econômica’ e a ‘Consciência Financeira’ como dois conceitos interligados que desempenham um papel fundamental no âmbito educacional visando a formação dos sujeitos em relação ao aspecto financeiro. Enquanto a ‘Consciência Econômica’ refere-se à interpretação, entendimento e prática dos princípios econômicos e dos sistemas financeiros, a educação financeira envolve o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para gerir efetivamente as finanças. Assim, a relação entre esses dois conceitos tende a contribuir para uma formação mais sólida e consciente em relação ao dinheiro e aos aspectos econômicos da vida cotidiana.

Com o avanço das transações digitais e dos sistemas de pagamento eletrônico, a virtualização do dinheiro tem desempenhado um papel significativo na potencialização do consumo, especialmente por meio das compras *on-line*. Esse sistema possui um potencial de estimular o consumo, haja vista que a virtualização do dinheiro permite um fluxo perene em escala global, possibilitando compras e transferências de recursos para qualquer local do mundo, ampliando as possibilidades de consumo.

Por anos, a educação financeira, bem como o conhecimento sobre noções de economia, ficou a cargo das famílias brasileiras, pois não havia dispositivo legal nas grades curriculares das escolas de educação básica. O conhecimento era segregado, entre as pessoas que já os possuíam, sendo repassado por gerações familiares ou ainda, por aqueles com condições financeiras que possibilitasse pagar pelo trabalho de um assessor financeiro.

Com a difusão da internet, o acesso à informação foi democratizado. Para De Oliveira Cruz, os “mecanismos de busca de informação na internet evoluíram de forma surpreendente. Sistema de busca como o Google tem elevado bastante o estado da arte das pesquisas

bibliográficas²⁷” (2008, p. 1030). Essa democratização do acesso à informação tem impactos significativos em diversas áreas da sociedade. Agora, as pessoas podem realizar pesquisas de maneira mais eficiente e abrangente, explorar uma variedade de fontes e perspectivas, e obter informações atualizadas em tempo real.

Assim, é importante que a escola contemporânea esteja conectada aos anseios da comunidade que a compõem, a fim de promover uma ambiência educacional composta de saberes que contribuem na vida cotidiana dos docentes e discentes. O conhecimento proposto pela educação financeira, pensado como tema transversal na educação básica, pode ser um caminho que contribui na formação de uma comunidade que realiza escolhas conscientes, frente a cultura consumista. Savoia, Saito e Santana estabelecem que:

No Brasil, há uma situação preocupante no âmbito da educação financeira, demandando urgência na inserção do tema em todas as esferas, ainda mais considerando a desequilibrada distribuição de renda desse país, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias (2007, p. 1138).

A má gestão dos recursos financeiros pelas famílias pode estar relacionada a vários fatores que afetam a sociedade, incluindo o alto índice de endividamento associado ao consumismo estrutural. O consumismo estrutural refere-se a um sistema econômico e social que incentiva fortemente o consumo excessivo de bens e serviços. Nesse contexto, a ‘Consciência Econômica’ no ambiente escolar pode ocasionar às famílias um resultado de ações pedagógicas que mitiguem os impactos negativos do endividamento excessivo na sociedade.

Para Savoia, Saito e Santana (2007), esse ambiente provedor de conhecimento sobre educação financeira tende a ser construído de forma coletiva, por toda a comunidade, envolvendo os segmentos públicos e privados, visando o amplo fomento de uma cultura sustentável do ponto de vista financeiro e nas relações de consumo consciente. Nesse sentido, não há espaço para a singularidade nas ações, visto que a sociedade está distribuída em classes que, por vezes, não se interagem, fomentando assim as colonialidades²⁸.

²⁷ A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.

²⁸ A colonialidade pode ser entendida como um padrão ou uma matriz colonial de poder que, com base na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero), produz subalternidade e oblitera conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles/as que são explorados/as e dominados/as. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002. Acesso em: 27 de out. 2023.

Na visão marxista as classes sociais possuem uma visão estruturalista, entendendo que as classes são determinadas pela estrutura econômica da sociedade. Assim, a classe dominante, denominada como burguesia, é proprietária dos meios de produção, enquanto a classe dominada, o proletariado, tende a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa relação de exploração gera um antagonismo de classe, que se manifesta na luta de classes entre duas classes estruturalmente opostas (Marx, 1980). A compreensão das classes sociais torna-se relevante por ser uma ferramenta capaz de entender a sociedade e promover a justiça social.

Ao examinar as classes sociais, é possível identificar desigualdades e disparidades existentes na sociedade. Isso permite uma análise mais aprofundada das condições de vida, oportunidades econômicas e acesso a recursos disponíveis para diferentes grupos. O sistema educacional possui uma participação relevante nesse processo, pois pode fornecer os alicerces necessários para o fomento de conhecimentos e habilidades econômicas que possibilitem as pessoas a buscarem novas perspectivas e, sempre que possível, superar os obstáculos impostos pela segregação das classes sociais.

A BNCC direcionou a inclusão da educação econômica, financeira e fiscal de forma transversal, oferecendo aos componentes curriculares a possibilidade de incorporar estes conceitos em outras áreas do conhecimento, promovendo a compreensão dos princípios econômicos básicos por diferentes áreas. Nesse cenário, o docente possui um papel primordial na colaboração da construção de uma ‘Consciência Econômica’ coletiva dentro da escola, se valendo de suas ações pedagógicas em sala de aula ou em projetos envolvendo outros componentes curriculares.

Contudo, o mundo está em constante mudança e as transformações ocorrem de forma simultânea no mundo globalizado. Isso requer que o docente acompanhe as necessidades da sociedade e promova a construção do conhecimento de forma dinâmica e inclusiva. Sobre isso De Oliveira Cruz descreve que:

a importância de os professores se prepararem para ajudar seus alunos a lidar não com as verdades e certezas absolutas, mas sim com as incertezas do saber e da vida. Este papel de mediador e instigador do conhecimento, que o educador passa a assumir na era da informação, não reduz nem minimiza sua responsabilidade com a formação do sujeito, muito pelo contrário, deve contribuir para uma formação humana e ético-social (De Oliveira Cruz, 2008, p. 1029).

Por natureza da profissão, o professor tende a repassar aos estudantes suas experiências de vida, bem como as vitórias conquistadas e derrotas sofridas ao longo da vida. Estando o

docente consciente economicamente, para abordar assuntos relacionados com a educação financeira, poderá reproduzir seus conhecimentos em sala de aula, fomentando uma formação ampla e libertadora. Essa consciência lhe proporcionará condições para compreender a relevância do tema na trajetória de vida dos discentes, que, por vezes, têm a escola como a única fonte de conhecimento.

A unidade escolar pode proporcionar aos docentes condições para desenvolver em suas aulas o conhecimento sobre noções de economia e educação financeira de forma transversal, subsidiando em materiais pedagógicos, recursos tecnológicos, revistas especializadas e, quando possível, qualificação, por meio de parcerias. Nessa toada, o desenvolvimento do trabalho sistêmico é fundamental.

Ao adotar uma abordagem sistêmica, a escola reconhece a interdependência e a interconexão entre vários elementos que contribuem para uma educação mais abrangente e significativa. A qualificação dos docentes, por meio de parcerias com instituições especializadas em educação financeira, é outra forma importante de fortalecer o trabalho sistêmico na unidade escolar e de aprimorar seus conhecimentos e habilidades em educação econômica e financeira, o que os possibilita abordar esses temas de forma mais eficaz e inovadora em suas aulas.

O desenvolvimento de uma ‘Consciência Econômica’ na escola é um processo contínuo que exige o engajamento de toda a comunidade escolar. Ao investir na formação dos professores e na criação de um ambiente propício para o aprendizado, a escola contribui para a construção de um futuro mais próspero e justo para todos.

Nesse conjunto de ações que visam o ensino da educação financeira nas escolas, a parceria pode ser vista como uma ponte capaz de acessar diversas camadas da sociedade e resultar em bons resultados. Neste pensamento, Cordeiro, Costa e Da Silva descrevem que:

A ENEF será estabelecida em todo o território nacional de forma gratuita, procurando formar parcerias tanto com órgão e entidades públicas quanto com instituições privadas, tendo como finalidade o fortalecimento de suas ações. Com tais parcerias fica mais fácil abranger grande parte da população, independente da classe social, raça ou crença, proporcionando uma melhor orientação financeira para as famílias brasileiras (2018, p. 75).

Este pensamento coletivo, voltado para ações pedagógicas sobre o ensino da educação financeira, reforça a importância da ‘Consciência Econômica’ no espaço escolar. A difusão desse conhecimento deve ocorrer de forma multidisciplinar (Hartmann; Maltempi, 2021), haja

vista que todos os agentes do processo educacional são partes importantes no sistema, diferentes experiências e visões podem proporcionar um amplo aprendizado aos estudantes.

Conforme De Melo *et al.*, a relevância dada pela BNCC aos temas contemporâneos, do ponto de vista transversal, visa:

alcançar quatro objetivos: problematizar a realidade e as situações de aprendizagem; superar a concepção fragmentada do conhecimento para uma visão sistêmica; integrar as habilidades e competências curriculares à resolução de problemas e promover um processo educativo continuado, entendendo o conhecimento como uma construção coletiva (2021 p. 2).

Esses objetivos refletem a preocupação da BNCC em oferecer uma educação mais significativa, relevante e conectada com as demandas da sociedade contemporânea. Ao que tange à problematização, esse processo de ensino pode contribuir para a aprendizagem da educação financeira, pois permite que os alunos desenvolvam a capacidade de pensar criticamente e de resolver problemas financeiros.

A problematização provoca o desenvolvimento de um processo de investigação capaz de compreender um fenômeno ou situação a partir de um questionamento (De Oliveira Cruz, 2008). Outrossim, a ‘Consciência Econômica’ idealizada no espaço escolar tende a promover uma problematização da realidade, podendo ser realizada a partir de diferentes abordagens, como a Aprendizagem Baseada em Problemas²⁹ (ABP). Essa abordagem tem em comum a ideia de que a aprendizagem ocorre a partir do confronto do estudante com situações reais e desafiadoras.

A problematização das situações reais da economia brasileira pode contribuir para que os estudantes e professores desenvolvam a autonomia e a capacidade de interpretar de forma independente os cenários que influenciam sua vida financeira. Quando provocadas a resolver problemas, as pessoas tendem a mobilizar seus conhecimentos e habilidades para encontrar soluções. Esse processo induz a desenvolver a confiança em si e a capacidade de aprender de forma autônoma e emancipatória.

Sobre isso, Paulo Freire (2011) destaca que a emancipação está intrinsecamente ligada à educação como um processo de libertação das pessoas das opressões e condições de

²⁹ O método da Aprendizagem Baseada em Problemas tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos que o expõe a situações motivadoras e o prepara para o mundo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QQXPb5SbP54VJtpmvThLBTc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 out. 2023.

subjugação, permitindo-lhes desenvolver uma consciência crítica e se tornarem agentes ativos na transformação social. A emancipação não se trata apenas de um processo individual de libertação, mas sim de um processo coletivo de transformação social, por meio de um processo contínuo que exige o engajamento e a participação de todos os indivíduos na construção de um mundo mais justo e humano.

Outro ponto relevante na construção da ‘Consciência Econômica’ como instrumento de transformação no âmbito educacional é a superação da concepção fragmentada do conhecimento em componentes curriculares ou áreas isoladas, sem levar em consideração as relações entre si (Hartmann; Maltempi, 2021). Essa concepção ainda é comum no ensino tradicional, que tende a organizar os conteúdos de forma compartimentada. Por outro lado, o processo de ensino pautado numa visão sistêmica tende a considerar o conhecimento como um todo interconectado, em que as partes se relacionam e se influenciam mutuamente. Essa visão é mais adequada à realidade, haja vista sua complexidade e dinamismo.

Integrar as habilidades e competências curriculares à resolução de problemas é uma estratégia significativa, especialmente para o público do ensino médio. Essa etapa da educação busca preparar os estudantes para os desafios financeiros, profissionais e acadêmicos, assim, “a formação desse cidadão emancipado e pertencente à sociedade democrática facilita sua participação plena como colaborador para o desenvolvimento econômico e sustentável da comunidade onde vive” (Perin; Campos, 2022, p. 21). Quando os indivíduos são educados de acordo com os princípios da responsabilidade social, eles se tornam mais conscientes de seu papel na sociedade.

A educação financeira poderá proporcionar aos estudantes do ensino médio a conscientização sobre o mercado de trabalho, incluindo informações sobre demanda por profissões, salários e habilidades exigidas. Poderá auxiliá-los a entender a importância de planejar suas carreiras com antecedência, considerando, aspectos como escolha profissional, formação acadêmica, investimento em qualificação e perspectivas de crescimento profissional.

Contribui, ainda, para a compreensão acerca do desafio de financiar seus estudos universitários e sobre a tomada de decisão educacional, que envolve qual curso ou área de estudo seguir, considerando, fatores como empregabilidade, retorno financeiro do investimento educacional e satisfação pessoal.

Muitos estudantes do ensino médio enfrentam dificuldades em lidar com o endividamento e o controle de gastos. A educação financeira pode ensiná-los a elaborar um orçamento, economizar, evitar dívidas desnecessárias e tomar decisões financeiras

responsáveis, ajudando-os a compreender a importância de poupar e investir para alcançar metas futuras, como a compra de uma casa, aposentadoria ou empreendedorismo.

Mesmo com a amplitude de conhecimentos que a educação financeira abrange, é importante destacar que ela, “não é a solução, mas uma forma de contribuir para a formação dos jovens na construção da criticidade acerca da sociedade de consumo e suas artimanhas que movem o mercado” (Perin; Campos, 2022, p. 21), sendo que esses dilemas recorrentes podem variar dependendo da realidade socioeconômica e do contexto em que os estudantes estão inseridos.

É fundamental adaptar a abordagem da conscientização econômica e da educação financeira para atender às necessidades específicas dos estudantes do ensino médio, levando em consideração suas realidades e aspirações individuais. Essa abordagem ganha relevância por proporcionar ao estudante a capacidade de enfrentar situações complexas e encontrar soluções criativas. Esse conhecimento, em tese, pode ser essencial para o seu sucesso. Sobre isso De Melo *et al.* destacam que:

é preciso que no ambiente escolar aconteçam discussões sobre a forma como os modelos consumistas de desenvolvimento interferem na degradação do meio ambiente, a globalização e a sociedade de consumo, as imposições de padrões sociais e suas relações com o consumo de bens e produtos supérfluos, a organização das sociedades para manutenção das relações de poder, o consumo consciente dos recursos financeiros e naturais, entre outras questões que podem ser evidenciadas, para que o estudante seja capaz de analisar criticamente o contexto social no qual está inserido e tomar decisões conscientes e fundamentadas, que não leve em consideração apenas as vantagens e os aspectos matemáticos envolvidos (2021 p. 4).

Para que essas discussões ocorram, é importante que os componentes curriculares, estejam sendo trabalhados coletivamente, visando uma formação ampla, por meio de atividades práticas que simulem situações reais, estimulando os estudantes a aplicarem seus conhecimentos na busca de soluções. Além disso, é importante incentivar o pensamento crítico, por meio de perguntas reflexivas e debates, estimulando os estudantes a analisar diferentes perspectivas e a desenvolver argumentos fundamentados. Sobre o processo de ensino De Oliveira Cruz relata que:

Com base nesses fundamentos, ensinar seria lançar sementes que não sabemos se germinarão ou não, ao passo que aprender seria incorporar a semente, fazê-la germinar, crescer e frutificar, produzindo o novo [...], porém não há método para se aprender, pois o aprendizado não pode ser circunscrito nos limites de uma aula, da audição de uma conferência, da leitura de um livro (2008, p. 1036).

Neste sentido, as estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a capacidade de análise e síntese e a habilidade de tomar decisões, seriam como sementes lançadas, a serem incorporadas pelos estudantes. Portanto, a integração da ‘Consciência Econômica’ e da educação financeira, colocada em prática no dia a dia da escola, pode ser uma abordagem relevante que permite uma formação capaz de proporcionar um senso crítico e abrangente dos sujeitos em relação aos aspectos econômicos e financeiros.

Ao combinar o entendimento dos princípios econômicos com as habilidades práticas de gestão financeira, as pessoas tendem a tomar decisões financeiras embasadas na sua realidade e a compreender as implicações econômicas de suas ações. Essa combinação pode ser alcançada por meio de currículos escolares que incluam, tanto projetos e aulas de noções de economia, quanto de educação financeira, bem como, por meio de programas de capacitação e conscientização oferecidos em diferentes contextos, como instituições de ensino, empresas e organizações da sociedade civil.

3.4 Projetos educacionais que apontam para a educação financeira

Os projetos educacionais de educação financeira são atividades que visam promover o conhecimento sobre finanças pessoais a toda a sociedade brasileira, podendo ser desenvolvidos de diferentes formas, como, por exemplo, no formato de oficinas e cursos. Esses projetos abordam temas específicos da educação financeira, como consumo consciente, planejamento financeiro, poupança, investimento e crédito.

As ações pedagógicas caracterizadas como projetos educacionais oferecem atividades planejadas e são desenvolvidas visando promover a aprendizagem de temas específicos e podem ser estratégias exitosas na construção da sua ‘Consciência Econômica’. Sobre o desenvolvimento dos projetos, Prado destaca que:

Existem, em cada uma dessas instâncias do projeto, propostas e trabalhos interessantes; a questão é como conceber e tratar a articulação entre as instâncias do projeto, para que de fato seja reconstruída na escola uma nova forma de ensinar, integrando as diversas mídias e conteúdos curriculares numa perspectiva de aprendizagem construcionista (2003, p. 1).

Essa interação na construção dos saberes, no âmbito da educação financeira, propõe aos estudantes uma participação ativa no processo de ensino, pois, proporciona a construção do

conhecimento e o entendimento a partir de suas próprias experiências, interações e reflexões. Os estudantes são encorajados a explorar, experimentar, fazer perguntas e resolver problemas de forma independente ou em colaboração com seus colegas participantes das atividades coletivas.

Savoia, Saito e Santana, (2007) descrevem que parte da população do país carece de conhecimentos sobre noções básicas de economia, o que, em tese, gera dificuldade na leitura do cenário econômico. A natureza do ser humano de se relacionar com o outro destaca a importância de projetos educacionais que promovam a interação e a troca de experiências e conhecimentos. Essa abordagem colaborativa é especialmente relevante quando se trata da construção de uma educação financeira sustentável e significativa.

A participação do estudante ganha relevância neste processo de ensino, baseado em projetos escolares que envolvam diversos agentes da comunidade escolar. Sobre isso, Prado interpreta que o sujeito “aprenda fazendo e reconheça a própria autoria naquilo que produz por meio de questões de investigação que lhe impulsionam a contextualizar conceitos já conhecidos e descobrir outros que emergem durante o desenvolvimento do projeto” (Prado, 2003, p. 7). Essa abordagem permite que os sujeitos se beneficiem das experiências, desenvolvam habilidades de pensamento crítico e tomada de decisão informada, e criem soluções mais contextualizadas e eficazes.

O docente desempenha uma participação relevante no desenvolvimento dos projetos escolares, seja na etapa de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelos estudantes, nos objetivos a serem alcançados, na escolha dos temas ou no levantamento dos recursos a serem utilizados na realização da ação pedagógica. Prado reforça a relevância do perfil maleável do docente, destacando que:

é necessário que o professor tenha abertura e flexibilidade para relativizar a sua prática e as estratégias pedagógicas, com vistas a propiciar ao aluno a reconstrução do conhecimento. O compromisso educacional do professor é justamente saber o quê, como, quando e por que desenvolver determinadas ações pedagógicas. E para isto é fundamental conhecer o processo de aprendizagem do aluno e ter clareza da sua intencionalidade pedagógica (2003, p. 11).

Nesse contexto, cabe ao educador ampliar seu campo de atuação, visando atender algumas necessidades do cotidiano dos discentes, sendo que “o papel da escola e do professor não é divulgar informações, mas sim instigar o conhecimento” (De Oliveira Cruz, 2008, p. 1027). Outro ponto importante na implementação de projetos e caracterização da unidade

escolar e dos estudantes, a fim de observar as características pedagógicas ou físicas que viabilizam o desenvolvimento e a construção do conhecimento.

Na prática, a escola tende a encontrar desafios estruturantes, seja por: não dispor de recursos didáticos; ausência de interesse dos docentes, devido a circunstâncias de desvalorização da carreira que, possivelmente, impacta o motivacional; falta de conhecimento prático, devido às lacunas não consolidadas na formação acadêmica; ou pela ausência aptidão de não conseguir interpretar as necessidades provocadas pelas transformações do mundo globalizado.

Essa perspectiva propõe que a escola seja um espaço de desenvolvimento de ações pedagógicas que promovam um processo de ensino de forma integrada, colocando o estudante como parte ativa na construção de conceitos. De Oliveira Cruz dispõe que “a escola da informação e da memorização deve dar lugar à escola do conhecimento e da descoberta. A descoberta e a construção de modos criativos de conhecimento, usando as múltiplas e variadas modalidades de informação já disponíveis” (2008, p. 1027). A escola do conhecimento e da descoberta enfatiza a aprendizagem ativa, na qual os alunos são incentivados a explorar, investigar e fazer conexões entre os conceitos.

Assim, para que a escola possa desenvolver projetos que atendam às necessidades dos estudantes é preciso deslocar o funcionamento de uma escola extremamente tradicional, que visa, sobretudo, a disseminação de informações, para uma escola transversal, que une temas contemporâneos às práticas cotidianas, produzindo maior aderência ao estudante da atualidade.

Freire (2011) destaca que o modelo tradicional de ensino trata os estudantes como recipientes vazios a serem preenchidos pelo professor, sem valorizar suas experiências, conhecimentos prévios e participação ativa no processo de aprendizagem, sendo os estudantes considerados objetos passivos do conhecimento, enquanto o professor é visto como o detentor exclusivo do saber, exercendo poder e autoridade sobre os discentes. Nessa abordagem, o estudante é desencorajado a questionar, refletir criticamente ou participar ativamente na construção do conhecimento.

Indubitavelmente, o trabalho coletivo da comunidade escolar tende a ser o caminho mais adequado à elaboração e participação de projetos educacionais que completem as possíveis lacunas deixadas pelos componentes curriculares na formação do educando. Os temas contemporâneos transversais, e no caso desta pesquisa, a educação financeira trabalhada por meio de projetos, pode proporcionar maior conhecimento às famílias brasileiras.

O Brasil possui alguns projetos sobre educação financeira de forma gratuita que, mesmo não sendo específicos para o ensino médio, podem ser replicados para tal nível. O governo federal possui algumas ações relevantes sobre a educação financeira, entre elas destaca-se, o projeto Vida e Dinheiro³⁰, da ENEF, desenvolvido no formato de uma plataforma educacional, que visa promover a educação financeira, disponibilizando a todos os públicos conteúdos educacionais, por meio de uma biblioteca com artigos, vídeos, jogos e atividades que abordam diversos temas relacionados à educação financeira, orçamento, planejamento, consumo consciente, poupança e investimento. A temática é apresentada de forma clara e objetiva, acompanhada de atividades e exercícios que permitem aos estudantes praticar o que aprenderam.

Aos professores são disponibilizados, gratuitamente, cursos à distância, material didático para serem trabalhados com os estudantes do ensino fundamental e médio. Oferece uma rede de contato de professores que ensinam a educação financeira, proporcionando a troca de experiências sobre práticas pedagógicas exitosas que podem ser replicadas nas diversas escolas de educação básica. Realiza um evento anual, denominado Semana da Educação Financeira, visando propagar ações pedagógicas, mediante palestras e apresentações.

Para divulgação da educação financeira, foi criada a Escola Virtual do Governo Federal³¹ (EVG). Sua estrutura está organizada com uma plataforma de cursos *on-line* gratuitos, com emissão de certificados aos participantes. O curso de educação financeira e cooperativismo, está dividido em 8 módulos, sendo que todas as atividades podem ser desenvolvidas na plataforma virtual, gratuitamente, o que facilita o acesso à informação pelo cursista.

Destaca-se, ainda, o programa criado pela Comissão de Valores Mobiliários³² (CVM) e pelo Ministério da Educação (MEC) denominado Educação Financeira na Escola, cuja finalidade é formar professores da educação básica, para disseminação de educação financeira nas escolas brasileiras, essa estratégia utiliza uma plataforma à distância, que oferece cursos, materiais pedagógicos do ensino fundamental, médio e superior.

³⁰ Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/o-programa/?doing_wp_cron=1707650889.3642139434814453125000. Acesso em: 01 maio 2024.

³¹ Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2024.

³² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em: 01 maio 2024.

Paralelamente ao programa de Educação Financeira na Escola, outro projeto tem ganhado relevância nas escolas, são as Olimpíadas Brasileira de Educação Financeira³³ (OBEF), coordenado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com parcerias com Universidades, Institutos Federais e Escolas de Educação Básica, buscando assim um alinhamento capaz de promover o conhecimento sobre educação financeira, voltado a finanças pessoais, planejamento financeiro familiar e consumo consciente. Sobre a importância da OBEF no processo de ensino da educação financeira, Da Silva e Gandara descrevem que:

a ação de extensão promovida pela OBEF favorece a renovação e a ampliação do conceito de sala de aula, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade. Nisso, desenvolve-se o sentido principal da extensão que tem a missão de difundir, democratizar, socializar, validar e investigar associando-se ao ensino e à pesquisa de forma que se estabeleça uma relação transformadora (2021, p. 38).

Nesse sentido, o projeto da OBEF desenvolve um papel significativo nas escolas, fomentando a educação financeira, avolumando habilidades financeiras essenciais e promovendo a conscientização sobre a importância da gestão financeira responsável. Por meio da OBEF, os estudantes têm a oportunidade de construir conhecimentos e habilidades que serão valiosas ao longo de suas vidas.

Outro projeto que tem ganhado capilaridade no ensino da educação financeira nas escolas de educação básica é o Programa Aprender Valor³⁴, uma iniciativa do Banco Central do Brasil, que visa promover a educação financeira e disseminar conhecimentos sobre o sistema financeiro e gestão financeira pessoal. Para atingir seus objetivos, o programa oferece uma série de recursos e materiais educativos que podem ser utilizados por escolas e professores para abordar temas relacionados à educação financeira em sala de aula. Neste sentido, são disponibilizados cadernos de atividades com conteúdo didático para diferentes faixas etárias, formatados com atividades práticas e exercícios que ajudam os discentes a compreender e aplicar conceitos financeiros.

Do ponto de vista digital, oferece jogos e simuladores *on-line* que permitem aos estudantes vivenciarem situações financeiras simuladas. Essas ferramentas interativas possibilitam aos usuários a tomada de decisões financeiras virtuais, assim os jogos e

³³ Disponível em: <https://www.ufpb.br/educacaofinanceira>. Acesso em: 01 maio 2024.

³⁴ Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em: 01 maio 2024.

simuladores ajudam a tornar o aprendizado mais envolvente e prático (De Oliveira Cruz, 2008). De forma gratuita, os professores recebem formação, por meio de cursos e materiais, para abordar a educação financeira em sala de aula.

São disponibilizadas orientações sobre: como utilizar os recursos disponíveis, como adaptar as atividades às necessidades dos estudantes e como promover a participação ativa deles na aprendizagem financeira. O Programa Aprender Valor tem como iniciativa, complementar ao currículo escolar, e cabe às escolas e professores decidirem como e quando utilizar os recursos disponibilizados.

A Bolsa de Valores do Brasil desenvolveu um programa denominado B3 Educação³⁵, direcionado a estudantes, professores e escolas. O programa tem como objetivo promover a educação financeira e o conhecimento sobre o mercado de capitais. Para atingir o público esperado, o B3 Educação oferece uma série de recursos e atividades educacionais que buscam familiarizar os participantes com o funcionamento do mercado financeiro, desenvolvendo habilidades financeiras e empreendedoras. São oferecidos cursos e palestras presenciais e *on-line*, cujos temas abarcam investimentos, mercado de capitais, economia, empreendedorismo e finanças pessoais.

Para atrair atenção da geração Z, o programa oferece jogos de simulação que permitem aos participantes vivenciarem a experiência de investir no mercado de capitais, virtualmente, desenvolvendo uma cultura de autonomia, em um local onde os participantes tomem decisões de investimento, aprendam sobre a dinâmica do mercado, acompanhem o desempenho de suas carteiras e compreendam os riscos e benefícios dos investimentos.

De forma lúdica, o B3 Educação promove desafios e competições entre estudantes, como o ‘Desafio B3 de Educação financeira’. Essas competições incentivam os participantes a aplicarem seus conhecimentos financeiros em situações práticas e a desenvolverem habilidades de tomada de decisão e análise de investimentos. Os melhores desempenhos podem ser premiados e reconhecidos.

Para fomentar esse aprendizado, o programa disponibiliza material didático gratuito, como manuais, cartilhas e guias, que podem ser utilizados por professores e escolas para abordar temas relacionados ao mercado financeiro e educação financeira em sala de aula. Esses materiais são projetados para auxiliar os educadores a transmitir conceitos financeiros de forma clara e acessível aos estudantes. Neste sentido, o programa estabelece parcerias com escolas e

³⁵ Disponível em: <https://edu.b3.com.br/>. Acesso em: 01 maio 2024.

instituições educacionais para promover a inclusão da educação financeira nas escolas de educação básica. Essas parcerias podem incluir treinamento de professores, desenvolvimento de materiais educacionais personalizados e apoio na implementação de atividades relacionadas à educação financeira nas escolas.

Nesse sentido, a tomada de decisão sobre a elaboração da ação pedagógica, ao que tange aos projetos desenvolvidos e aos temas transversais trabalhados em sala de aula, bem como a escolha dos recursos didáticos a serem utilizados, deve ser acompanhada pela direção escolar, pelo serviço pedagógico e pelos professores, podendo utilizar o tempo destinado às reuniões de planejamento para articular as estratégias pedagógicas.

O trabalho com projetos e temas transversais é um processo contínuo que exige compromisso, criatividade e colaboração de toda a comunidade escolar. Ao enfrentar os desafios e explorar as possibilidades, pode-se construir uma educação que responda às necessidades dos estudantes e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Freire (2011) critica a tendência dos projetos se tornarem apenas uma formalidade burocrática, sem efetiva participação dos estudantes e sem uma conexão com suas vivências e necessidades. Assim, entre os possíveis desafios encontrados destacam-se: a desconexão com a realidade e com o contexto social dos estudantes e professores, tornando-se atividades abordadas de forma superficial e sem aprofundamento.

Ainda é possível mensurar a falta de formação docente para trabalhar com projetos pedagógicos e temas transversais, dificultando a implementação eficaz dessas práticas, haja vista a dificuldade em integrar os temas transversais às disciplinas curriculares. A falta de integração dos temas pode gerar: a fragmentação do conhecimento; a rigidez e sobrecarga dos currículos, limitando a autonomia dos professores na escolha e desenvolvimento de projetos; a predominância de métodos tradicionais de avaliação, que não contemplam as habilidades e competências desenvolvidas por meio de projetos e temas transversais, entre outros.

Em contraponto aos desafios, o trabalho realizado por meio de projetos e temas transversais possibilita a abordagem contextualizada à realidade dos estudantes, tornando-os mais relevantes e significativos; promove a interdisciplinaridade, conectando os temas transversais às diferentes áreas do conhecimento; incentiva a troca de experiências entre professores; busca maior flexibilidade nos currículos para permitir a autonomia dos professores na escolha e desenvolvimento de projetos; integra os temas transversais às disciplinas curriculares de forma articulada e significativa.

Freire (2011) destaca que é fundamental que os estudantes sejam incentivados a desenvolver uma consciência crítica em relação aos temas presentes na sociedade, questionando as estruturas de poder e as desigualdades presentes. A problematização dos projetos pedagógicos e do trabalho com os temas transversais revela desafios que precisam ser superados para garantir uma educação mais completa e significativa. No entanto, também abre espaço para a construção de alternativas inovadoras e engajadoras que possibilitem a formação de cidadãos críticos, autônomos e transformadores.

3.5 Educação financeira enquanto prática pedagógica transversal na educação básica

O ensino da educação financeira ocupa um espaço relevante na formação dos sujeitos, preparando-os para tomar decisões conscientes e responsáveis em relação aos recursos financeiros. Neste contexto, a incorporação da educação financeira, como prática pedagógica transversal nas instituições educacionais, tem sido objeto de crescente interesse e debate.

A BNCC destaca a importância dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), de modo a contemplar a contemporaneidade de forma atrativa, incentivando o debate de temas complementares na formação do estudante. Segundo a BNCC:

a abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) permita ao estudante compreender questões diversas, tais como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias digitais; entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para a formação integral do estudante como ser humano, sendo essa uma das funções sociais da escola (Brasil, 2019, p. 4).

Devido à relevância da função social, a escola é convidada a ampliar seu campo de atuação para além dos componentes curriculares, de forma a contemplar temas relevantes na formação dos discentes e que atendem às mudanças do mundo globalizado. Nessa linha, a BNCC destaca os temas contemporâneos transversais como:

[...] uma busca pela melhoria da aprendizagem. Ao contextualizar o que é ensinado em sala de aula juntamente com os temas contemporâneos, espera-se aumentar o interesse dos estudantes durante o processo e despertar a relevância desses temas no seu desenvolvimento como cidadão. O maior objetivo dessa abordagem é que o estudante conclua a sua educação formal reconhecendo e aprendendo sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade (Brasil, 2019, p. 4).

As transformações na sociedade contemporânea têm ocorrido cada vez mais rápida, novas demandas e necessidades possivelmente requer da sociedade uma atualização para acompanhar as tendências. Assim, cada docente pode contribuir para o conhecimento dos estudantes utilizando os temas contemporâneos transversais. Teixeira espera que “todos os educadores, cada qual com sua especialidade, possam contribuir e fazer com que tenhamos pessoas mais informadas e conscientes” (Teixeira, 2020, p. 9). Acredita-se que as múltiplas visões sobre um determinado assunto, trabalhadas em sala de aula, de forma transversal, possa preencher lacunas na formação dos estudantes.

Neste sentido, o parecer CNE/CEB nº 7/2010 (Brasil, 2010a), aprovado em 7 de abril de 2010, corrobora para a compreensão que “a transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas” (Brasil, 2010a, p. 24). Dessa forma, cabe ao sistema educacional, juntamente com o educador, elaborar a melhor estratégia pedagógica para associar o seu componente curricular ao tema transversal a ser trabalhado.

A Secretaria de Estado da Educação, por meio do Currículo Referência de Minas Gerais, norteia a compreensão da transversalidade, propondo ao educador mineiro uma visão sistêmica, capaz de pavimentar o direcionamento das ações pedagógicas a serem elaboradas para atender as necessidades dos estudantes. O Currículo Referência de Minas Gerais dispõe que:

A transversalidade curricular tem como proposta abordar temas e conteúdos de relevância para a aprendizagem, de forma a explicitar a integração entre os diferentes componentes, fazer a conexão destes com as situações vivenciadas pelos estudantes e contribuir para a articulação das temáticas contemporâneas com o contexto e os interesses dos estudantes, sendo estes articulados por meio de projetos, oficinas e laboratórios que serão desenvolvidos ao longo da etapa (Minas Gerais, 2018, p. 49).

Ao promover essa compreensão sobre a transversalidade, o Currículo Referência de Minas Gerais direciona aos educadores da rede uma proposta de ação pedagógica diferenciada, por entender que os assuntos abordados nos temas transversais proporcionam aos docentes uma abordagem flexível, alinhada às atividades lúdicas. O documento que normatiza o currículo mineiro destaca que, os temas transversais:

devem ser trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares de forma integradora e transversal, levando em consideração as diversas realidades vividas pelos estudantes, as características regionais e locais de cada escola (Minas Gerais, 2018, p. 49).

Cabe à equipe educacional, em especial ao docente, interpretar as especificidades dos estudantes, respeitando os diversos níveis de aprendizagem, bem como adequando as atividades de forma que todos possam se sentir incluídos no processo de ensino. Nesse contexto, a ‘Consciência Econômica’ dos professores da educação básica ganha relevância, por entender que a consciência tende a subsidiar os sujeitos nas suas escolhas.

Teixeira reforça que “todo indivíduo é influenciado financeiramente pela vivência em sociedade, pois desde que nascemos acompanhamos o modo com que nossos pais e/ou responsáveis lidam com o dinheiro da família, além de observar a movimentação do comércio” (2020, p. 9). Assim, as experiências exitosas ou não, trazidas para a sala de aula, pelos docentes, podem contribuir no desenvolvimento das atividades em sala de aula.

As diretrizes da educação financeira não se desassocia das questões sociais e das experiências vividas pelos educadores. Dessa forma, os docentes encontram-se inseridos no processo de aprendizagem no momento em que decidem promover a construção do conhecimento sobre o dinheiro, com os estudantes. Por conseguinte, sua prática pedagógica tende a estar relacionada com sua experiência profissional, assim, o educador pode construir caminhos seguros que o conduzam na elaboração de ações pedagógicas flexíveis e sustentáveis. De maneira objetiva, o Currículo Referência de Minas Gerais destaca a

necessidade de construir um sistema educacional mais flexível, conectado com essa nova dinâmica social e tecnológica, capaz de proporcionar novas formas de ensinar e de promover o protagonismo dos estudantes para que possam atuar na sociedade, nas universidades e no mundo do trabalho com base em conhecimentos, criticidade, ética e inovação. Necessário, também, que todos os professores desse sistema educacional sintam-se responsáveis pelo letramento dos estudantes (Minas Gerais, 2018, p. 50).

Embora haja transformação nas diretrizes educacionais, adaptação dos recursos tecnológicos, bem como, melhorias estruturais, tende-se a não ser concebível obliterar o papel dos professores na construção de um processo de ensino capaz de desenvolver o senso crítico dos estudantes. Sobre isso, os autores De Melo *et al.* enfatizam que “o papel do professor é fundamental para que a temática seja explorada na sala de aula e, para isso, tanto na Matemática quanto nas demais áreas do conhecimento, processos de formação são necessários” (2021 p. 17). A educação financeira, por muito tempo, esteve vinculada à matemática, o que, em tese, proporcionou uma visão singular das diretrizes educacionais sobre o tema.

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado da Educação realiza parcerias, visando ofertar formação sobre educação financeira aos professores da rede. A formação ocorre no formato de pós-graduação *lato sensu*, a princípio ofertado somente aos professores de matemática, que seriam os multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, mediante ações pedagógicas interdisciplinares (Minas Gerais, 2023).

Conforme estabelece o parecer CNE/CEB nº 7/2010, as ações de interdisciplinares podem contribuir para o fomento de ações pedagógicas que viabilizem os temas transversais, assim:

A prática interdisciplinar é portanto, uma abordagem que facilita o exercício da transversalidade, constituindo-se em caminhos facilitadores da integração do processo formativo dos estudantes, pois ainda permite a sua participação na escolha dos temas prioritários. Desse ponto de vista, a interdisciplinaridade e o exercício da transversalidade ou do trabalho pedagógico centrado em eixos temáticos, organizados em redes de conhecimento, contribuem para que a escola de conta de tornar os seus sujeitos conscientes de seus direitos e deveres e da possibilidade de se tornarem aptos a aprender a criar novos direitos, coletivamente (Brasil, 2010a, p. 24).

No entanto, sua prática pode ser desafiadora. Alguns pontos de melhorias devem ser observados, como a estrutura curricular organizada de forma fragmentada, com componentes curriculares isolados, dificultando a colaboração entre os professores e a integração dos conteúdos. Além disso, a especialização dos docentes em áreas específicas pode gerar resistência à interdisciplinaridade, pois requer uma abordagem mais aberta e flexível, exigindo dos professores o trabalho em equipe, o compartilhamento de conhecimentos e o encontro dos pontos de convergência entre as disciplinas.

Acrescenta-se que a falta de tempo, recursos e formação adequada também podem ser obstáculos para a implementação efetiva da interdisciplinaridade. Mesmo com os entraves identificados, a interdisciplinaridade é uma abordagem valiosa que pode enriquecer a aprendizagem dos estudantes e prepará-los para lidar com os desafios complexos da sociedade contemporânea (Minas Gerais, 2018).

A transversalidade permite ao docente associar a unidade temática expressa no Currículo Referência de Minas Gerais, correspondente ao seu componente curricular, com as diretrizes da educação financeira. Assim, o livro didático tende a ser uma ferramenta importante para subsidiar as escolhas dos conteúdos que apresentem similaridades com a temática. Contudo, os docentes precisam conhecer os fundamentos da educação financeira de forma a identificar uma relação entre os temas.

Ao promover a interação entre o componente curricular e o tema transversal da educação financeira em sala de aula, os professores também reforçam a importância dos conceitos teóricos das áreas do conhecimento, expressos na BNCC. Dessa forma, o aprendizado proposto tende a ser significativo por ser coerente com o cotidiano dos estudantes. Sobre isso o currículo mineiro descreve que:

Para que as aprendizagens levem às competências e habilidades, como propõe a BNCC, é fundamental que os conteúdos do currículo façam sentido para os alunos, que sejam entendidos, assumidos, internalizados e armazenados para serem aplicados na compreensão e na solução de novos problemas. O resultado desse processo é a aprendizagem significativa (Minas Gerais, 2018, p. 472).

Quando os conteúdos apresentados em sala de aula são relevantes e contextualizados, os estudantes conseguem estabelecer conexões com seu conhecimento prévio e experiências de vida. Isso torna a aprendizagem mais significativa, pois eles conseguem atribuir sentido aos novos conhecimentos, relacionando-os com o que já sabem e compreendendo sua importância e utilidade.

É importante destacar que a aplicação do tema transversal da educação financeira em diferentes componentes curriculares pode ser uma abordagem eficaz para promover a conscientização econômica e a habilidade de gerir as finanças pessoais dos estudantes. Como possibilidades de abordar a educação financeira de maneira transversal, em diferentes áreas do conhecimento, pode-se sugerir:

- Matemática: Calcular juros, amortizações, orçamento familiar e consumo consciente.
- Biologia: Analisar o impacto do consumo excessivo no meio ambiente e na saúde humana.
- Química: Estudar a química dos produtos de consumo e a indústria de alimentos.
- Física: Avaliar o consumo de energia em casa e na escola, buscando alternativas sustentáveis.
- História: Analisar diferentes sistemas econômicos ao longo da história; discutir o impacto do consumo na sociedade e na cultura; investigar a história de empresas e seus impactos sociais e econômicos.
- Português: Analisar notícias, propagandas e textos sobre economia e finanças; criar textos informativos, argumentativos e ficcionais sobre temas financeiros; apresentar projetos e ideias sobre educação financeira para a comunidade escolar.
- Geografia: Estudar a distribuição de recursos naturais e a produção industrial.

- Arte: Criar obras de arte que expressem a relação entre consumo, identidade e cultura.
- Educação Física: Discutir a relação entre consumo, saúde e bem-estar.

Os docentes são parte fundamental neste processo, como agentes transformadores. Podem desenvolver mecanismos e ações pedagógicas que representam um processo de ensino integrador, que promove nos estudantes uma relação entre a teoria e a prática, dando sentido nos saberes, alinhando-os com as necessidades da comunidade escolar.

Teixeira estabelece que “o ideal seria que todos os professores, considerando a sua área, pudessem se envolver e trabalhar esses conceitos de forma bem elaborada com exemplos contextualizados ao cotidiano dos estudantes, ou seja, de forma transversal (2020, p.17)”. Desse modo, os docentes precisam estar preparados e qualificados para atender às transformações do espaço globalizado, gerando novas demandas e conhecimentos contemporâneos.

3.6 Formação e desenvolvimento para agentes da ‘Consciência Econômica’ e educação financeira

A formação e o desenvolvimento de agentes da educação financeira são fundamentais para promover uma ‘Consciência Econômica’ sólida, sendo que o sistema educacional desempenha um papel fundamental na sua formação e desenvolvimento. Esses agentes podem ser professores, educadores, profissionais da área financeira, entre outros, que desempenham um papel ativo na disseminação dos conhecimentos e habilidades necessários para uma gestão financeira consciente. A formação desses agentes, pode promover a construção de uma cultura de responsabilidade financeira, estimular o desenvolvimento sustentável e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

Ao incluir a educação financeira no currículo, fornecer materiais educativos de qualidade, formar os professores, estabelecer parcerias e promover uma cultura de educação financeira, o sistema educacional contribui para a disseminação eficaz da educação financeira e para o desenvolvimento de agentes com conhecimento para promovê-la.

Como já descrito nas seções anteriores, os educadores são provocados a incluir na sua prática pedagógica, os TCTs, que visam ampliar a formação do estudante com temas relevantes para a sua vida cotidiana. Assim, a formação de professores tende ser compreendida como um dos possíveis caminhos para desenvolver agentes capazes de construir uma ‘Consciência Econômica’, emancipatória. Chiarello e Dos Santos Bernardi descrevem que:

Apesar de sabermos e expressarmos a importância da EF na sociedade, para a educação formal este é um tema ainda novo, despontando no contexto acadêmico a análise sobre sua inserção na escola e o pensamento dos educadores sobre o tema. Assim, obstáculos e inquietações vão surgindo, na medida em que os estudos avançam de forma que emergem novos desafios para o desenvolvimento dos processos, entre os quais se torna importante evidenciar os processos escolares e gestão, os paradigmas educacionais e a formação dos professores (2015, p. 32).

A formação dos professores é um ponto crucial. É fundamental que os educadores estejam bem preparados para abordar a EF de maneira eficaz e significativa. Isso envolve não apenas conhecimentos teóricos sobre finanças, mas também habilidades de ensino e estratégias pedagógicas específicas para a EF. A formação contínua dos professores nessa área é fundamental para que eles se sintam confiantes e capazes de transmitir os conceitos de forma clara e envolvente.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior que são as responsáveis pela formação de professores, podem contribuir, significativamente, nesse processo, ao refletir sobre os currículos acadêmicos de forma a atender essas especificidades. A formação dos profissionais deve ocorrer dentro de uma visão acadêmica e reflexiva, de forma a clarear as atividades pedagógicas e ressignificar a importância do ensino das diretrizes educacionais sobre a educação financeira, conforme estabelece a BNCC.

De Melo *et al.* destacam que, “trabalhar com a EFE³⁶ sempre será uma zona de risco, pois, discutir um tema que, diferentemente de muitos, não apresenta conteúdos delimitados, requer um investimento maior de tempo, planejamento e pesquisas por parte do docente” (2021 p. 6). Por esse prisma, a formação dos educadores sobre a temática da educação financeira tem ganhado relevância, devido à amplitude das variáveis e complexidades do tema. Ademais, a escolha das estratégias pedagógicas, bem como a seleção dos assuntos a serem abordados, passam pelo conhecimento adquirido na formação docente, bem como na formação continuada e experiência profissional do docente em sala de aula.

Outro ponto relevante no âmbito da construção de uma ‘Consciência Econômica’ de professores face ao processo de ensino da educação financeira nas unidades educacionais, podem estar ligadas às políticas de formação continuada que visam ampliar a base de conhecimento dos docentes para atender as necessidades do mundo contemporâneo. Assim, De Melo *et al.*, descrevem que:

³⁶ Os autores utilizam a sigla “EFE” para se referir à Educação Financeira Escolar.

A formação continuada do professor é importante campo reflexivo para educadores e pesquisadores. Ela representa um enfrentamento a desafios cotidianamente colocados à comunidade educacional em busca de melhor qualificação e profissionalização do professor. Entendemos que a formação continuada precisa ser compreendida como um processo permanente, integrado ao cotidiano da sala de aula, que tenha como objetivo primordial formar o cidadão crítico com condições de se posicionar de forma consistente diante das problemáticas sociais e que seja capaz de enfrentar o desconhecido e de criar o novo (De Melo *et al.*, 2021 p. 6).

Pelo fato de vivermos num mundo repleto de inovações e transformações, que requer dos educadores conhecimentos sistematizados para atender às novas demandas do mundo globalizado, tende não ser concebível a ausência de uma política pública de formação continuada de professores sobre os TCTs, devido à relevância dos temas na formação dos estudantes.

Outro ponto que impacta na qualificação continuada dos professores da educação básica é a jornada de trabalho dupla ou tripla, ocasionada, muitas vezes, pela baixa remuneração. Os professores da educação básica enfrentam uma carga de trabalho intensa, incluindo o tempo dedicado às aulas, à preparação de aulas, à correção de provas e trabalhos, além de atividades extracurriculares, reuniões e planejamento escolar. Com essa carga, é extremamente desafiador encontrar tempo para se dedicar à sua própria qualificação continuada. A necessidade de assumir outros empregos para complementar sua renda torna mais grave essa situação.

A jornada adicional de trabalho consome tempo, energia e os leva a um alto nível de desgaste físico e emocional, deixando pouco espaço para a formação e atualização profissional. Outrossim, a falta de recursos financeiros dificulta o acesso a cursos, *workshops* e outras oportunidades de formação. Lidar com múltiplas responsabilidades e demandas pode afetar sua saúde, bem-estar e motivação. Nesse contexto, é compreensível que muitos professores tenham dificuldade em encontrar energia e disposição para buscar qualificação continuada.

Para enfrentar os desafios, é fundamental que governos, instituições educacionais e a sociedade valorizem e invistam na educação e no bem-estar dos professores. Isso abrange a melhoria das condições de trabalho, o aumento da remuneração, o fornecimento de tempo e recursos para formação profissional, e o reconhecimento do papel essencial dos professores na sociedade. É importante promover políticas e programas que permitam aos professores conciliar suas responsabilidades profissionais e pessoais, a fim de garantir que eles tenham tempo e energia para se dedicar à formação continuada.

Na tentativa de contribuir com a formação profissional dos docentes, o Governo de Minas Gerais, por meio do programa ‘Trilhas de Futuro – Educadores’ proporciona aos

professores da rede estadual, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Para os cursos *stricto sensu*, são concedidos afastamentos remunerados das funções, viabilizando a participação dos professores das diversas áreas do conhecimento.

Sobre isso, Chiarello e Dos Santos Bernardi, apontam que “a formação continuada deve proporcionar ao professor, práticas que lhe possibilitem uma aprendizagem que permita um maior desempenho em suas atitudes pedagógicas, de forma permanente” (2015, p. 36). A formação continuada de educadores pode ser um dos caminhos capazes de fomentar uma prática pedagógica inclusiva, que vise abordar temas contemporâneos de forma transversal, na sala de aula, ampliando o sentido da formação para além dos componentes curriculares.

Assim, a formação docente pode ser entendida como um meio para aquisição da ‘Consciência Econômica’, já que se relacionam de maneira significativa, direcionadas ao objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos, bem como a compreensão dos princípios e práticas econômicas que poderão subsidiar professores da educação básica na prática pedagógica com os TCTs. Nesse contexto:

Formar-se é um processo de toda a vida; enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações. Deste modo, aprender é mais do que receber ou obter informações e conhecê-las ou compreendê-las é tornar o aprendizado parte do ser, implicando desenvolver-se com ele. Formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza se desenvolvendo individual e coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 369).

Ao longo da carreira, os professores necessitam de um processo de aprendizagem contínuo, que exigirá de uma participação ativa na busca por conhecimentos, habilidades e competências adicionais, a fim de se manter atualizado em um mundo em constante mudança. A formação continuada permite que os profissionais se aprimorem em suas áreas de atuação, mantendo-se informados sobre tendências e avanços que, possivelmente, contribuem para suas práticas de ensino.

Ao promover sua ‘Consciência Econômica’ os educadores tendem a compartilhar esses saberes mediante uma prática dialética³⁷ que possibilita criar um ambiente de aprendizagem participativo. Nesse ambiente, os estudantes são incentivados a questionar, debater e refletir

³⁷ Dialética é uma palavra com origem no termo em grego *dialektiké* e significa a arte do diálogo, a arte de debater, de persuadir ou raciocinar. Disponível em: <https://www.significados.com.br/dialetica/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

sobre os conceitos e práticas no ensino da educação financeira. Estes ensinamentos buscam oferecer informações sobre finanças, desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise em cenários econômicos locais, ressignificando o espaço social no qual os estudantes estão inseridos.

Ademais, De Oliveira Cruz estabelece que “há método para ensinar, porém, não há método para se aprender, pois o aprendizado não pode ser circunscrito nos limites de uma aula, da audição de uma conferência, da leitura de um livro” (2008, p. 1036). O docente da educação básica tende a encontrar na sala de aula, situações socioeconômicas diferentes entre os estudantes, nesse ponto, as abordagens sobre a educação financeira precisam ser flexíveis e motivadoras, de forma que consigam associar as teorias sobre a temática à realidade financeira em que estão inseridos.

A formação dos educadores deve estar alinhada às novas demandas da sociedade, pois o acesso à informação, em tempo real, tem contribuído para um processo de ensino integrado entre as áreas do conhecimento. Sobre isso, Alvarado-Prada, Freitas, T. e Freitas, C. defendem que:

A formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica do conhecimento que se quer aprender. Porém, o processo de aprendizagem acontece quando, conscientemente (isto é, passado pela crítica), se incorporam ou não ao desenvolvimento individual e coletivo esses conhecimentos e as relações que os constituem (2010, p. 369).

Nesse caso, a educação financeira, pode ser compreendida como o desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ que defendemos nesta dissertação. O processo de formação ampla, capaz de fomentar o trabalho dos educadores, provoca uma visão crítica sobre os temas complementares sinalizados pela BNCC e subsidia a decisão dos educadores em trabalhar com os temas contemporâneos transversais.

Não obstante, a decisão do professor pode estar relacionada com a significação que esses assuntos representam na sua vida cotidiana de docente. Assim, “a incorporação dessas relações depende de fatores históricos de cada pessoa, de fatores sociais cujas interações acontecem nos diversos contextos da cultura humana, das teceduras dessas relações de que cada pessoa e os coletivos fazem parte” Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 369). Paralelamente a isso, as experiências pessoais sobre empregabilidade, finanças, endividamentos, consumo

consciente e investimentos podem ser um caminho para que o professor trabalhe com os estudantes a educação financeira voltada para a criticidade e a realidade social.

É possível que o sistema formal de ensino não atenda todas as necessidades da formação docente, ao que tange à educação financeira. Sendo assim, com o despertar da ‘Consciência Econômica’, os profissionais podem promover seu aprendizado de forma independente utilizando as ferramentas do sistema de ensino não formal. A busca pelo conhecimento pode acontecer por meio de artigos, livros, revistas especializadas, redes sociais, entre outros. O conhecimento adquirido sobre a educação financeira tende a ser utilizado na sua vida pessoal, gerando experiências, oportunidades, análises, projeções e planejamentos, que possivelmente poderão ajudá-lo numa visão de longo prazo.

Como exemplo de vantagens em ter uma ‘Consciência Econômica’, pode-se discorrer sobre o plano de aposentadoria dos professores, que muitos não conhecem, e, por isso, não compreendem a razão de terem seus vencimentos reduzidos quando se aposentam. A redução de salário pode levá-los ao declínio do padrão de vida. Em cenário de uma ‘Consciência Econômica’, o docente já teria se adequadado a essa realidade durante sua vida profissional, e, possivelmente, teria criado uma carteira de investimentos de longo prazo para sua sustentabilidade financeira após a aposentadoria.

É importante destacar que as medidas tomadas na vida pessoal podem variar conforme o contexto em que os professores estejam inseridos. Esta pesquisa apresenta, por meio de exemplos práticos, possibilidades e vantagens que a ‘Consciência Econômica’ pode proporcionar às pessoas.

A ausência de ‘Consciência Econômica’ pode contribuir para reforçar o estigma social em relação à carreira de professor, frequentemente associada à percepção de que os professores recebem salários baixos. Essa percepção pode afetar negativamente a valorização e o prestígio da profissão, além de desencorajar pessoas talentosas e qualificadas a seguir a carreira de professor.

Ressalta-se que, ao mencionar de forma desfavorável o estigma social dos baixos salários dos professores, não há intenção de desqualificar sua luta por remuneração adequada. Pelo contrário, busca-se possibilitar a melhoria da qualidade de vida para os profissionais da educação, a fim de despertar o interesse de bons profissionais para a carreira docente. Isso é fundamental para promover uma educação de qualidade e uma sociedade que valoriza o papel dos educadores.

Por outro lado, as experiências financeiras da vida cotidiana, aliada com os conhecimentos adquiridos serão o alicerce para sua prática docente no ensino da educação financeira de forma transversal. Sobre isso, De Melo *et al.* enfatizam que “a BNCC indica que é preciso considerar as experiências e estabelecer inter-relação com os conhecimentos” (De Melo; *et al.*, 2021 p. 16). Indubitavelmente, a dialética na educação ganha relevância como ação pedagógica em sala de aula, por proporcionar ao docente a oportunidade de relatar suas experiências financeiras, ao longo da vida, aliada ao conhecimento teórico sobre finanças pessoais e o componente curricular.

De acordo com os autores, o progresso dos professores ocorre de forma que o aprendizado, a formação e o avanço profissional são aprimorados, principalmente nos contextos de sua atuação nas instituições educacionais. Nesses contextos, os professores estabelecem conexões fundamentadas, que sustentam e permitem sua transformação.

Os conhecimentos adquiridos pelos professores possuem características fluidas, ou seja, têm a capacidade de se adaptar a diversas formas e acompanhar as transformações estruturais no processo de ensino. Isso significa que os professores estão preparados para ajustar e atualizar seus conhecimentos conforme as necessidades e demandas do contexto educacional em constante evolução. Eles têm a flexibilidade de aplicar os conhecimentos de maneira adequada, considerando as mudanças que ocorrem no ambiente educacional. Essa capacidade de adequação e atualização é essencial para fornecer uma educação relevante e de qualidade aos estudantes. Alvarado-Prada, Freitas, T. e Freitas, C. relatam que

os docentes em exercício constroem novos conhecimentos, ideias e práticas, pois é a partir daquilo que já possuem e sabem que continuam seu desenvolvimento. A construção da formação docente envolve toda a trajetória dos profissionais, suas concepções de vida, de sociedade, de escola, de educação, seus interesses, necessidades, habilidades e também seus medos, dificuldades e limitações. (2010, p. 370).

Assim, as experiências compartilhadas no local de trabalho dos educadores, podem ser vistas, como um processo de complementação do seu conhecimento, de forma que os espaços escolares tendem a proporcionar aos professores ensinamentos mútuos, capaz de promover trocas de habilidades e visões diversas, possibilitando a construção de caminhos para além da grade curricular.

Enfim, a implementação da educação financeira como prática pedagógica transversal na educação pública requer um esforço conjunto que envolva políticas educacionais, currículos, formação de professores e pesquisa. A ênfase dada ao professor é fundamental nesse processo,

mas é apenas um dos recortes da pesquisa. Valorizar o papel do professor nesse contexto é essencial para garantir que eles estejam devidamente preparados, com ‘Consciência Econômica’ e formação adequada para ensinar educação financeira de forma eficaz.

A ‘Consciência Econômica’ para professores transcende a mera gestão financeira individual. Ela se configura como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o papel do dinheiro na sociedade, na educação e na vida pessoal. Ao promover esse movimento sistêmico é possível oferecer aos estudantes do ensino médio habilidades e conhecimentos financeiros essenciais para uma vida adulta saudável e financeiramente responsável.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Material e Método

Conforme Leão (2016), a pesquisa é um conjunto de atividades cujo objetivo é descobrir novos conhecimentos. Para que uma pesquisa seja considerada científica, é necessário que ela utilize o método científico, seja voltada para a realidade empírica e que seus resultados possam ser comunicados.

Neste contexto, a pesquisa em questão assume uma natureza quali-quantitativa, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Para Creswell, “esses procedimentos se desenvolveram em resposta à necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo (2007, p. 211). O autor enfatiza que a pesquisa quali-quantitativa permite uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos, explorando tanto aspectos numéricos quanto contextuais e interpretativos. Bardin (2016) corrobora ao defender que a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas na Análise de Conteúdo pode enriquecer a análise e permitir uma compreensão mais completa do fenômeno estudado.

Os dados qualitativos analisados buscam explorar e descrever as perspectivas, crenças, experiências e significados subjacentes dos participantes, explorando aspectos subjetivos da experiência humana. Por meio de métodos e técnicas utilizados, como, questões abertas no questionário, observação participante e análise de documentos é possível obter uma visão aprofundada das perspectivas e experiências dos participantes, capturando nuances e complexidades que não podem ser facilmente quantificadas, mantendo a validade e a confiabilidade de suas descobertas.

Os dados quantitativos analisados têm como referência a aplicação do questionário estruturado. Os dados numericamente coletados são analisados estatisticamente para obter informações objetivas sobre atitudes, comportamentos e características dos participantes da pesquisa. É utilizada a técnica estatística descritiva, com apresentação de gráficos, cujo objetivo é organizar e descrever os aspectos importantes do questionário, para apresentar de forma clara e objetiva os dados encontrados.

Quanto aos objetivos, se classifica como pesquisa teórica. Creswell (2007) enfatiza que a pesquisa teórica quali-quantitativa é particularmente útil para explorar fenômenos complexos, testar modelos existentes e gerar novas teorias fundamentadas em evidências robustas. Assim,

a pesquisa se propõe a compreender o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos docentes e a sua aptidão para trabalhar com o tema contemporâneo transversal da educação financeira.

Quanto à forma de estudo, se enquadra como exploratória, por buscar aprofundar as informações sobre o assunto pesquisado, “a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). O problema se impõe e a pesquisa poderá oferecer novas hipóteses acerca da situação.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, este se qualifica como uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa de campo requer, inicialmente, a realização de uma pesquisa bibliográfica para que o pesquisador possa conhecer os trabalhos já realizados sobre o tema que será pesquisado.

A pesquisa bibliográfica consiste na busca e análise de informações e conhecimentos já publicados e disponíveis em livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros documentos (Prodanov; Freitas, 2013). Após a etapa da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo é realizada, envolvendo a coleta de dados diretamente da realidade empírica. Portanto, a combinação da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo permite uma abordagem mais abrangente e embasada, utilizando o conhecimento existente como ponto de partida e complementando-o com dados coletados na realidade empírica.

No trabalho, são realizadas leituras das obras dos autores mencionados no Referencial Teórico, além de outros autores relevantes que contribuem para a compreensão dos dados encontrados. Essas leituras pretendem embasar teoricamente a pesquisa, fornecendo fundamentos conceituais e perspectivas analíticas.

Além das leituras, foram utilizadas legislações pertinentes ao campo educacional, publicadas em meios oficiais pelos órgãos públicos competentes. Essas legislações fornecem o arcabouço legal e normativo que orienta o campo educacional, fornecendo referências importantes para a análise e interpretação dos dados coletados.

Também são considerados documentos internos da escola pesquisada, como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico. Esses documentos são fontes valiosas de informações sobre a estrutura, organização, diretrizes e objetivos da escola, auxiliando na compreensão do contexto específico em que a pesquisa está sendo realizada. Dessa forma, a pesquisa se baseia em uma combinação de leituras de obras teóricas, legislações relevantes e documentos internos da escola, buscando uma abordagem abrangente e fundamentada para a investigação do tema em questão.

A pesquisa de campo se concentra em aprofundar as questões propostas, geralmente estudando um único grupo ou comunidade e destacando a interação entre seus membros. Embora a classificação dos procedimentos técnicos em uma pesquisa não deva ser considerada absolutamente rígida, como aponta Gil (2002), o planejamento da pesquisa de campo oferece maior flexibilidade, permitindo que os objetivos sejam reformulados ao longo do estudo.

Quanto à pesquisa de campo, Prodanov e Freitas estabelecem que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (Prodanov; Freitas, 2013, p. 59).

Como técnica de interrogação foram aplicados questionários, “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito” (Gil, 2002, p. 114; Prodanov; Freitas (2013); Leão, 2016, p. 121), consiste em averiguar as informações que deseja obter e elaborar questões para que os participantes possam responder. É uma técnica de levantamento que valoriza a descrição verbal dos participantes da pesquisa. Tal descrição torna o instrumento viável à pesquisa, uma vez que a pesquisa requer o conhecimento da ‘Consciência Econômica’ dos docentes.

O questionário foi elaborado pelo pesquisador, com vinte e cinco perguntas, iguais para todos os participantes, sendo vinte e três de múltipla escolha e duas discursivas. As questões foram construídas partindo da reflexão acerca do objetivo e do problema de pesquisa. Antes de iniciar a pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 67618023.8.0000.5102. Os possíveis riscos identificados para os participantes consistem em desconfortos mínimos, como cansaço e desconforto pelo tempo gasto nas respostas ao questionário, além da possibilidade de retomada memorial de algumas sensações diante de situações desgastantes vivenciadas.

A pesquisa ofereceu ainda risco de identificação dos participantes. Visando minimizar essa possível situação, os pesquisadores se comprometeram a utilizar pseudônimos ao se referir aos participantes da pesquisa, garantindo assim o sigilo absoluto da identidade do público pesquisado. Embora os benefícios sejam de natureza indireta, as informações coletadas durante a pesquisa forneceram importantes subsídios para compreender o conhecimento e a

‘Consciência Econômica’ dos professores, bem como sua aptidão para trabalhar com a educação financeira. Mesmo não sendo diretos, esses benefícios têm o potencial de contribuir significativamente para o desenvolvimento de estratégias e programas de capacitação docente nessa área.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assegurou ao grupo pesquisado o direito de recusar-se a responder às perguntas que julgaram ocasionar constrangimentos de qualquer natureza. A aplicação do questionário foi realizada de forma assíncrona, por meio do Google Formulários, enviado no e-mail institucional de cada participante, com apenas uma tentativa de resposta. Simultâneo à aplicação de questionários, foram verificados os documentos oficiais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Referência de Minas Gerais, o Projeto Político Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, com vistas a averiguar a existência de deliberações, por parte do sistema de ensino, acerca do trabalho com a educação financeira ou ‘Consciência Econômica’.

A amostragem utilizada na pesquisa foi não probabilística, sendo composta de forma intencional. Nesse caso, o pesquisador selecionou deliberadamente os participantes com base em critérios específicos que atendiam aos objetivos da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 145), “uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”. A seleção intencional dos docentes de turmas específicas permite obter informações relevantes sobre a ‘Consciência Econômica’ dos professores que lecionam em diferentes disciplinas.

Os participantes selecionados para a amostra foram todos os docentes das cinco turmas de 3º ano do ensino médio, totalizando 17 professores de uma escola estadual do norte de Minas, sendo que todos responderam ao questionário. Esses docentes ministram aulas de uma variedade de disciplinas, incluindo Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Inglês, Educação Física, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Portanto, a abordagem pode fornecer uma visão ampla e abrangente das perspectivas e experiências dos docentes em relação a questões econômicas, considerando a diversidade de áreas de ensino representadas na amostra.

É importante ressaltar que, como a amostragem é não probabilística e composta de forma intencional, os resultados obtidos não podem ser generalizados para o conjunto maior de docentes ou escolas. No entanto, esses resultados podem fornecer oportunidades valiosas e

informações significativas para a compreensão da ‘Consciência Econômica’ dos docentes no contexto específico da pesquisa.

A seleção dos docentes das turmas de 3º ano do ensino médio se deu com o objetivo de ampliar a análise e investigar o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores que lidam com estudantes que estão prestes a concluir sua educação básica e ingressar no mercado de trabalho, assumindo plenamente sua vida cidadã. É importante ressaltar que, embora o docente não seja o único responsável pela formação do estudante, esta pesquisa se concentra nele como parte do recorte adotado.

Eleger esses docentes específicos permitiu explorar a perspectiva e o entendimento dos professores que estão em contato direto com os estudantes nessa fase crucial de transição para a vida adulta. Esses docentes desempenham um papel importante na preparação dos alunos para enfrentar os desafios econômicos e tomar decisões informadas em relação ao trabalho, finanças pessoais e participação na sociedade.

É fundamental reconhecer que a formação do estudante é uma responsabilidade compartilhada por todo o sistema educacional. No entanto, nesta pesquisa, a ênfase é dada aos professores, pois eles desempenham um papel central na interação diária com os estudantes e têm a oportunidade de influenciar seu entendimento e conscientização em relação a questões econômicas.

Para a apuração dos dados, optou-se pela Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016). A autora define a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo ela, a Análise de Conteúdo se estrutura em três principais fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

A pré-análise contemplou a leitura flutuante³⁸ do material coletado, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação. Na fase da exploração do material realizou-se a codificação, a classificação e a categorização do material analisado. Por fim, no tratamento dos resultados foram contemplados a interpretação dos resultados, a inferência e a validação da análise.

Na apresentação dos resultados, as questões qualitativas e quantitativas foram organizadas em categorias e tabuladas para facilitar a interpretação à luz do referencial teórico.

³⁸ Segundo Bardin, a leitura flutuante consiste em um primeiro contato com os documentos que serão analisados, com o objetivo de estabelecer um primeiro panorama sobre o material.

Bardin (2016) dedica especial atenção ao processo de categorização, que envolve a organização do material em categorias temáticas de acordo com características comuns, dessa forma, foram definidas as seguintes categorias de análise para esta pesquisa: A percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar e Compreendendo a ‘Consciência Econômica’ dos docentes na implementação da educação financeira como tema transversal.

Ao categorizar e tabular os dados, foram agrupadas respostas semelhantes e identificados padrões ou tendências nos resultados. As categorias permitem organizar as informações coletadas de maneira sistemática e fornecer uma estrutura para a análise e interpretação dos dados. A categoria “A percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar” busca compreender as percepções, atitudes e opiniões dos docentes em relação à importância da educação financeira no currículo escolar e como ela pode ser abordada de forma integrada em diferentes disciplinas.

A categoria aborda o entendimento dos professores acerca da importância de habilidades e conhecimentos financeiros básicos para o desenvolvimento integral dos estudantes, a visão dos docentes sobre os benefícios que a educação financeira pode trazer para a vida prática e o futuro dos estudantes e as atitudes dos docentes em relação à incorporação da educação financeira no currículo.

A categoria compreendendo a ‘Consciência Econômica’ dos docentes na implementação da educação financeira como tema transversal visa explorar se os docentes possuem ‘Consciência Econômica’ e se a utiliza em sua prática pedagógica, quais conceitos são abordados, quais estratégias são utilizadas e quais desafios são enfrentados. Assim, a organização dos resultados em categorias permite uma análise mais estruturada e uma interpretação mais aprofundada dos dados, contribuindo para a compreensão dos temas abordados na pesquisa.

A instituição escolar onde ocorreu a pesquisa está localizada em um bairro periférico de uma cidade do norte de Minas Gerais e tem como entidade mantenedora a Secretaria de Estado de Educação. A escola é vinculada à rede pública estadual mineira e foi criada em 1993. Os servidores da instituição estão vinculados ao sistema estadual de ensino por meio de diferentes modalidades de contratação. Os servidores da área administrativa possuem contratos temporários, enquanto os servidores do magistério são convocados temporariamente. Já os servidores que passaram por concursos públicos são nomeados e empossados. A seguir, apresento o quantitativo de servidores da instituição, conforme apresenta a Tabela 2:

Tabela 2 - Quantitativo de servidores

QUADRO DE QUANTIFICAÇÃO DE PESSOAL				
Cargos	Nº de Profissionais		Total	
	Efetivos	Convocados/Contratados		
Diretor	-	1	1	
Vice-Diretor	3	-	3	
Secretário de Escola	1	-	1	
ATB	7	7	14	
ASB	-	28	28	
EEB	5	4	9	
PEB	PEUB	3	-	3
	Regente de Aulas	55	18	73
	AEE/Sala de Recursos	1	1	2
	Professor de Apoio à Comunicação	-	10	10
	Tradutor Intérprete de Libras	-	3	3
Total Geral	76	72	147	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de dados do Quadro da Escola (2024)

A escola conta com um total de 147 servidores atuando nos dois endereços, sendo 76 servidores do quadro efetivo da instituição e 72 contratados/convocados temporariamente, distribuídos entre profissionais gestores, docentes, pedagógicos e administrativos. Os estudantes da instituição totalizam 1466, distribuídos conforme Tabela 3:

Tabela 3 - Quantitativo de turmas e estudantes

QUANTIDADE DE TURMAS, ALUNOS E TURNOS DE FUNCIONAMENTO									
Níveis e Modalidades de Ensino		Matutino		Vespertino		Noturno		Total	
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Ensino Regular	Anos Finais			19	624			19	624
	Ensino Médio	19	703			2	52	21	755
EJA	Anos Finais					2	37	2	37
	Ensino Médio					2	50	2	50
Total Geral		19	703	19	624	6	139	77	1466

Fonte: Dados extraídos pelo pesquisador, conforme o Quadro da Escola (2024)

A escola pesquisada, por estar localizada em bairro periférico, muitas vezes enfrenta desafios socioeconômicos, como baixa renda, desemprego e falta de acesso a serviços

financeiros. Esses fatores, somados à falta de ‘Consciência Econômica’ podem afetar negativamente na tomada de decisões financeiras importantes para a vida. A instituição escolar e a Secretaria de Estado de Educação podem desempenhar um papel importante na promoção da ‘Consciência Econômica’, possibilitando à comunidade escolar conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para gerenciar suas finanças pessoais de forma eficaz.

A Secretaria Estadual de Educação pode desempenhar um papel fundamental na implementação de políticas e diretrizes relacionadas à educação financeira, como a criação de programas de formação de professores, o desenvolvimento de materiais educativos e a promoção de parcerias com instituições financeiras ou organizações especializadas em educação financeira. Assim, a compreensão das características do contexto institucional pode fornecer percepções importantes para a pesquisa e contribuir para a compreensão mais ampla da educação na região.

4.2 Resultados e Discussão

4.2.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Esta seção tem como objetivo compreender as características dos participantes da pesquisa, o que pode contribuir significativamente para a interpretação dos dados coletados. Cada docente possui sua própria formação acadêmica, especializações e trajetória profissional, o que pode influenciar sua visão, conhecimentos e abordagem em relação à ‘Consciência Econômica’ e à educação financeira. Além disso, os professores podem ter tido experiências distintas no ambiente escolar, trabalhando com diferentes grupos de estudantes e enfrentando desafios específicos em sua prática pedagógica.

Ao compreender e descrever o perfil dos entrevistados, os pesquisadores podem contextualizar os resultados obtidos, considerando as particularidades e perspectivas individuais dos docentes; identificar possíveis padrões ou diferenças nas percepções e propostas dos docentes com base em suas características individuais; analisar como a experiência dos professores influenciam suas visões sobre a inserção da educação financeira no currículo. A caracterização dos sujeitos fornece uma visão mais abrangente das informações coletadas e ajuda a interpretar como as características individuais dos participantes podem influenciar suas respostas e perspectivas em relação à ‘Consciência Econômica’, conforme demonstra a Tabela 4:

Tabela 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa

Perguntas	Alternativas	Apurações
01) Sexo?	Masculino	47,1%
	Feminino	52,1%
02) Faixa etária?	Entre 21 a 30 anos	11,8%
	Entre 31 a 40 anos	17,6%
	Entre 41 a 50 anos	58,8%
	Entre 51 a 60 anos	11,8%
	Acima de 60 anos	0,0%
03) Curso de graduação mais recente?	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	41,2%
	Linguagem e suas Tecnologias,	17,6%
	Matemática e suas Tecnologias	17,6%
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	17,6%
	Formação Técnica e Profissional	5,9%
04) Grau de instrução mais recente?	Ensino Superior	23,5%
	Pós-graduação lato sensu(especialização)	70,6%
	Pós-graduação stricto sensu(mestrado)	5,9%
	Pós-graduação stricto sensu(doutorado)	0,0%
05) Tempo que atua na educação básica?	Menos de 01 ano	5,9%
	De 01 a 03 anos	5,9%
	De 03 a 05 anos	0,0%
	De 05 a 10 anos	17,6%
	De 10 a 20 anos	35,3%
	Acima de 20 anos	35,3%
6) Qual nível de ensino você prefere atuar?	Ensino Fundamental I (1ª anoao 5º ano)	0,0%
	Ensino Fundamental II (6ª anoao 9º ano)	11,8%
	Ensino Médio (1º, 2º e 3º)	88,2%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados do questionário (2024)

Na primeira pergunta do questionário da pesquisa, foi solicitada a identificação do gênero dos participantes, constatando uma moderada variação entre os grupos. Observa-se que as mulheres constituíram uma leve maioria, representando 52,9% dos entrevistados, enquanto os homens representaram 47,1%. Essa divisão se torna interessante para que o ensino da educação financeira de forma transversal em sala de aula, seja representado por ambos os sexos, entre as diversas áreas do conhecimento, buscando ampliar a diversidade de ideias entre os grupos.

A presença equilibrada de docentes de ambos os sexos nesta pesquisa traz benefícios significativos. A participação ativa das mulheres na produção de conhecimento traz à tona questões e experiências específicas do gênero, enriquecendo o debate e a compreensão dos

estudantes. Por outro lado, os homens também desempenham um papel crucial ao oferecer conhecimentos e habilidades, além de contribuir para a diversidade de perspectivas na sala de aula. A presença de professores de ambos os gêneros oferece aos estudantes uma visão abrangente e multifacetada do mundo, permitindo-lhes desenvolver uma compreensão mais completa das questões sociais, culturais e econômicas.

No contexto da ‘Consciência Econômica’, o papel dos docentes é especialmente relevante. Eles têm a oportunidade de educar os estudantes sobre a importância do uso consciente dos recursos financeiros, promovendo uma reflexão crítica sobre as práticas de consumo e incentivando uma abordagem mais sustentável e responsável. Tanto homens quanto mulheres são agentes promotores de conhecimento, capazes de fomentar uma cultura inovadora em relação ao consumismo e preparar os estudantes para uma participação ativa e consciente na sociedade.

Conforme descrito por Bauman (2008), é responsabilidade do sujeito buscar informações necessárias para desenvolver uma leitura crítica e libertadora. Além disso, compreender a geração à qual esses docentes pertencem ajuda a orientar sua visão sobre os aspectos econômicos que podem construir uma ‘Consciência Econômica’.

Sobre isso, Comazzetto *et al.* (2016), relata que compreender as gerações torna-se relevante do ponto de vista que cada geração possui características, experiências e perspectivas únicas que podem influenciar a forma como as pessoas pensam, se comportam e se relacionam com o espaço que está inserido. Essas diferenças geracionais podem afetar vários aspectos da sociedade, incluindo a compreensão das diretrizes educacionais sobre o ensino da educação financeira.

Nesse sentido, a segunda pergunta contribuiu no levantamento da faixa etária dos educadores entrevistados. Com base nos dados coletados, torna-se possível inferir que estão presentes as gerações Z, Y, X e Baby Boomers (Comazzetto *et al.*, 2016), contempladas no capítulo 1 desta pesquisa. A maioria dos professores está na faixa etária entre 41 a 50 anos, correspondendo a 58,8% do público pesquisado; com isso, a geração X, possui maior representatividade. Na sequência temos a geração Y, com 17,6%, seguida da geração Z e geração Baby Boomers, com 11,8% cada. Esse cenário permite deduzir que todas as gerações de docentes tendem a ter experiências significativas no âmbito das finanças pessoais e consumo e que podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Bauman (2008) defende que o tema das gerações tende a ter uma relação significativa com a educação financeira, uma vez que, os diferentes grupos etários podem apresentar

comportamentos, atitudes e desafios financeiros distintos. As gerações mais jovens, cresceram em um ambiente altamente digital e estão mais familiarizadas com tecnologias financeiras, como pagamentos digitais e investimentos *online*. Por outro lado, as gerações mais antigas podem ter menos familiaridade com essas ferramentas.

Compreender em qual geração os docentes se encontram pode ser um indicativo importante para identificar pontos de melhoria no uso de tecnologia digital e como isso interfere na educação financeira. Cada geração pode ter uma relação diferente com a tecnologia e com o uso do dinheiro, com diferentes níveis de familiaridade e habilidades digitais para o consumo.

De forma complementar, a pesquisa buscou investigar a formação dos educadores, incluindo, na terceira pergunta, uma questão dissertativa sobre o curso de formação mais recente, realizado pelo professor. Essa abordagem permitiu obter informações detalhadas sobre a qualificação e o aprimoramento profissional dos docentes. Com base nos dados da questão, pode-se observar que a formação dos professores pesquisados perpassa as cinco áreas do conhecimento, o que indica uma representação abrangente e diversificada dos docentes em termos de especialização acadêmica e disciplinas ministradas.

Essa distribuição ampla das áreas do conhecimento é importante para garantir uma educação abrangente e equilibrada, que englobe diferentes campos de estudo e perspectivas. A atuação de professores das cinco áreas do conhecimento, permitem aos estudantes acesso a uma educação holística, com oportunidades de explorar diferentes campos de estudo e desenvolver habilidades em vários componentes curriculares. Essa diversidade na distribuição dos professores também pode contribuir para uma educação interdisciplinar, em que os estudantes são incentivados a fazer conexões entre diferentes áreas de conhecimento, inclusive com a educação financeira, e a desenvolver uma compreensão mais ampla e contextualizada do mundo.

Conforme a BNCC (Brasil, 2018), os componentes curriculares estão agrupados em grandes blocos, visando estabelecer os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica. Assim, as áreas de conhecimento foram organizadas da seguinte maneira, Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional.

A pesquisa revelou que a área com maior representatividade entre os professores pesquisados é a de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com 41,17% do total. Em seguida, as áreas de Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências da

Natureza e suas Tecnologias apresentam a mesma proporção de representatividade, cada uma com 17,64%. Por último, a área de Formação Técnica e Profissional possui uma representatividade de 5,91% entre os entrevistados.

A heterogeneidade de formações docentes pode ser tanto uma oportunidade quanto um desafio para a implementação da educação financeira como tema transversal. Professores de diferentes áreas podem trazer perspectivas complementares, mas também pode haver a necessidade de capacitação específica nesse campo. A distribuição de áreas de formação reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar na educação financeira. Professores de diferentes disciplinas podem colaborar para uma compreensão mais integral e contextualizada dessa temática.

Por meio da colaboração entre professores de diferentes áreas, é possível desenvolver abordagens inovadoras que integrem conhecimentos e perspectivas diversas, enriquecendo a experiência educacional dos estudantes. A educação financeira, nesse contexto, pode ser abordada de forma mais abrangente, explorando conexões com disciplinas como história, economia, matemática e desenvolvimento pessoal. Ao incorporar a educação financeira como tema transversal, os estudantes têm a oportunidade de adquirir habilidades essenciais para uma vida financeira saudável e responsável, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma ampla compreensão das conexões entre diferentes áreas do conhecimento.

O Currículo Referência de Minas Gerais reforça que o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar desempenha um papel relevante na promoção de uma visão abrangente e conectada do conhecimento, na solução de problemas cotidianos, no desenvolvimento de habilidades transversais e no engajamento dos estudantes. Essas abordagens são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos e preparar os estudantes para um mundo cada vez mais interconectado e interdependente (Minas Gerais, 2018). Isso contribui para uma formação integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo real de forma mais informada e consciente.

Na sequência, a quarta pergunta aborda o grau de instrução mais recente dos participantes, revelando uma forte tendência para cursos de pós-graduação *lato sensu*. Observa-se que 70,6% dos professores possuem pós-graduação *lato sensu*, enquanto apenas 5,9% possuem formação *stricto sensu* (mestrado). Entre os participantes não há professores com doutorado.

Além do conhecimento, é igualmente relevante investigar o tempo de experiência dos docentes em sala de aula. Essa análise é importante para compreender a experiência acumulada

pelos docentes ao longo de suas carreiras e como isso pode influenciar na sua 'Consciência Econômica'. Nesse sentido, a quinta pergunta buscou obter informações sobre quanto tempo os professores atuam na educação básica, a fim de identificar a diversidade de trajetórias profissionais dos docentes, bem como o conhecimento prático e vivências adquiridas ao longo desse período. Essas informações são relevantes para compreender como o tempo de experiência pode impactar na eficácia do ensino, na adoção de estratégias pedagógicas mais efetivas e no desenvolvimento de habilidades de gestão de sala de aula.

Os dados revelam que a maioria dos docentes (70,6%) possui experiência na educação básica por mais de dez anos. Entre esses, 35,3% trabalham há mais de vinte anos, enquanto outros 17,6% atuam entre cinco e dez anos e, apenas 11,8% dos professores têm menos de três anos de experiência. A concentração de professores com extensa experiência na educação básica pode indicar uma maior possibilidade de compreensão sobre a relevância da educação financeira, embora também possa haver a necessidade de atualização e formação desse grupo. Investir no desenvolvimento profissional docente, contemplando diferentes experiências, pode ser fundamental para fortalecer a 'Consciência Econômica' e a implementação efetiva da educação financeira nas escolas.

Freire defende que "transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo, o seu caráter formador" (2011, p. 24). Portanto, a experiência dos educadores, inclina-se a um recurso valioso que contribui para a qualidade do ensino, permitindo que os professores se adaptem, resolvam problemas, desenvolvam intuição pedagógica, construam redes de suporte e continuem aprendendo ao longo de suas carreiras. Freire nos convida a uma visão mais ampla e humanizada da educação, isso implica em uma compreensão da 'Consciência Econômica' como parte de um processo de formação integral, crítica e transformadora dos sujeitos, superando a lógica do "treinamento técnico".

Sendo assim, é essencial compreender em qual ambiente o educador consegue maximizar sua prática pedagógica. Com base nessa perspectiva, a sexta pergunta indagou os participantes sobre sua preferência de atuação nos diferentes níveis da educação básica, com o objetivo de identificar em qual etapa da educação básica eles se sentem mais aptos e engajados, considerando as especificidades e demandas de cada nível de ensino. Foi possível observar que 88,2% dos educadores entrevistados manifestaram preferência por atuar no ensino médio e apenas 11,8% no ensino fundamental II.

A predominância de professores com preferência pelo ensino médio sugere que eles se sintam mais preparados e motivados a trabalhar nessa etapa da educação básica. Isso pode facilitar a implementação e o desenvolvimento da temática da educação financeira de forma mais efetiva e articulada no currículo escolar, pois a motivação dos professores pode ser vista como um possível indicador favorável à qualidade do ensino. Contudo, é importante considerar os desafios de se abordar a educação financeira de forma transversal em todos os níveis de ensino e possibilitar que os docentes estejam preparados, independentemente de sua preferência por determinada faixa etária.

O resultado obtido na questão nos leva a inferir que a maioria dos participantes da pesquisa, em tese, estão propícios a contribuir com o seu conhecimento técnico e experiência, favorecendo o trabalho da educação financeira como tema transversal, por se identificarem com o nível de ensino que atuam. Conforme descreve (Berres Hartmann; Maltempi, 2021, p. 18-19).

a Educação financeira precisa proporcionar reflexões que ultrapassem aquelas estudadas na Matemática Financeira, visto que questões matemáticas não são suficientes para a condução da Educação financeira; a Educação financeira está relacionada a aspectos não-matemáticos, proporcionando relações com outras áreas como História, Geografia, Economia e Psicologia, por meio de discussões de questões de inflação, PIB, consumo consciente, balança comercial, salário mínimo e planejamento, e assim é importante que seja abordada de modo transversal e integrador; a Educação financeira corrobora a formação de cidadãos.

Dessa forma, a educação financeira como prática pedagógica transversal não apenas beneficia os estudantes, fornecendo-lhes habilidades e conhecimentos relevantes, mas também pode trazer satisfação pessoal e realização para os professores, ao trabalharem em um ambiente que valoriza a afetividade e a proximidade com a vida cotidiana dos estudantes. Além disso, o ensino médio é uma etapa crucial na formação dos estudantes, pois prepara os jovens para a continuidade de seus estudos ou para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, os professores podem encontrar uma oportunidade de impactar diretamente a trajetória educacional e o desenvolvimento dos estudantes nessa fase importante de transição.

Com base no princípio da amorosidade³⁹, defendidos por Paulo Freire (2011), teoricamente, os 11,8% de docentes que preferem atuar no ensino fundamental II podem oferecer resistência para contribuir com o trabalho dos temas transversais em suas aulas. A falta de regulamentação e orientação no projeto político-pedagógico pode dificultar a incorporação

³⁹ Para Paulo Freire, a amorosidade na educação envolve uma relação dialógica, afetiva e humanizadora entre educador e educando, visando a formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a transformação da realidade.

desses temas em suas práticas pedagógicas. Por isso, é fundamental que a escola promova discussões e reflexões coletivas sobre a importância dos temas transversais, incluindo a educação financeira, e busque formas de integrá-los ao currículo de maneira significativa e alinhada aos princípios da amorosidade.

As discussões podem envolver a revisão do projeto político-pedagógico, a oferta de formação continuada aos educadores e a criação de espaços de diálogo e troca de experiências entre os docentes. Promover um ambiente escolar acolhedor, que valorize a participação dos professores na construção do currículo e que ofereça suporte para a abordagem dos temas transversais, em especial, da educação financeira, pode contribuir para superar as resistências e promover uma ‘Consciência Econômica’ dos educadores, bem como, uma educação mais abrangente e alinhada com os princípios da BNCC e da amorosidade.

4.2.2 A percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar

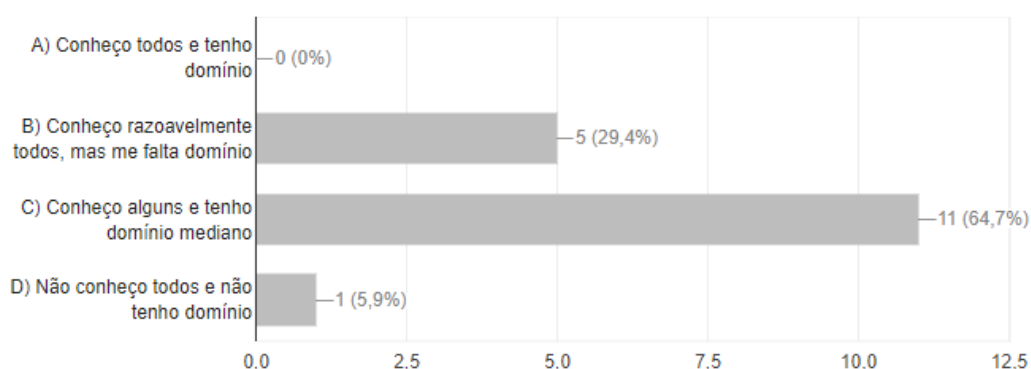
Esta categoria tem como objetivo analisar como os educadores percebem os Temas Transversais (TCTs) propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco específico na educação financeira. Busca compreender a base de conhecimento dos participantes sobre o tema como ocorre sua aplicabilidade junto ao componente curricular. Explorar a categoria permite investigar como os professores enxergam a importância da educação financeira como um tema transversal, não se restringindo apenas a uma aula específica. Além disso, é válido ressaltar que, para que a educação financeira ganhe espaço na prática pedagógica dos docentes em sala de aula, pode ser necessário difundir a importância dos Temas Transversais como mecanismos complementares na formação dos estudantes.

Nesse sentido, a gestão escolar e a equipe pedagógica desempenham um papel importante ao orientar e apoiar os professores, promovendo encontros e debates sobre a escolha dos TCTs a serem trabalhados com os estudantes. Esses encontros e debates oferecem oportunidades para discutir a relevância da educação financeira, compartilhar boas práticas, trocar experiências e construir coletivamente estratégias para integrar a educação financeira no currículo escolar.

Portanto, a categoria permite analisar a percepção dos educadores em relação aos TCTs propostos pela BNCC, em especial à educação financeira, e identificar a necessidade de orientação e apoio por parte da gestão escolar e equipe pedagógica para promover a integração

efetiva desse tema na prática pedagógica dos docentes. Nesse sentido, a sétima pergunta da pesquisa questiona o conhecimento dos docentes sobre os temas transversais e revela dados preocupantes, conforme apresenta o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Sobre os temas transversais da BNCC



Fonte: Google formulários (2023)

Os dados obtidos na pesquisa sobre o conhecimento e domínio dos professores acerca dos temas transversais, revelam alguns pontos importantes, como a falta de aptidão para realizar o trabalho com os estudantes. Apenas 29,4% dos professores afirmaram ter conhecimento razoável sobre esses temas, porém sem domínio dos assuntos. Essa parcela significativa de docentes que possuem apenas um conhecimento superficial pode enfrentar desafios na abordagem efetiva dos conteúdos em sala de aula.

A ampla maioria dos entrevistados (64,7%) relatou conhecer alguns temas transversais e ter domínio mediano deles. Essa situação intermediária indica que, embora os professores tenham um certo grau de familiaridade com os temas, eles podem enfrentar dificuldades na transposição didática e na integração desses conteúdos de forma significativa no currículo. Uma parcela menor (5,9%) dos entrevistados afirmou desconhecer integralmente os temas transversais, o que sugere que esse docente terá ainda mais desafios para incorporar os temas transversais, como a educação financeira, em sua prática pedagógica.

Essas constatações sugerem que, de modo geral, os professores precisam de formação continuada para lidar com os temas transversais, especialmente a educação financeira. Teixeira destaca a “necessidade de observar que projetos que abordem assuntos financeiros precisam, primeiramente, ser trabalhados de modo consistente com os educadores, capacitando-os para trabalhar a Educação Financeira de modo transversal” (2020, p. 29). Ações de desenvolvimento

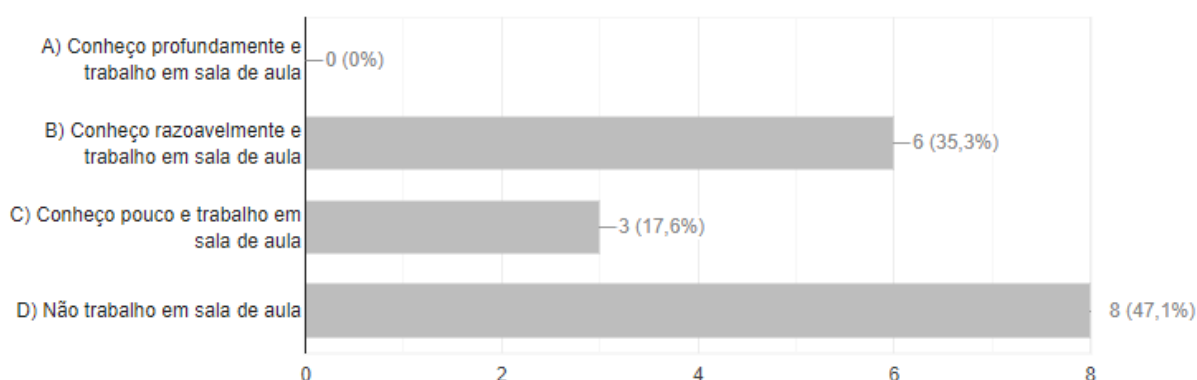
profissional docente são fundamentais para que eles adquiram o conhecimento, as habilidades e a segurança necessários para abordar esses conteúdos de forma efetiva e integrada ao currículo.

Freire destaca que a formação de professores deve "insistir na constituição deste saber necessário" (2011, p. 92) sobre o contexto mais amplo em que vivemos. Isso significa compreender a influência inegável que o meio ambiente, as relações sociais e a realidade econômica exercem sobre nós. O conhecimento teórico é essencial para que os professores possam contextualizar seus conteúdos e práticas pedagógicas e, ao ter o olhar ampliado sobre o contexto, os professores estarão mais preparados para relacionar os diversos saberes e incorporá-los de forma significativa em suas práticas pedagógicas.

Além disso, é importante considerar que o olhar para o mundo real, com respeito às especificidades do lugar em que os discentes estão inseridos, de suas carências e de seus anseios, tem requerido dos educadores determinados conhecimentos, que em tese, ficam margeados na sua formação acadêmica. Essas dificuldades podem estar relacionadas a lacunas na formação docente, mas também a problemas estruturais do currículo, o qual não serão aprofundados, por não compor o objeto da pesquisa.

Em complementação, a oitava pergunta, questiona o conhecimento dos professores sobre o tema transversal “economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal” e reforça a percepção de que os educadores podem enfrentar desafios para trabalhar com o tema contemporâneo transversal da educação financeira, conforme demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Sobre o tema transversal “economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal”



Fonte: Google formulários (2023)

De acordo com os resultados da pesquisa, 47,1% dos participantes da pesquisa afirmaram não abordar esses temas de forma transversal em suas aulas. Esse dado indica que quase metade dos professores do ensino médio não estão integrando o tema transversal da educação financeira, de forma interdisciplinar em suas aulas. Isso sugere uma compartimentalização do ensino, em que esses assuntos não são explorados de maneira contextualizada e conectada ao currículo. Teixeira destaca a “importância de propor que a Educação Financeira seja incorporada como tema transversal nas escolas brasileiras da educação básica” (2020, p. 29). A abordagem transversal favorece uma integração mais efetiva da educação financeira no currículo escolar e pode superar a fragmentação observada nos dados, em que quase 50% dos professores não conseguem abordar esses temas de forma interdisciplinar.

Por outro lado, 35,3% dos educadores afirmaram ter um conhecimento razoável sobre a temática e conseguem desenvolver atividades pedagógicas relacionadas a ela. Isso indica que uma parte dos professores está engajada em abordar os temas transversais de forma mais integrada e contextualizada, buscando proporcionar aos estudantes uma compreensão mais ampla sobre a educação financeira.

De Melo *et al.* destacam que a BNCC aponta possibilidades de como o trabalho transversal da educação financeira pode ser realizado pelos professores das diversas áreas do conhecimento, assim é importante “direcionar o olhar e defender que o ensino da EFE seja baseado na perspectiva da transversalidade” (2021, p. 4). Isso possibilita conectar esses temas a diversas áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de contextualização e significado para os estudantes.

Destaca-se que 17,6% dos educadores entrevistados sinalizam ter um baixo conhecimento sobre esses temas, o que evidencia a necessidade de investir em formação para esses professores, a fim de fortalecer seu domínio sobre a temática e sua habilidade em abordá-la de forma eficaz em sala de aula, pois “não se pode pensar na Educação Financeira como uma responsabilidade somente do Professor de Matemática, mas sim como um assunto transversal na escola” (Teixeira, 2020, p. 17). Essa lacuna de conhecimento identificada nos docentes pode limitar a compreensão holística dos estudantes sobre temáticas relevantes para sua formação integral.

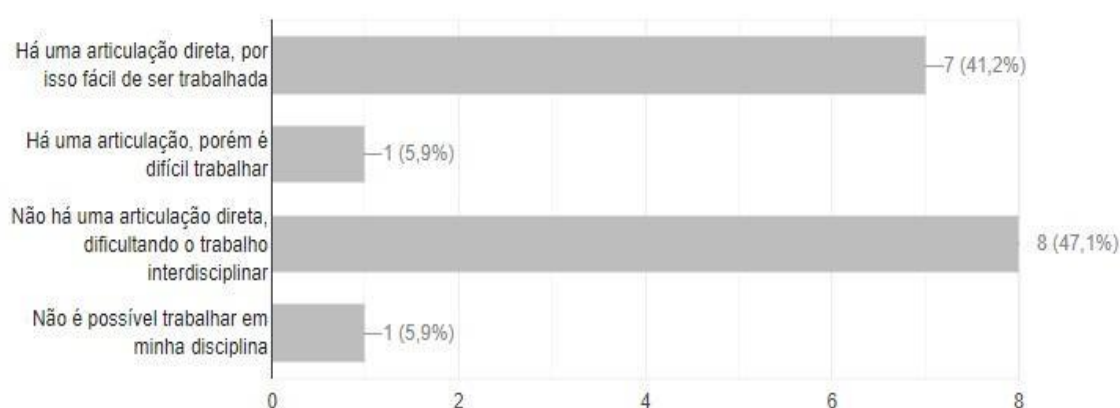
A partir dos dados levantados no Gráfico 7 e no Gráfico 8 observa-se que, embora a maioria dos professores (64,7%) tenha conhecimento parcial e domínio mediano dos temas transversais (sétima pergunta), quase metade deles (47,1%) não os abordam de forma

transversal em sala de aula (oitava pergunta). A existência de lacunas de conhecimento e domínio (29,4% têm conhecimento, mas não domínio, e 17,6% têm baixo conhecimento) pode estar limitando a abordagem transversal desses conteúdos em sala de aula.

De Melo *et al.* (2021) destacam a importância de se pensar a educação financeira de forma transversal, não restringindo apenas à Matemática Financeira. Essa abordagem permite uma maior flexibilidade e articulação com diferentes áreas do conhecimento, favorecendo um trabalho mais significativo e relevante para a formação integral dos estudantes como cidadãos críticos e reflexivos, desenvolvendo competências essenciais para sua atuação na sociedade.

Com o intuito de aprofundar a discussão iniciada na pergunta anterior, a nona pergunta abordou a relação do tema transversal “economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal” com a disciplina ministrada pelos docentes, conforme apresenta o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Relação entre o tema transversal “economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal” e a disciplina que ministro



Fonte: Google Formulários (2023)

Com base nesses dados, é possível observar que 47,1% dos educadores entrevistados relataram que não há uma articulação direta entre os componentes curriculares, o que impossibilita o trabalho interdisciplinar. O resultado pode indicar uma falta de integração e conexão entre as diferentes disciplinas, dificultando a abordagem dos temas transversais de forma mais ampla e contextualizada.

O fato de quase metade dos educadores (47,1%) relatar na oitava pergunta que não há articulação direta entre os componentes curriculares que lecionam e o tema transversal da educação financeira está alinhado com a constatação de que 47,1% deles não trabalham o tema em sala de aula (oitava pergunta). O resultado demonstra que os docentes apresentam

dificuldade em articular o componente curricular que ministram com o tema transversal. Não conseguem identificar integração e conexão entre as disciplinas e os temas transversais, o que pode ser um fator que dificulta a abordagem interdisciplinar da educação financeira.

Por outro lado, 41,2% dos educadores afirmaram que há uma ligação direta entre os componentes curriculares. Esse é um aspecto positivo e indica que uma parcela significativa dos professores percebe a importância de uma abordagem interdisciplinar e busca conectar os diferentes conteúdos para proporcionar uma educação mais integrada e abrangente. Apenas 5,9% dos educadores entenderam que não é possível trabalhar a temática de forma articulada entre as disciplinas. Essa percepção sugere uma falta de ‘Consciência Econômica’ impedindo que os temas transversais sejam trabalhados de maneira interdisciplinar.

Outros 5,9% dos entrevistados reconhecem a possibilidade de articulação, porém, afirmam ter dificuldades em desenvolver atividades pedagógicas sobre o assunto. Essa dificuldade pode estar relacionada ainda, à falta de articulação entre as disciplinas, à falta de formação ou de recursos disponíveis para os professores, o que reforça a necessidade de investir em capacitação e suporte para que eles se sintam mais preparados e confiantes para abordar esses temas de forma interdisciplinar.

De Melo *et al.* entendem que os temas contemporâneos transversais devem ser tratados de forma contextualizada e transversal às diversas áreas do conhecimento, sendo que o ensino deve ser o “ponto de encontro e de diálogo entre os diversos campos de saberes e das diferentes ciências e que as discussões contribuam para a realidade social dos estudantes” (2021, p. 2). A abordagem contextualizada e interdisciplinar é essencial para que os temas transversais, como educação financeira, economia, trabalho, entre outros, sejam compreendidos de forma ampla pelos estudantes, para que eles conseguirão estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados na sala de aula e o cotidiano vivido em sociedade.

Teixeira corrobora o pensamento dos autores De Melo *et al.* ao abordar que os temas contemporâneos transversais não devem ser trabalhados “de modo rígido e sistemático, sendo isolado, nas diversas áreas de conhecimento, mas sim, que eles sejam desenvolvidos de um modo contextualizado e transversalmente, por meio dessa abordagem transdisciplinar” (2020, p. 69). Portanto, é importante buscar formas de integrar os diversos campos do conhecimento e promover um ensino que dialogue com a realidade dos estudantes, a fim de desenvolver uma educação significativa e transformadora.

A Secretaria de Estado da Educação, por meio do Currículo Referência de Minas Gerais, reconhece a importância do trabalho interdisciplinar e do desenvolvimento de projetos. O

documento dispõe que “desenvolver projetos interdisciplinares é outra metodologia para trabalhar integradamente, porém, ao escolher o tema, é necessário que professores e especialistas da educação básica troquem ideias e façam, coletivamente” (Minas, 2018, p. 56). A orientação de que professores e especialistas da educação básica devem dialogar e realizar planejamento coletivo para articular ações e estratégias integradas é fundamental para uma abordagem transdisciplinar.

Além disso, o Currículo Referência de Minas Gerais destaca a importância de considerar o estudante além da dimensão cognitiva, levando em conta seus anseios e contextos (Minas Gerais, 2018). Essa abordagem é essencial para tornar os temas e atividades relevantes e significativos para as juventudes, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade, do trabalho em equipe, da interação e da construção do conhecimento. Nesse sentido, o currículo propõe uma educação que esteja alinhada com as necessidades e realidades dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa e engajadora.

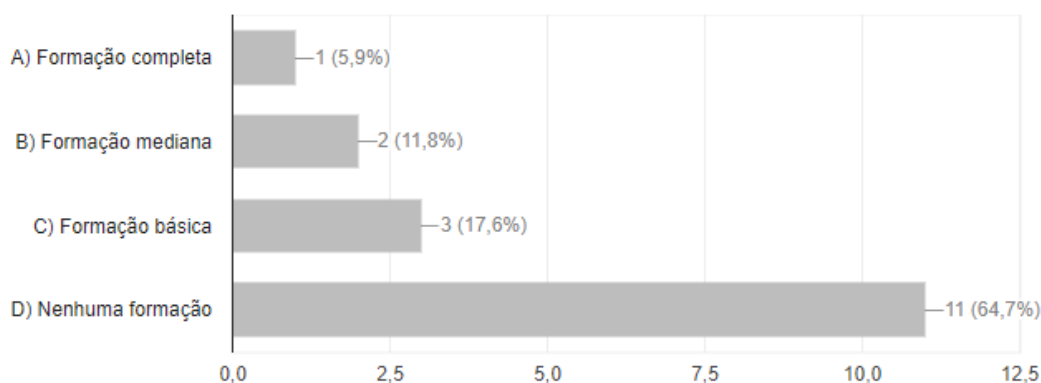
Ao considerar esses aspectos, o currículo pode oferecer um trabalho amplo e contextualizado, por meio dos temas transversais. Os professores, por sua vez, podem aproveitar momentos oportunos durante as aulas para trazer conceitos e práticas relacionados à educação financeira, com exemplos práticos, estudos de casos ou atividades relacionadas ao tema para criar oportunidades de aprendizado contextualizado para os discentes.

Segundo De Melo *et al.*, a inserção da educação financeira no currículo representa um marco na trajetória da temática no país (2021), pois o trabalho da educação financeira de maneira interdisciplinar e transversal desempenha um papel fundamental na formação integral do sujeito, contribuindo com o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos.

Sobre isso, Teixeira destaca que o desenvolvimento de um trabalho com qualidade, que aborde a educação financeira como tema transversal, deve tratar de “assuntos reais voltados para a população para que esta se torne mais consciente e menos contaminada pelas falsas propagandas e/ou outras informações” (2020, p. 72). Isso contribui para o desenvolvimento de uma ‘Consciência Econômica’, voltada para um pensamento crítico e uma postura mais informada e responsável em relação às questões financeiras.

A décima pergunta questiona aos participantes quanto a formação que tiveram (ou não) sobre educação financeira na graduação, como apresentado no Gráfico 5. O resultado possibilita uma reflexão sobre a formação inicial dos professores.

Gráfico 5 - Na sua graduação, você considera que teve alguma formação básica sobre educação financeira?



Fonte: Google Formulários (2023)

O fato de mais de 70% dos entrevistados estarem atuando na regência há mais de 10 anos, sugere que muitos educadores têm uma experiência significativa na área. No entanto, é preocupante constatar que a maioria dos professores (64,7%) não recebeu nenhuma instrução sobre educação financeira durante sua graduação. Esse resultado evidencia uma lacuna significativa na formação acadêmica.

Apenas 5,9%, ou seja, um participante compreende que teve uma formação completa em educação financeira durante a graduação, o que evidencia a importância de integrar a educação financeira de forma mais efetiva nos currículos, não a tratando de maneira superficial ou esporádica. Esse baixo resultado pode justificar a dificuldade apresentada anteriormente (nona pergunta), em que a maioria dos professores não consegue articular o tema da educação financeira com componente curricular que ministram.

Uma parcela considerável (17,6% e 11,8%) teve apenas uma formação básica ou mediana, respectivamente, em educação financeira. Isso indica que mesmo quando o tema é abordado, muitas vezes acontece de forma insuficiente e pouco aprofundada. Esses profissionais, possivelmente, não tiveram formação nas diretrizes e conhecimentos relacionados à educação financeira, conforme estabelecido pela BNCC. Os dados contrastam com a perspectiva apresentada anteriormente, que enfatiza a importância da educação financeira como um tema transversal, capaz de contribuir para a formação integral do sujeito, para o desenvolvimento de pensamento crítico e para a conscientização da população.

Diante disso, é possível mensurar que “a formação de professores continua sendo um dos principais problemas da educação” (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 368), contudo existem problemas estruturais, tanto da sociedade quanto do próprio sistema

educacional, que acabam condicionando e limitando a formação de professores no que se refere a construção de sua ‘Consciência Econômica’ e de sua aptidão para lidar com a educação financeira em sala de aula. Isso implica que não basta apenas focar na formação docente, é preciso também compreender e enfrentar os problemas sistêmicos que permeiam a educação.

A lacuna evidenciada na formação inicial dos professores pode impactar sua capacidade de abordar o tema de forma adequada e abrangente em sala de aula. Para Teixeira, “se queremos construir um país melhor e mais próspero, precisamos buscar meios e incentivos para possibilitar a Educação Financeira de todos os brasileiros” (2020, p. 73). Essa situação reforça a importância de investir em formação continuada para os professores, a fim de fornecer-lhes as ferramentas e os conhecimentos necessários para abordar a educação financeira de maneira eficaz em sala de aula.

Considerando esses dados, é compreensível que a falta de incentivo dos sistemas de ensino, tanto na graduação quanto na formação continuada, possa ser um dos fatores que contribuem para a ausência de uma visão crítica e uma abordagem mais abrangente da ‘Consciência Econômica’ dos professores. É fundamental que sejam oferecidos recursos e oportunidades de formação, a fim de que eles possam desenvolver suas competências nessa área e promover uma educação financeira de qualidade para os estudantes.

Sobre o aprimoramento profissional dos docentes, Freire destaca que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (2011, p. 27). Mesmo com a indubitável importância da formação de professores, ela não pode ser vista de forma isolada, mas sim como parte de um sistema mais amplo que precisa estar alinhado para criar as condições adequadas para o desenvolvimento profissional.

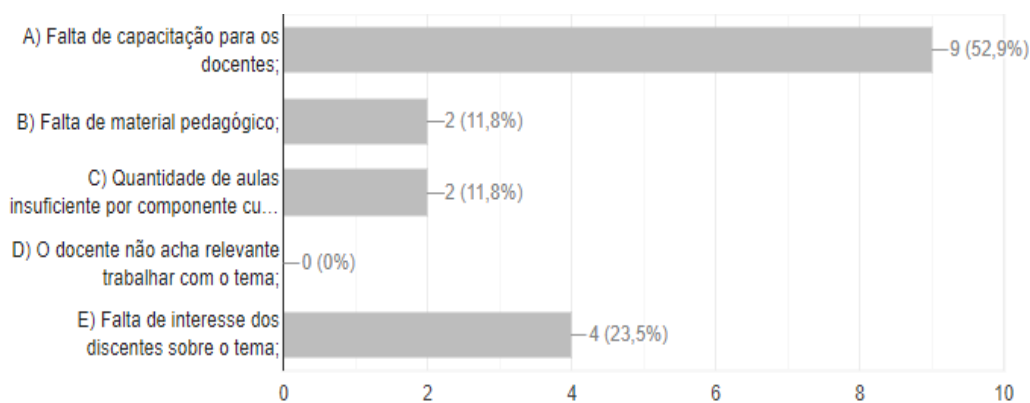
Revela-se importante examinar o papel do sistema educacional em sua totalidade no desenvolvimento profissional dos professores, incluindo as condições de trabalho atuais dos docentes. As circunstâncias laborais enfrentadas pelos professores, como carga horária excessiva, baixos salários, falta de infraestrutura e recursos podem impactar diretamente na motivação e disponibilidade para a formação continuada. Professores com jornadas extenuantes e múltiplos vínculos empregatícios têm menos tempo e energia para se dedicar a seu próprio desenvolvimento profissional, portanto, melhorar as condições de trabalho dos docentes é fundamental para que eles possam efetivamente participar e se engajar em processos de formação.

A instituição escolar é o espaço principal onde acontecem e precisam acontecer os projetos e atividades de formação de professores. Entretanto, para isso são necessárias condições que os viabilizem como, por exemplo, a organização da gestão institucional na qual seja previsto o tempo e diversos recursos para sua realização (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 371).

À medida que os professores se mantêm atualizados e participam de programas de formação continuada, eles têm a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades adicionais, além de refletir sobre sua prática pedagógica. Uma formação perene permite que os professores estejam mais preparados para compreender as necessidades e demandas dos discentes, bem como para lidar com os desafios que surgem na vida contemporânea.

Professores mais preparados terão condições de conectar os temas transversais com seus componentes curriculares e abordá-los de forma que sejam relevantes para a vida dos estudantes, promovendo uma formação teórica e prática mais abrangente. Nessa perspectiva, os dados obtidos na décima primeira pergunta ratificam a importância da formação continuada, conforme dados apresentados pelo Gráfico 6:

Gráfico 6 - Quais são os possíveis motivos que dificultam/impedem o ensino da educação financeira como tema transversal na sala de aula?



Fonte: Google Formulários (2023)

A pesquisa aponta que 52,9% dos professores destacam a falta de capacitação como um dificultador do trabalho docente com a educação financeira como tema transversal. Essa é uma questão já identificada anteriormente, quando 64,7% dos professores afirmaram não ter recebido nenhuma formação sobre o tema durante a graduação. A falta de formação adequada dos docentes é um grande obstáculo para a implementação efetiva de novos temas e abordagens na educação. Sobre isso, Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas descrevem que:

A formação, como um caminho de diversas possibilidades, permite às pessoas que o transitam desenvolver-se, construir as relações que as levam a compreender continuamente seus próprios conhecimentos e os dos outros e associar tudo isso com suas trajetórias de experiências pessoais. Assim, a formação docente é uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de caráter histórico, biopsicossocial, político, cultural, próprias de seres integrais e autores de sua própria formação (2010, p. 370).

Lembrando que para uma formação docente eficaz, outros fatores devem ser levados em consideração, conforme descritos anteriormente. Assim como na formação docente em geral, a capacitação específica para o ensino de educação financeira parece ser um desafio a ser superado.

A carência de materiais didáticos e recursos pedagógicos apropriados também aparece como uma dificuldade (11,8%). Isso reforça a importância de se investir no desenvolvimento e disponibilização de materiais de qualidade para apoiar os professores no ensino de temas transversais, como a educação financeira. Quanto à quantidade de aula insuficiente por componente curricular (11,8%), os dados evidenciam uma sobrecarga e falta de tempo que os professores enfrentam para abordar todos os conteúdos curriculares. Remete à necessidade de repensar a estrutura e a organização do currículo, de modo a criar espaço para a inclusão dos temas transversais.

No que se refere à falta de interesse dos discentes sobre o tema (23,5%), não foi relacionada nas questões anteriores, mas pode estar associada a problemas estruturais da educação, como a desconexão entre os conteúdos escolares e a realidade dos estudantes. Sugere a importância de se trabalhar a motivação e o engajamento dos discentes, especialmente no tocante à educação financeira.

É interessante notar que nenhum dos entrevistados apontou que "o docente não acha relevante trabalhar com o tema". Isso indica que os professores reconhecem a importância da educação financeira, mas encontram barreiras para sua efetiva implementação. A falta de formação nesse campo específico pode impactar diretamente a confiança e a competência dos professores em abordar o tema em suas aulas. Sem o conhecimento adequado, sem a construção da 'Consciência Econômica' e as estratégias pedagógicas relevantes, os educadores podem se sentir despreparados para explorar a temática de maneira eficaz.

O mundo está em constante mudança, especialmente no contexto atual, em que avanços tecnológicos e sociais ocorrem rapidamente, assim a busca por conhecimentos atualizados tende a ajudar na adaptação e enfrentamento dos desafios que surgem na vida profissional. A

função docente está em constante evolução, as habilidades e saberes que eram valorizados no passado podem não ser mais relevantes atualmente. Neste sentido, a formação continuada tende a proporcionar conhecimentos e práticas atualizadas, capazes de suprir possíveis lacunas que impeçam a prática do ensino da educação financeira como tema transversal.

A falta de material pedagógico e a quantidade insuficiente de aulas do componente curricular são questões que podem impactar diretamente a abordagem e o desenvolvimento da educação financeira em sala de aula. A disponibilidade de materiais pedagógicos adequados e atualizados é essencial para auxiliar os professores na abordagem do assunto tratado em sala de aula. Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas (2010) corroboram essa discussão ao destacar a importância de condições adequadas para a realização de projetos e formações docentes. A falta de recursos, por exemplo, pode limitar a variedade de estratégias e atividades que os educadores podem utilizar para tornar o ensino da educação financeira mais envolvente e prático para os estudantes.

A quantidade de aulas dedicadas ao componente curricular e ao trabalho com o tema da educação financeira também é um fator relevante. Se houver uma quantidade insuficiente de aulas para abordar adequadamente o tema, os professores podem sentir dificuldades em transmitir os conceitos e promover a reflexão dos discentes sobre a importância da educação financeira em suas vidas. Uma carga horária adequada e planejada para essa temática permitirá uma abordagem mais aprofundada e significativa.

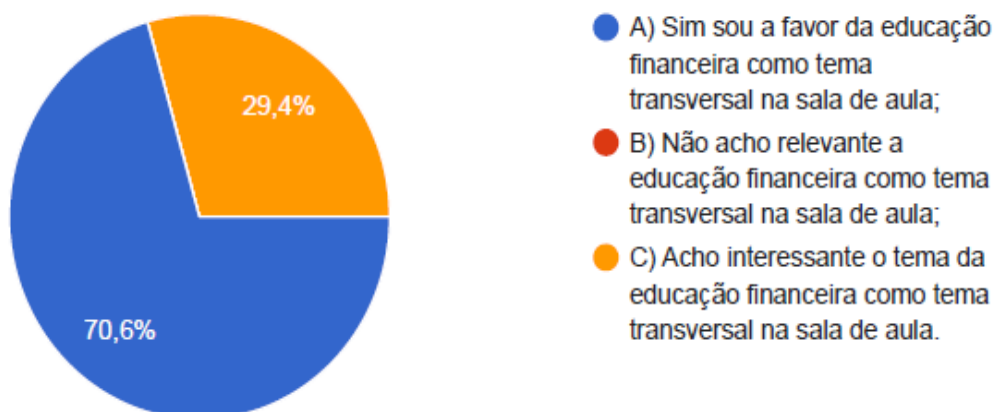
Além disso, o interesse dos discentes também desempenha um papel importante no ensino da educação financeira. Se os estudantes não mostrarem interesse pela temática, isso pode dificultar o engajamento e a participação ativa nas aulas. Nesse sentido, é necessário criar um ambiente favorável e acolhedor, onde eles compreendam a relevância da educação financeira e se sintam motivados a aprender sobre o assunto.

De Melo *et al.* (2021) afirmam que o trabalho com a educação financeira no ambiente escolar não deve ser restrito apenas à disciplina de Matemática. Embora a educação financeira Escolar tenha conexões importantes com a Matemática Financeira, é fundamental envolver outras áreas do conhecimento nesse processo de ensino e aprendizagem para que os estudantes compreendam a relevância do tema em suas vidas e desenvolvam uma visão crítica e consciente sobre questões financeiras. Ao envolver diferentes disciplinas no ensino da educação financeira, é possível proporcionar uma abordagem mais abrangente, contextualizada e interdisciplinar.

Com base nas características da ‘Consciência Econômica’ o acesso à informação de qualidade é um dos pilares relevantes, mas tende não ser o único, uma vez que, a percepção do

docente sobre a educação financeira também passa pela vontade do educador em reconhecer a importância e desenvolver nas suas aulas esse assunto de forma transversal. Assim, a décima segunda pergunta propiciou a compreensão dos educadores sobre a importância da educação financeira sendo trabalhada de forma transversal, conforme demonstrado no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Importância da educação financeira como tema transversal



Fonte: Google Formulários (2023)

A partir dos dados apresentados sobre a importância da educação financeira como tema transversal em sala de aula, observa-se que a grande maioria (70,6%) dos participantes da pesquisa declarou ser a favor da inclusão da educação financeira como tema transversal. Esse resultado é muito positivo e demonstra o reconhecimento da relevância desse tema para a formação dos estudantes.

Nas questões apontadas anteriormente, foram indicadas diversas barreiras para a efetiva implementação da educação financeira, como a falta de capacitação docente, a carência de materiais pedagógicos e a quantidade insuficiente de aulas. Mesmo diante desses desafios, a maioria dos docentes é favorável à inclusão do tema transversal. Desse modo, o alto percentual de participantes da pesquisa que apoiam a educação financeira como tema transversal sugere que os entrevistados compreendem sua importância e valor para a formação integral dos estudantes.

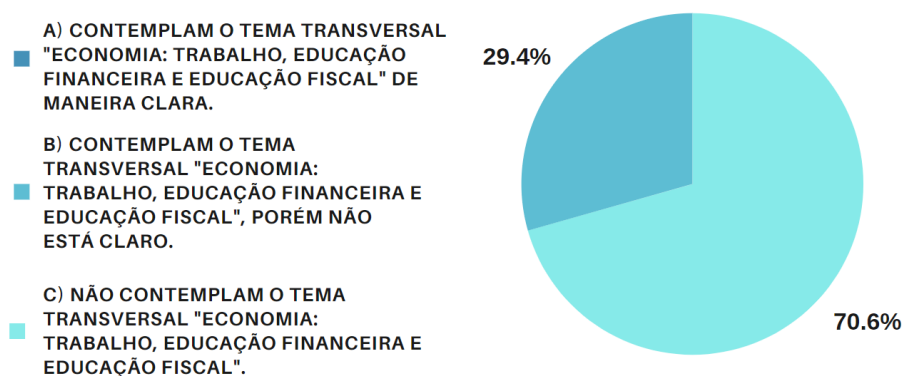
Temas transversais, como a educação financeira, têm o potencial de conectar os conteúdos curriculares à realidade dos professores e estudantes, o que pode ser muito motivador e significativo para o processo de ensino e aprendizagem. Teixeira (2020) discorre que cada educador é munido de experiências da vida cotidiana e neste caso, o conhecimento adquirido

por meio da gestão financeira pessoal pode contribuir no desenvolvimento de atividades pedagógicas, voltadas ao ensino da educação financeira.

Freire (2011) enfatiza que o conhecimento pode estar em vários lugares, em diferentes formas e maneiras de ser adquirido. A vida pessoal, assim como a economia, é movida por ciclos e experiências que norteiam as tomadas de decisões e reflexões sobre o propósito de cada pessoa. Assim, a natureza multifacetada e dinâmica do conhecimento vai além da mera aquisição de informações em livros e salas de aula. Para Freire (2011), o conhecimento está presente em diversos aspectos da vida, moldando a visão de mundo e as decisões. Portanto, as experiências pessoais dos docentes e a aptidão para trabalhar com o tema transversal da educação financeira em sala de aula está relacionado com o desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ de cada docente.

Em continuidade à análise da percepção dos docentes em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar, a vigésima pergunta questionou os professores sobre os livros didáticos dos componentes curriculares, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Sobre os livros didáticos utilizados nas disciplinas que ministram



Fonte: Google formulários (2023)

A maioria dos professores (70,6%) indicou que o livro didático utilizado não contempla o tema "economia: trabalho, educação financeira e fiscal". Isso significa que, na visão dos professores participantes da pesquisa, o material disponível para os docentes não aborda de forma adequada os objetivos e conteúdos relacionados à educação financeira.

Anteriormente, a pesquisa identificou que 70,6% dos entrevistados se declararam a favor da educação financeira como tema transversal. No entanto, essa mesma porcentagem de

professores aponta que os livros didáticos não abordam esse tema, o que sugere uma desconexão entre o reconhecimento da importância e a efetiva inserção do conteúdo nos materiais de ensino.

Mesmo tendo 29,4% de professores que afirmaram que o tema está presente no livro didático, há uma afirmação que o assunto não está claro. Isso sugere que, mesmo quando o tema é abordado, a forma como é apresentado e explicado no material didático de determinados componentes curriculares não é suficientemente compreensível para os educadores. Essa falta de clareza dificulta aos professores a associação entre seu componente curricular específico e os objetivos da educação financeira.

Vale ressaltar que a escolha do livro didático é realizada pelos professores de cada componente curricular, em momento oportuno. Sendo que a lacuna identificada no livro didático pode estar relacionada não somente a falta de inserção da educação financeira como tema transversal, mas também com a escolha realizada pelos docentes, que não levou isso em consideração. Nesse ponto encontramos uma divergência, pois, mesmo que 70,6% dos entrevistados se declarem a favor da educação financeira como tema transversal, a educação financeira pode não ter sido considerada no momento da escolha do livro didático, o que, em tese, sugere uma possível falta de ‘Consciência Econômica’ dos professores do ensino médio.

É importante destacar que o Currículo Referência de Minas Gerais estabelece que “os componentes curriculares estão organizados em áreas do conhecimento, que permitem articular os conhecimentos do currículo de forma interdisciplinar” (Minas Gerais, 2018, p. 472). Contudo, conforme a visão dos participantes da pesquisa, não foram identificadas articulações interdisciplinares significativas nos livros didáticos que pudessem contribuir para que a educação financeira deixasse de ser um conteúdo isolado e passasse a estar integrada de maneira orgânica ao currículo escolar.

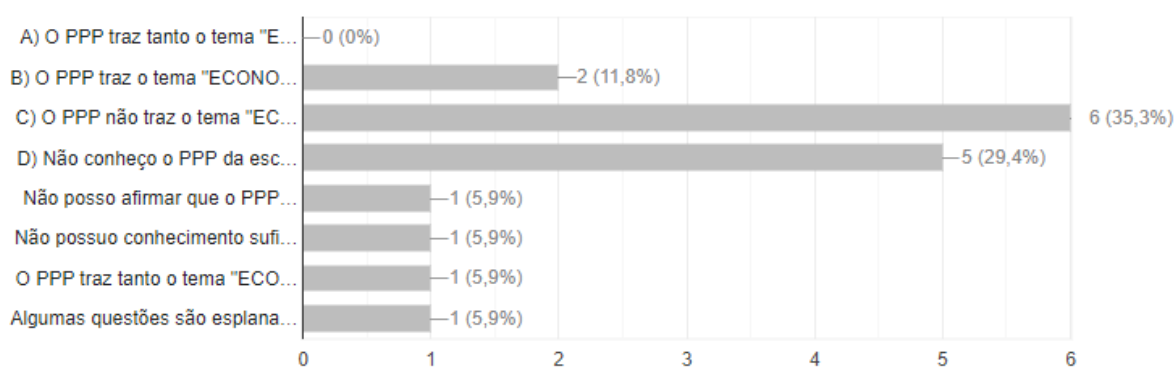
De Melo *et al.* corroboram o pensamento, advogando que a educação financeira como tema transversal deve “perpassar por todas as áreas do conhecimento, estabelecendo diálogos que convergem para a formação integral dos estudantes como sujeitos participantes de uma sociedade cada dia mais complexa” (2021, p. 2). A perspectiva apresentada pelos autores evidencia que a educação financeira não deve ser tratada de maneira isolada ou fragmentada, portanto, deveria estar presente em todos os livros didáticos, estabelecendo conexões e diálogos que contribuam para a formação integral dos estudantes.

Nas respostas anteriores foram identificadas diversas barreiras para o ensino da educação financeira, como a falta de capacitação docente e a carência de materiais pedagógicos

adequados. A ausência do tema nos livros didáticos utilizados pelos docentes pode ser um motivador dessas dificuldades, uma vez que os professores não contam com os recursos necessários para abordar a educação financeira de forma eficaz.

Em tese, o desafio do desenvolvimento da educação financeira em sala de aula, equivale à relevância desse conhecimento para a sociedade. Nesse sentido, a vigésima primeira pergunta revela outro obstáculo importante enfrentado pelos docentes, a clareza de informações do Projeto Político-Pedagógico (PPP), conforme dados apresentados pelo Gráfico 9:

Gráfico 9 - Sobre o PPP da escola que atuo, face ao tema transversal “economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal”



Fonte: Google formulários (2023)

A maioria dos entrevistados (35,3%) afirmou que o PPP da escola onde trabalham não menciona o tema transversal "economia: trabalho, educação financeira e fiscal", tampouco orienta como esse assunto deve ser abordado em sala de aula, o que indica uma lacuna significativa na incorporação da educação financeira como tema transversal nos documentos orientadores das escolas.

É preocupante que uma parte significativa (29,4%) dos entrevistados tenha afirmado que não conhecem o PPP da escola onde trabalham, o que pode indicar uma falta de informação e envolvimento dos professores com o documento que norteia sua prática pedagógica. O Currículo Referência de Minas Gerais estabelece que a escola tem autonomia para elaborar, executar, avaliar e revisar seu PPP, contudo deve ser “construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais” (Minas, 2018, p. 336). O descumprimento do que estabelece o Currículo

Referência de Minas Gerais pode ampliar as dificuldades para a integração da educação financeira no currículo escolar.

Apenas 11,8% dos entrevistados afirmaram que o PPP contempla o tema transversal da economia, mas não oferece orientações sobre como o assunto deve ser abordado em sala de aula. Isso sugere uma lacuna na orientação oficial para os professores em relação à educação financeira, deixando-os sem diretrizes claras que possibilitem incorporar o tema transversal com o componente curricular.

Outros participantes (5,9%) indicaram que o PPP menciona o tema da economia, mas não oferece orientações suficientes sobre como trabalhá-lo em sala de aula, apontando para a necessidade de diretrizes mais claras e específicas no PPP sobre a implementação e abordagem da educação financeira. Há resposta que indica que algumas questões são abordadas no PPP (5,9%); há participante que não se recorda do conteúdo do documento ou que não sabe mensurar (5,9% e 5,9%). Outro (5,9%) indicou que o PPP menciona o tema da economia, mas não oferece orientações suficientes sobre como trabalhá-lo em sala de aula, sugerindo a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e efetiva.

Esses dados reforçam a lacuna entre a importância atribuída à educação financeira e sua efetiva presença e orientação no documento pedagógico da escola. Sem um alinhamento claro entre o PPP e a transversalidade da educação financeira, torna-se desafiador garantir sua implementação consistente e articulada no currículo escolar. É importante destacar que é função do PPP orientar no desenvolvimento de ações pedagógicas, valores e princípios que norteiam o trabalho educativo, fornecendo direcionamento sobre os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem (Minas Gerais, 2018). O documento deve oferecer ao docente o entendimento dos objetivos e metas da escola, para direcionar sua prática pedagógica.

Em verificação ao PPP da unidade escolar observou-se que não há informações sobre o tema contemporâneo transversal relacionado à economia, especificamente nas categorias de educação financeira e fiscal. Além disso, também não foram encontradas orientações pedagógicas que norteiam o trabalho do docente sobre esse assunto em sala de aula. Isso revelou a necessidade de melhoria significativa no documento oficial da escola em relação à abordagem da educação financeira e fiscal.

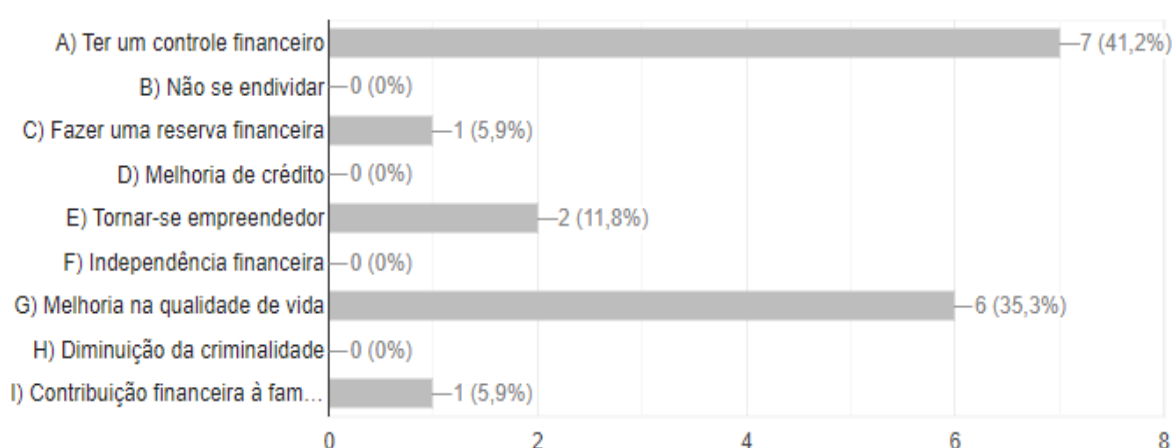
Vale Salientar que “a escola, amparada no Projeto Político Pedagógico, deve pensar e planejar estruturas e espaços para atender às especificidades e particularidades” (Minas, 2018, p. 99). Portanto, apesar de não contemplar a educação financeira, o PPP aponta para uma escola comprometida em preparar os estudantes para o mercado de trabalho, por meio de parcerias

com empresas conveniadas ao programa jovem aprendiz. Essa iniciativa demonstra um esforço da escola em proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os estudantes. No entanto, não há registros sobre orientação pedagógica específica em relação à abordagem transversal relativa ao tema.

O Currículo mineiro destaca que o PPP de cada escola deve indicar caminhos para que aulas sejam pensadas, planejadas e executadas, garantindo a correlação do currículo com o trabalho pedagógico da escola e seu corpo docente (Minas Gerais, 2018). A ausência de orientações pedagógicas no PPP em relação ao tema do trabalho pode dificultar a abordagem desse assunto em sala de aula. Os professores podem se sentir despreparados ou sem diretrizes claras para trabalhar a relação entre o trabalho e a educação financeira com seus estudantes.

Hartmann e Maltempi (2021) destacam a importância de compreender a visão dos educadores sobre os objetivos da educação financeira na escola, pois esses conhecimentos podem direcionar a prática docente no desenvolvimento de projetos interdisciplinares ou multidisciplinares relacionados ao tema contemporâneo transversal da economia. Assim, na vigésima segunda pergunta foram apresentadas nove alternativas aos participantes, com o objetivo de verificar a percepção dos educadores sobre os possíveis resultados do ensino da educação financeira, quando pensada e trabalhada em paralelo ao currículo, conforme dados apresentados pelo Gráfico 10:

Gráfico 10 - Estudar educação financeira, poderia levar o jovem a:



Fonte: Google formulários (2023)

A maioria dos entrevistados (41,2%) indicou que a educação financeira está conectada ao controle financeiro. Esse resultado ressalta a percepção dos professores de que a educação

financeira está fortemente ligada à capacidade de gerenciar e controlar as finanças pessoais, mostrando que a maioria dos professores está ciente de um dos pilares principais dessa temática. Sobre isso, Da Silva e Gandara (2021) destacam que o controle financeiro possibilita os indivíduos a tomarem melhores decisões em relação ao consumo, empréstimos, cenários econômicos e despesas. Além disso, proporciona o desenvolvimento do senso crítico diante da cultura consumista impulsionada pelo capitalismo.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a pesquisa revelou que a maioria dos docentes (47,1%) não trabalha com o tema contemporâneo transversal da educação financeira em sala de aula. Isso indica que, apesar de compreenderem a importância do controle financeiro, muitos professores ainda não estão abordando ativamente esse assunto em suas práticas de ensino, seja pela falta de “Consciência Econômica”, pela falta de material didático adequado, por formação coerente com a sua realidade ou valorização profissional, conforme discutido anteriormente.

Esses resultados ressaltam a necessidade de incentivar e apoiar os professores na incorporação da educação financeira em sua prática pedagógica. É fundamental fornecer formação e recursos adequados para que os docentes se sintam preparados para abordar o tema de forma eficaz em sala de aula. Nessa toada, a ‘Consciência Econômica’ ganha relevância no ambiente escolar, pois é uma abordagem que busca preencher lacunas e promover a disseminação de ações pedagógicas relacionadas à educação financeira como um tema transversal.

Em continuidade à análise dos dados, 35,3% dos entrevistados associaram a educação financeira à melhoria na qualidade de vida. Esse resultado demonstra a compreensão de que o aprendizado sobre finanças pessoais pode trazer benefícios para o bem-estar geral das pessoas. Entretanto, mesmo que a ‘Consciência Econômica’ e educação financeira contribuam para uma possível qualidade de vida dos estudantes, tende não ser concebível indicar esta alternativa como objeto específico do tema contemporâneo transversal, por compreender que a qualidade de vida aborda outros fatores, que estão além das questões financeiras.

Para outros, estudar educação financeira pode levar o jovem a fazer uma reserva financeira (5,9%), tornar-se um empreendedor (11,8%) e a contribuir com a renda familiar (5,9%). Não houve respostas que relacionam a educação financeira à não endividamento, melhoria de crédito, independência financeira ou diminuição da criminalidade.

É possível observar que há uma compreensão predominante de que a educação financeira está relacionada ao controle financeiro e à melhoria da qualidade de vida. No entanto,

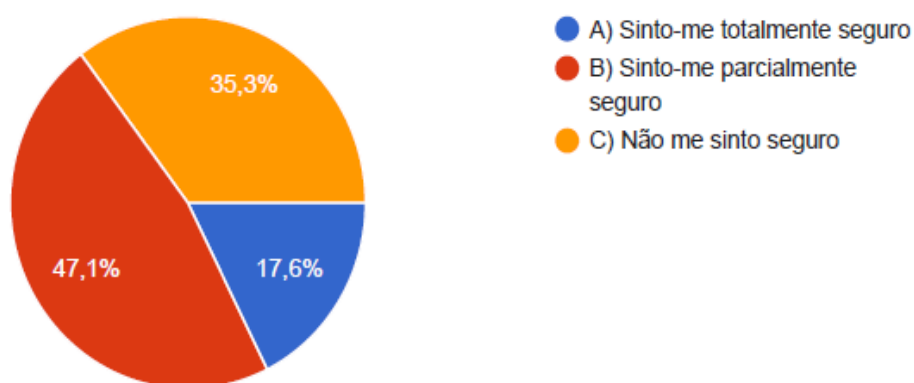
outras conexões importantes, como a construção de reservas financeiras, o empreendedorismo e a contribuição com a renda familiar também foram mencionados, ainda que em menor proporção.

Para Hartmann e Maltempi a educação financeira possibilita às pessoas “o preparo para a vida, para a atuação na sociedade e na constituição de sujeitos reflexivos e críticos” (2021, p. 17). Assim, considerando esses preceitos, a prevenção do endividamento e a promoção da independência financeira são objetivos fundamentais da educação financeira.

A falta de indicação da educação financeira como propulsora do não endividamento e da independência financeira apontam que parte dos professores teve dificuldade em assimilar os objetivos específicos da educação financeira. Tal fato, em tese, leva a identificar uma limitação no conhecimento e na ‘Consciência Econômica’, haja vista que a ausência dessas associações nos dados sugere uma limitação na compreensão dos propósitos e benefícios da educação financeira.

A vigésima terceira pergunta do instrumento de pesquisa teve como objetivo investigar a segurança dos educadores em abordar o tema da educação financeira em suas aulas. Essa pergunta busca compreender se os professores se sentem confiantes e preparados para ensinar sobre questões financeiras aos estudantes, como mencionado no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Segurança dos Professores para trabalhar a educação financeira na sala de aula.



Fonte: Google formulário (2023)

Entre os docentes que participaram da pesquisa, apenas 17,6% estão seguros em abordar a educação financeira como tema transversal na sala de aula. Esse é um percentual relativamente baixo, indicando que a maioria dos professores não está totalmente preparado

para trabalhar com essa temática. Observa-se que 47,1% dos professores se sentem parcialmente seguros em abordar a educação financeira, sugerindo que, embora não se sintam totalmente confiantes, uma parcela significativa dos docentes busca abordá-lo, mesmo que de forma limitada.

O percentual de professores não seguros foi consideravelmente alto (35,3%). Esse percentual revela que uma parcela expressiva dos docentes ainda não se sente preparada para lidar com essa temática, evidenciando que a maioria dos professores pesquisados (82,4%) não está completamente segura em abordar a educação financeira de maneira efetiva em suas práticas pedagógicas. Isso pode ser um reflexo de questões, como: lacunas na formação inicial e continuada dos docentes em relação à educação financeira; falta de orientações, materiais didáticos e recursos de apoio adequados para o trabalho com esse tema; insegurança em lidar com conceitos financeiros e transmiti-los aos estudantes, devido à ‘Consciência Econômica’ pouco desenvolvida, entre outros.

Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas destacam que os sistemas de ensino tratam os docentes como “consumidores de conhecimentos ou executores de tarefas e não autores dentro do processo educativo, nem gestores da sua própria aprendizagem”, sendo preciso reverter essa ideia e criar políticas públicas de formação continuada que possibilitem “mais autonomia na construção de conhecimentos relacionados com a educação em geral e com assuntos específicos de desenvolvimento profissional docente” (2010, p. 375). Assim, levantar a percepção dos professores em relação à inserção da educação financeira como tema transversal no currículo escolar torna-se fundamental, visto que eles desempenham um papel essencial na efetivação dessa iniciativa.

Um ponto positivo a ser destacado é que a grande maioria (82,4%) reconhece a importância dessa temática, seja reconhecendo-a como importante ou muito importante para a formação dos estudantes. No entanto, quando se trata da implementação prática da proposta, os docentes demonstram alguns desafios e inseguranças.

A discrepância entre a percepção da relevância da educação financeira e a capacidade de efetivamente inseri-la no cotidiano escolar é complexa e “requer dos professores uma preparação que implica ter uma base de conhecimentos para aprender continuamente e, por sua vez, mediar aprendizagens por parte dos alunos” (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 370). Dessa forma, para que haja a implementação da educação financeira na sala de aula, sugere-se que haja investimentos na formação e no apoio aos professores.

É fundamental oferecer-lhes oportunidades de formação, acesso a materiais didáticos adequados e orientações claras sobre como integrar essa temática de forma transversal em suas práticas pedagógicas, com vistas a fortalecer a ‘Consciência Econômica’ dos docentes e sua compreensão sobre os impactos positivos que a educação financeira pode trazer para a vida dos estudantes.

Nesse sentido, a formação continuada de professores é vista como “uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas.” (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 374). A formação continuada possibilitará melhor o fortalecimento da ‘Consciência Econômica dos docentes para que possam incorporar a educação financeira de maneira transversal e significativa, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e financeiramente independentes.

4.2.3 Compreendendo a ‘Consciência Econômica’ dos docentes na implementação da educação financeira como tema transversal

Na sequência, a segunda categoria da pesquisa buscou entender se os docentes possuem ‘Consciência Econômica’, se ela influencia a efetiva integração da educação financeira no currículo escolar de forma transversal e identificar os pontos que representam desafios no desenvolvimento dessa abordagem.

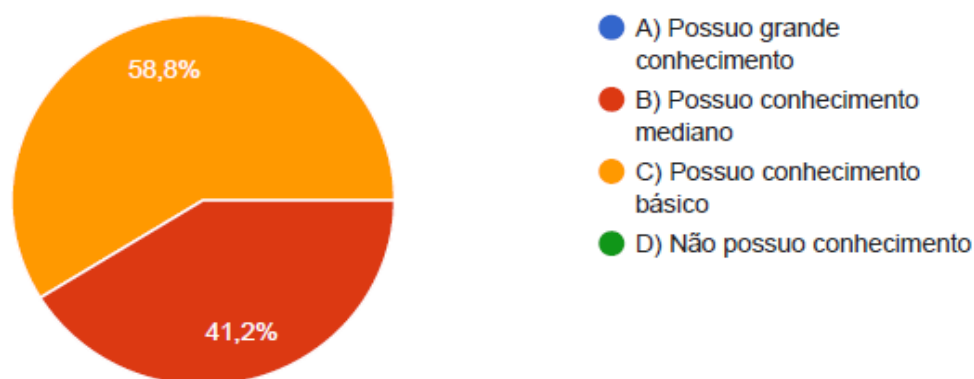
Ao investigar a ‘Consciência Econômica’, é possível compreender quais são os principais conceitos econômicos que os docentes compartilham com os estudantes. Isso pode incluir noções básicas de economia, como oferta e demanda, inflação, taxas de juros, orçamento pessoal, empreendedorismo, entre outros tópicos relevantes para a compreensão do funcionamento da economia e das finanças.

Para Campos (2015) o conhecimento básico sobre as noções econômicas implica compreender como as decisões econômicas individuais e coletivas podem afetar a sociedade como um todo, isso inclui a tomada de decisões informadas sobre gastos, poupança, investimento e consumo responsável. É importante ressaltar que a ‘Consciência Econômica’ transcende conhecimentos em economia, a ‘Consciência Econômica’ refere-se ao modo de entender o mundo, de compreender e aplicar conceitos de forma crítica e reflexiva, sendo que as noções básicas de economia podem contribuir no processo da tomada de consciência.

Vale destacar que os docentes podem enfrentar desafios ao se posicionarem economicamente conscientes e ao trabalharem a educação financeira em sala de aula. Esses desafios podem incluir a falta de materiais didáticos adequados, a falta de formação específica na área econômica, a necessidade de adaptação do conteúdo à realidade dos estudantes, o posicionamento crítico frente a questões que envolvam o sistema capitalista, entre outros aspectos que podem dificultar a efetividade do ensino.

Considerando a importância da compreensão sobre economia para a formação da ‘Consciência Econômica’, a décima terceira pergunta abordou o nível de conhecimento dos docentes sobre economia nacional e internacional, como demonstra o Gráfico 12:

Gráfico 12 - Segurança dos professores para trabalhar a educação financeira na sala de aula



Fonte: Google formulários (2023)

Esses dados indicam que a maioria dos professores (58,8%) possui apenas um conhecimento básico sobre economia nacional e internacional. Menos da metade (41,2%) demonstra ter um conhecimento mediano nessas áreas. No entanto, não é possível afirmar que esse conhecimento seja suficiente para a construção da ‘Consciência Econômica’ que é defendida nesta pesquisa.

Desperta a atenção o fato de nenhum docente ter grande conhecimento sobre economia nacional e internacional, o que confirma a lacuna na formação e capacitação dos professores no que diz respeito a esses temas. Esses resultados evidenciam a necessidade de investir na qualificação dos educadores, de modo que eles possam desenvolver uma ‘Consciência Econômica’ mais robusta e estejam melhor preparados para abordar a educação financeira de forma transversal em suas práticas pedagógicas.

Conforme mencionado anteriormente (vigésima segunda pergunta), a pesquisa revelou que os professores nem sempre associam diretamente a educação financeira a objetivos-chave, como a prevenção do endividamento e a promoção da independência financeira. Esse fato, aliado ao conhecimento limitado em economia, pode dificultar a integração efetiva da educação financeira de forma transversal no currículo escolar.

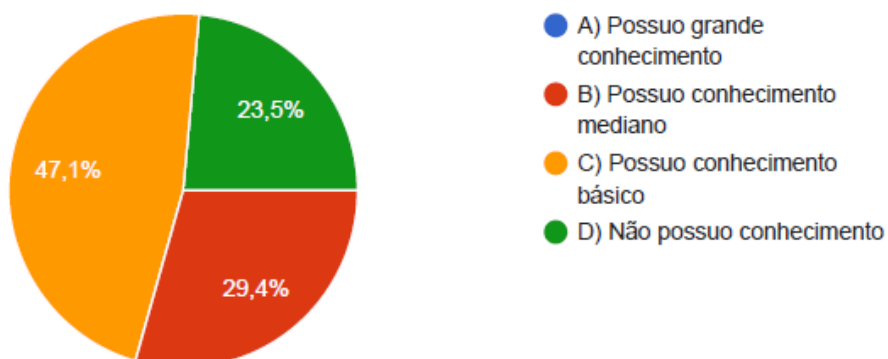
Contudo, vale destacar que, embora o domínio de conceitos econômicos básicos seja importante, a ‘Consciência Econômica’ vai além do conhecimento básico desses conceitos. Ela envolve uma compreensão mais profunda das interações econômicas, dos impactos sociais e ambientais das atividades econômicas, bem como da importância da tomada de decisões informadas e responsáveis em um contexto econômico, sendo fundamental para que os educadores possam efetivamente implementar a educação financeira de maneira transversal e com uma abordagem transformadora.

Para De Vasconcellos (2019) a educação financeira desempenha um papel indispensável para todos, inclusive aos empreendedores, fornecendo as habilidades e conhecimentos necessários para tomar decisões financeiras, gerenciar riscos, obter financiamento, analisar a viabilidade e impulsionar o crescimento patrimonial. Ao promover a educação financeira, os estudantes poderão se preparar para enfrentar os desafios financeiros e maximizar as oportunidades de sucesso em seus empreendimentos.

Ressalta-se que “para se alcançar as mudanças e melhorias previstas é necessário oferecer uma educação integral aos estudantes de forma integrada, interdisciplinar, com novas metodologias e didáticas” (Minas, 2018, p. 433). Esse enfoque integral, interdisciplinar e com metodologias ativas é essencial para que a educação financeira se torne realmente transformadora na vida dos estudantes. Apenas transmitir conceitos econômicos e financeiros de forma isolada não é suficiente. É preciso proporcionar uma experiência educativa que desenvolva habilidades, valores e uma visão holística da relação entre as finanças, a sociedade e o meio ambiente.

Nesse contexto, a décima quarta pergunta levanta o conhecimento dos professores sobre finanças corporativas, com o objetivo de verificar entre os participantes da pesquisa alguma experiência, além da docência, que se relacionasse com a educação financeira ou com o empreendedorismo. Essa pergunta permite uma análise mais aprofundada do perfil dos entrevistados, revelando possíveis relações entre suas experiências profissionais e suas percepções sobre a importância da educação financeira na formação dos estudantes, conforme apresentado no Gráfico 13:

Gráfico 13 - Segurança dos Professores para trabalhar a educação financeira na sala de aula



Fonte: Google Formulário de Pesquisa (2023)

Os dados mostram que a maior parte dos respondentes (47,1%) possui apenas conhecimento básico sobre finanças corporativas. Isso indica que, embora haja algum nível de familiaridade com o tema, grande parte dos professores pesquisados não possui um entendimento aprofundado das questões financeiras empresariais. É positivo observar que 29,4% dos respondentes apresentam conhecimento mediano sobre finanças corporativas, indicando que uma parcela considerável da amostra tem uma compreensão mais abrangente desse tópico, indo além do nível básico.

Teoricamente, 76,5% dos participantes tiveram alguma experiência com o empreendedorismo ou buscaram adquirir conhecimento específico por conta própria. Comparando esse resultado com as informações da décima pergunta, observa-se que essa experiência declarada pelos participantes não aconteceu por meio da graduação, em que 64,7% dos professores afirmaram não ter recebido nenhuma formação sobre o tema durante a graduação.

Esses números sugerem que a maioria dos educadores possui algum nível de familiaridade ou interesse pelo empreendedorismo e finanças corporativas, não adquiridas durante a formação da graduação. Mesmo que o conhecimento possa variar entre mediano e básico, isso indica uma disposição por parte dos professores em se envolver com esses.

Para De Melo *et al.* é imprescindível que as pessoas invistam em sua formação, pois isso possibilitará que ele tenha “autonomia para refletir, colocar-se e tomar decisões conscientes e fundamentadas na esfera social, cultural, política e econômica” (2021, p. 12). O investimento

na formação viabilizará o desenvolvimento de pensamento crítico que permite melhores análises e reflexões sobre os diversos aspectos da realidade, lhes conferindo a capacidade de compreender os fenômenos de forma mais abrangente e fundamentada.

É preocupante que 23,5% dos respondentes não possuam conhecimento sobre finanças corporativas. Essa lacuna de conhecimento pode representar uma dificuldade em entender as dinâmicas e implicações das decisões financeiras empresariais, sendo que uma compreensão mais robusta das finanças corporativas é um componente importante para uma visão econômica abrangente e informada, que contribui para o desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ do professor, a ser replicada com os discentes.

Os diferentes níveis de conhecimento apresentados (básico, mediano e ausência de conhecimento) indicam que os professores têm experiências individuais variadas em relação à educação financeira. Essa heterogeneidade de conhecimentos reflete a forma como cada educador vem buscando se apropriar do tema em sua prática docente.

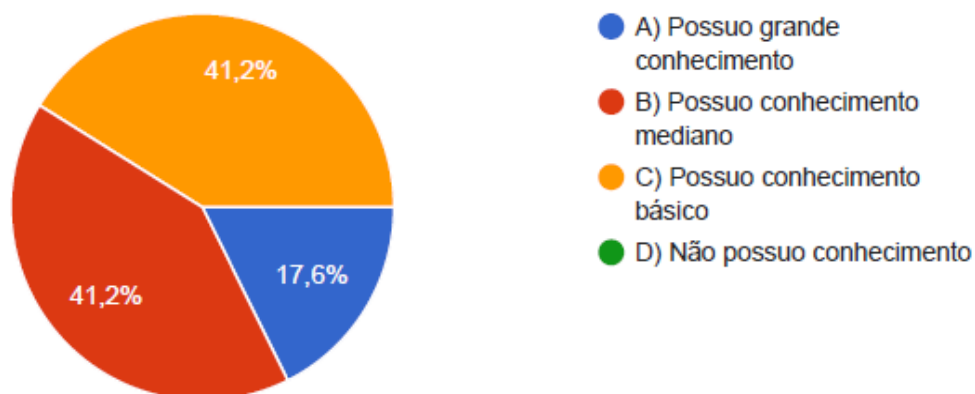
A diversidade de perfis e abordagens dos professores é um aspecto importante a ser considerado na pesquisa, pois pode revelar percepções significativas, tais como diferentes níveis de preparo e confiança, em que alguns docentes podem se sentir mais preparados e confiantes para abordar a educação financeira em sala de aula, enquanto outros podem apresentar lacunas ou insegurança. Diante da ausência de diretrizes pedagógicas claras sobre a educação financeira, não contempladas no PPP da instituição escolar, os professores parecem estar buscando maneiras próprias para preencher essas lacunas em sua formação.

Para Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas os docentes demonstram interesse de crescimento pessoal e buscam seus interesses “por acreditarem que estas ajudam a fundamentar, analisar e aprimorar a prática pedagógica, além de acrescentar conhecimentos e propiciar o repensar da prática pedagógica, da convivência e da postura diante do outro e da vida” (2010, p. 379). Eles podem estar recorrendo a iniciativas como pesquisas pessoais ou trocas de conhecimento com outras pessoas. Essa heterogeneidade de estratégias pode indicar que, mesmo na ausência de uma orientação pedagógica consolidada, alguns professores buscam desenvolver suas competências e práticas relacionadas à educação financeira.

De forma complementar, a décima quinta pergunta questionou o conhecimento dos professores sobre finanças pessoais, com o objetivo de compreender se a ‘Consciência Econômica’ alcança a vida financeira dos professores. Ao refletir sobre a vida pessoal, os docentes podem avaliar seu próprio conhecimento e identificar suas próprias lacunas e

necessidades de aprendizado, além de reconhecer a importância de desenvolver habilidades financeiras para a própria vida. Assim o Gráfico 14 apresenta:

Gráfico 14 - Sobre seu nível de conhecimento sobre finanças pessoais



Fonte: Google formulários (2023)

É positivo observar que a maioria dos respondentes (41,2% com conhecimento mediano e 41,2% com conhecimento básico) apresenta algum conhecimento sobre finanças pessoais. Isso sugere que, de forma geral, os professores possuem uma base de conhecimento sobre temas como: gerenciamento de orçamento, poupança, investimentos e endividamento pessoal.

O fato de 17,6% dos respondentes afirmarem ter grande conhecimento em finanças pessoais é um dado interessante, haja vista a maioria ter informado não ter recebido orientação durante a graduação. Esse grupo provavelmente possui uma compreensão mais profunda e especializada dos conceitos e práticas relacionadas às finanças individuais, adquiridas por iniciativa própria.

É positivo observar que nenhum dos respondentes declarou não possuir conhecimento sobre finanças pessoais. De modo geral, os professores têm alguma familiaridade com o assunto. Comparando esses resultados com os dados da pergunta anterior, sobre finanças corporativas, nota-se uma distribuição de conhecimento mais favorável para as finanças pessoais.

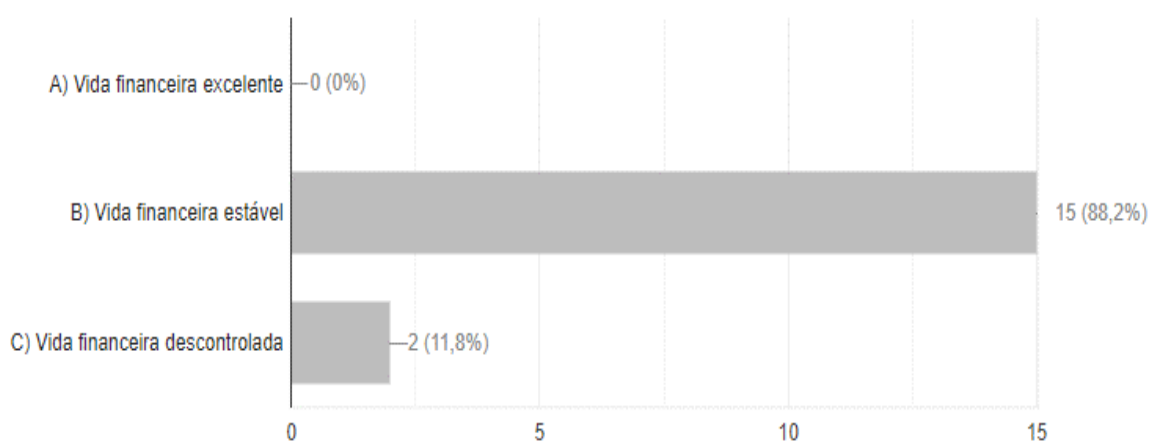
Essa diferença pode indicar que os professores têm maior interesse e engajamento em assuntos relacionados à sua própria situação financeira individual do que em temas mais corporativos. Para De Melo *et al.* (2021) o conhecimento sobre finanças pessoais é essencial

para controlar suas finanças, potencializar o consumo consciente, realizar planejamento financeiro, a fim de reduzir o estresse financeiro, evitando cair em armadilhas financeiras. A observação do autor se alinha com os resultados apresentados na décima quinta pergunta, com destaque para o conhecimento sobre as finanças pessoais.

O conhecimento tende a ser um catalisador para o crescimento e o desenvolvimento pessoal, expandindo as perspectivas, desenvolvendo as habilidades e ampliando as oportunidades. Sobre isso, De Oliveira Cruz reforça que “a informação é um fator intrínseco a qualquer atividade, ela deve ser conhecida, processada, compreendida e utilizada pela consolidação de serviços, produtos e sistemas de informações” (2008, p. 1024). O conhecimento em finanças pessoais é fundamental para que os professores possam tomar decisões financeiras informadas e responsáveis em suas vidas pessoais. Além disso, ter um bom entendimento desse assunto permite auxiliar os estudantes a desenvolver habilidades financeiras desde cedo.

Na sequência, a décima sexta pergunta aborda sobre a vida financeira atual dos docentes. A pergunta teve como objetivo confrontar a teoria informada na pergunta anterior com a prática vivenciada no cotidiano do professor. Ao coletar essas informações, é possível ter uma compreensão mais abrangente da realidade financeira dos participantes da pesquisa, isso pode ajudar a identificar possíveis desafios financeiros que eles enfrentam, bem como avaliar a sua ‘Consciência Econômica’, conforme descreve o Gráfico 15:

Gráfico 15 - Situação financeira dos entrevistados



Fonte: Google Formulários (2023)

Conforme os dados apresentados, nenhum dos respondentes declarou ter uma vida financeira excelente. Essa ausência de respostas na categoria "excelente" pode indicar que, mesmo que possua um nível de conhecimento grande, mediano ou básico em finanças pessoais, os professores ainda enfrentam desafios em manter uma exímia situação financeira. A grande maioria dos professores (88,2%) afirma ter uma situação financeira estável, sendo um resultado positivo, pois sugere que, mesmo com eventuais dificuldades, a maior parte dos respondentes consegue manter suas finanças pessoais estáveis.

Sobre isso, Campos (2015) defende que a estabilidade financeira possivelmente esteja relacionada a uma mentalidade e comportamento saudáveis em relação ao dinheiro, isso envolve evitar gastos impulsivos, ser disciplinado em relação ao planejamento financeiro, cultivar hábitos de consumo consciente e desviar comparações excessivas com os outros.

Ao comparar esses resultados com os da décima quinta pergunta, sobre o nível de conhecimento em finanças pessoais, é possível identificar que, embora a maioria dos professores tenha declarado possuir conhecimento mediano ou básico, a situação financeira predominantemente estável sugere que esses profissionais estão aplicando em suas finanças pessoais os conhecimentos que possuem, evitando problemas financeiros mais graves.

O equilíbrio entre conhecimento e aplicação prática é fundamental para que os professores possam não apenas gerenciar suas próprias vidas financeiras, mas também transmitir essa expertise de maneira eficaz aos seus discentes. Vale destacar que o conhecimento do estudante se formará “a partir das intervenções docentes e para isso reforçamos a importância e a necessidade que haja formação de professores para o trabalho com a temática” (De Melo *et al.*, 2021, p. 2). O empenho do professor em transmitir seus conhecimentos pessoais aos estudantes não isenta o sistema de ensino de oferecer oportunidades de formação aos docentes.

Alcançar a estabilidade financeira é um processo contínuo que requer tempo, esforço e comprometimento. Para Silva, “as expectativas são extremamente pessoais, variando de pessoa para pessoa, de acordo com seus sonhos, desejos e vontades” (2014, cap. 8). Portanto, cada pessoa terá sua jornada financeira individual, sendo importante persistir em princípios sólidos de gerenciamento financeiro, adquirir conhecimento adequado e buscar orientação apropriada.

A estabilidade financeira não é um objetivo que pode ser alcançado repentinamente, ela é o resultado de hábitos e comportamentos financeiros saudáveis ao longo do tempo. Isso envolve aspectos como controle de gastos, poupança, investimento, gerenciamento de dívidas

e planejamento financeiro de longo prazo. Esse comportamento está conectado com as diretrizes da 'Consciência Econômica' abordada nesta pesquisa.

É interessante notar que 11,8% dos professores indicaram que suas vidas financeiras estão descontroladas. Esse dado é relevante e pode indicar que, mesmo com o nível de conhecimento em finanças pessoais observado anteriormente, alguns profissionais ainda enfrentam problemas de gerenciamento financeiro. Vale ressaltar que não se pode afirmar que uma situação financeira descontrolada é indicativa de falta de 'Consciência Econômica' por parte dos professores.

Diversos indicadores podem levar as pessoas ao endividamento, tais como condições socioeconômicas desfavoráveis, problemas de saúde, questões familiares e outros fatores pessoais. Além disso, situações inesperadas, como a perda de emprego, doenças, acidentes e outros imprevistos, também podem contribuir para o endividamento. Portanto, eventos alheios à vontade dos sujeitos devem ser considerados ao analisar a situação financeira e as individualidades devem ser respeitadas.

Embora os motivos que levam ao consumismo exacerbado não tenham sido investigados na pesquisa em questão, é relevante mencionar o pensamento de Bauman (2008) sobre a sociedade de consumidores. De acordo com Bauman, parte da população vê o consumo como um investimento de valor no campo social. Isso significa que algumas pessoas encaram o ato de consumir como uma forma de se encaixar em determinados grupos sociais, de demonstrar posição social ou de buscar reconhecimento e aceitação pelos outros.

Por outro lado, Bauman também aponta que, para algumas pessoas, a atividade de consumir pode ser uma forma de melhorar a autoestima. Nesse sentido, o ato de comprar e adquirir bens materiais pode ser usado como uma maneira de preencher um vazio emocional ou de buscar uma satisfação momentânea, mesmo que não seja sustentável em longo prazo. A finalidade direta de comprar um produto ou serviço deveria ser vista, pela sociedade, como uma forma de resolver uma possível situação, de modo que não comprometa a saúde financeira, pois eventos inesperados podem acontecer e exigir um gasto financeiro fora do orçamento.

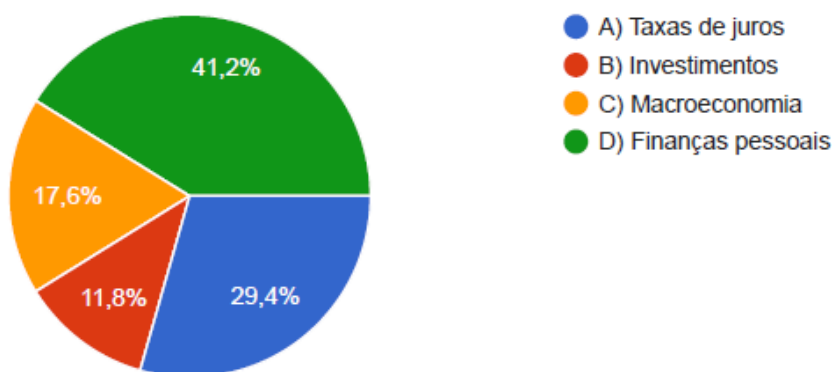
Sobre isso, Campos (2015) esclarece que a vida está repleta de imprevistos, como despesas médicas inesperadas, reparos emergenciais em casa, perda de emprego ou acidentes. Dessa maneira, criar uma reserva financeira pode fornecer a segurança necessária para enfrentar essas situações, sem recorrer a empréstimos ou entrar em endividamento. Assim, como na economia brasileira, a vida tende a passar por ciclos, portanto, é necessário interpretar o padrão

de vida e adaptá-lo de forma que promova a sustentabilidade financeira, capaz de caminhar com tranquilidade em tempos difíceis.

A estabilidade financeira dos professores tende a influenciar positivamente a sua prática por diversos fatores: pode oferecer ao docente maior segurança e tranquilidade para abordar o tema da educação financeira com os estudantes; ter maior disponibilidade de tempo e energia para que se dedique à preparação de aulas e atividades sobre educação financeira; ter melhor condição financeira para investir em materiais didáticos sobre o tema, entre outros. Enquanto que as preocupações financeiras podem distrair os professores, deixá-los desmotivados para ensinar sobre finanças ou levá-los a transmitir suas próprias dificuldades financeiras para os estudantes, o que pode gerar ansiedade e receio no trato com o dinheiro.

Salienta-se ainda que a construção da 'Consciência Econômica' potencializa nos docentes, familiaridade com alguns temas ligados à economia e às diretrizes da educação financeira. Nesse pensamento, a décima sétima pergunta inquiriu sobre quais temas relacionados com a economia os professores possuíam maior familiaridade, tais como: taxas de juros, investimentos, macroeconomia e finanças pessoais. O resultado está apresentado no Gráfico 16:

Gráfico 16 - Quais temas abaixo você possui maior familiaridade?



Fonte: Google formulários (2023)

A área de maior familiaridade entre os professores é "finanças pessoais", com 41,2% das respostas. Esse resultado é coerente com os dados da décima quinta pergunta, que mostrou que a maioria dos professores possui um nível de conhecimento mediano ou básico em finanças pessoais. A familiaridade com este tema pode explicar, em parte, a predominância de situação financeira estável, observada na décima sexta pergunta, uma vez que os professores parecem

ter um bom entendimento dos aspectos mais básicos do gerenciamento de suas próprias finanças.

Campos (2015) explica que a experiência de vida pode ensinar lições valiosas sobre dinheiro e finanças, principalmente como lidar com dificuldades financeiras, fazer investimentos ou enfrentar dívidas. Essa vivência pode favorecer na construção de uma base de conhecimento prático sobre como administrar o dinheiro de forma sustentável. Por outro lado, experiências negativas nas finanças pessoais vivenciadas no âmbito familiar tendem a influenciar de forma adversa no controle financeiro.

Para 29,4% dos educadores, a taxa de juros é o assunto com maior familiaridade, essa indicação proporciona inferir que estes professores conseguem analisar as flutuações provocadas pelo aumento ou redução da taxa básica de juros, bem como os seus efeitos, com potencial poder de afetar a vida da sociedade contemporânea, por meio dos empréstimos, investimentos, inflação e planejamento familiar. Singer (2011) destaca a importância de acompanhar as taxas de juros e entender seu impacto nas decisões financeiras pessoais. O movimento dos juros desempenha um papel relevante na economia.

Para 17,6% dos entrevistados a macroeconomia tende a ser o tema com maior relevância e entendimento. Na visão de Giambiagi *et al.* (2011) a macroeconomia analisa os fenômenos econômicos em uma escala mais ampla, abrangendo questões como o desempenho da economia nacional, o crescimento econômico, o emprego, a inflação, as políticas monetárias e fiscais. Embora a macroeconomia possa ser um campo composto por diversos indicadores, uma compreensão básica de seus conceitos fundamentais pode ter benefícios tangíveis para as pessoas, ajudando na tomada de decisões, na elaboração de um planejamento financeiro.

Na alternativa sobre investimentos, apenas 11,8% dos professores sinalizaram ter maior familiaridade com essa temática. As pessoas que buscam o conhecimento sobre investimentos financeiros desenvolvem uma cultura de investidor, potencializando ideias e hábitos que promovam a compreensão, o aprendizado e a prática de investimentos. Assim, a educação financeira tende a ter uma função relevante, pois promove no sujeito uma postura de poupar e, conseqüentemente, realizar seus investimentos.

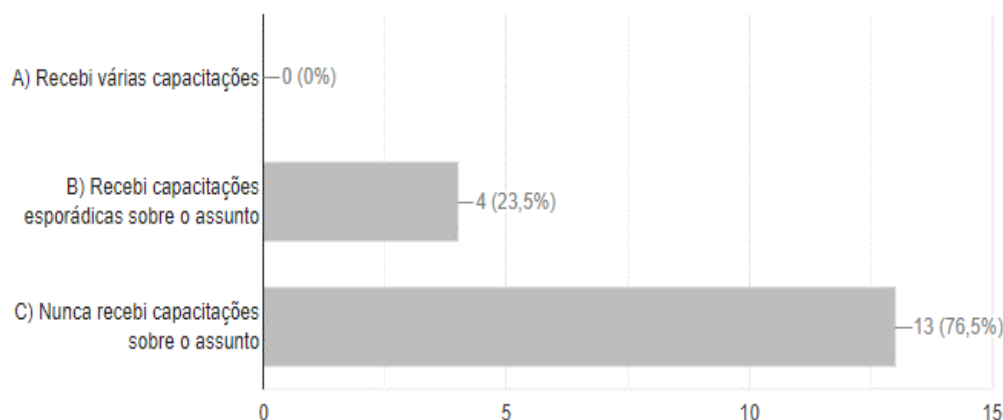
Campos (2015) explica que, “rendimento são ganhos mensais, poupança é dinheiro não gasto todos os meses, investimento é dinheiro investido originando rendimentos adicionais” (p. 33). Nessa visão, investimentos referem-se à alocação de recursos em ativos específicos, com o objetivo de obter retornos financeiros; essa estratégia está conectada ao perfil de investidor de longo prazo.

Observa-se que a ‘Consciência Econômica’ dos professores parece estar mais focada em aspectos das finanças pessoais, com um pequeno grau de entendimento sobre macroeconomia e taxa de juros. No entanto, existe uma lacuna em relação a investimentos, o que pode limitar uma visão financeira mais abrangente e de longo prazo. Esse perfil de ‘Consciência Econômica’, centrado predominantemente nas questões financeiras individuais, pode explicar, em parte, a relativa estabilidade financeira observada na maioria dos professores.

Porém, para uma ‘Consciência Econômica’ mais robusta, com posicionamento crítico diante do que é oferecido, seria importante ampliar o conhecimento e as estratégias relacionadas a investimentos e aos aspectos macroeconômicos. O desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ dos professores poderia fortalecê-los em seus próprios planejamentos financeiros e, posteriormente, refletir-se em uma educação financeira significativa para os discentes.

Na tentativa de compreender a construção do conhecimento já adquirido pelos professores, a décima oitava pergunta questiona sobre a oferta de treinamentos e formações recebidos para o fomento da educação financeira, dessa maneira o Gráfico 17 apresenta:

Gráfico 17 - Oferta de treinamentos e capacitações



Fonte: Google Formulário de Pesquisa (2023)

Os dados coletados revelam que a maioria dos docentes (76,5%) nunca recebeu formação sobre educação financeira. Isso indica uma lacuna significativa no fornecimento de programas de capacitação e treinamento nessa área para os professores. O cenário de falta de oferta de treinamentos regulares é preocupante, uma vez que os resultados das questões anteriores indicam uma ‘Consciência Econômica’ centrada principalmente nas finanças pessoais e com lacunas em temas importantes, como investimentos e macroeconomia.

Por outro lado, 23,5% dos docentes participaram de eventos esporádicos relacionados à temática da educação financeira. Embora esses eventos possam não fornecer uma formação abrangente, eles ainda representam uma oportunidade para os professores adquirirem algum conhecimento e orientação sobre questões financeiras.

Nenhum dos professores declarou ter recebido "várias capacitações" em educação financeira. Essa falta de oferta de capacitações mais abrangentes e sistemáticas pode impedir que os professores alcancem uma 'Consciência Econômica' mais sólida e diversificada. Mesmo com a predominância de situação financeira estável, observada na décima sexta pergunta, a ausência de capacitações regulares pode indicar que essa estabilidade não é necessariamente resultado de uma 'Consciência Econômica' aprofundada. É possível que a estabilidade financeira dos professores esteja mais relacionada a uma gestão básica de suas finanças pessoais do que a um conhecimento financeiro abrangente.

Vale ressaltar que, na verificação do PPP e do Regimento Escolar, não foram encontradas sugestões sobre atividades pedagógicas que pudessem contribuir na troca de conhecimentos e experiências sobre a educação financeira em sala de aula, como tema contemporâneo transversal. Não se observa uma política interna ou externa de apoio à formação docente para trabalhar com o tema transversal da educação financeira.

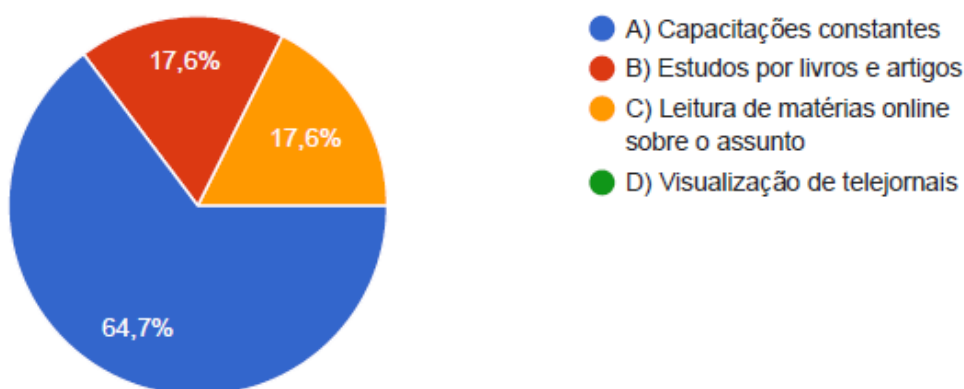
Os treinamentos e formações em educação financeira para professores desempenham um papel crucial no seu desenvolvimento pessoal e profissional, além de contribuírem para o crescimento de habilidades relacionadas ao uso consciente dos recursos financeiros. Para Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas, a escola "precisa proporcionar recursos e tempo para que os educadores possam compreender sua própria realidade institucional, analisá-la e, conseqüentemente, transformá-la" (2010, p. 374). Assim, deve oferecer um processo de formação que possibilite melhoria no fazer docente, possibilitando o compartilhamento de experiências pessoais e exemplos práticos.

É importante ressaltar que os professores muitas vezes são inspirações para os estudantes, e, portanto, é essencial que eles próprios pratiquem a educação financeira antes de ensiná-la. Ao adquirirem conhecimentos e habilidades financeiras, possivelmente os educadores estarão preparados para desempenhar um papel ativo na promoção da educação financeira dos discentes.

Para De Oliveira Cruz "o professor é o elemento essencial neste processo de mediação do aprendizado do aluno, sendo sua função ensinar ao aluno novas formas de leitura" (2008, p. 1027). Entretanto, as diretrizes educacionais sobre o ensino da educação financeira nas escolas,

em tese, ainda não estão consolidadas e estruturadas. Visando interpretar as melhores formas para adquirir conhecimento, a décima nona pergunta indicou quatro fontes de informações para que os entrevistados escolhessem qual a sua preferência na busca de conhecimento sobre economia e finanças, como demonstrado no Gráfico 18:

Gráfico 18 - Preferência dos entrevistados na busca do conhecimento sobre economia e finanças



Fonte: Google formulários (2023)

Analisando os resultados referentes às preferências dos professores na busca de conhecimento sobre economia e finanças, e relacionando-os com os dados das questões anteriores, é possível observar que a maioria dos professores (64,7%) demonstra preferência por "capacitações constantes" como forma de adquirir conhecimento sobre economia e finanças. Esse resultado alinha-se com a necessidade evidenciada nas análises anteriores, de uma oferta mais sistemática e abrangente de formações para os professores.

De Melo *et al.* (2021) destacam a importância dos programas de formação para professores, a fim de desenvolver plenamente as ações pedagógicas que promovam a reflexão sobre a relevância dos temas contemporâneos transversais na formação dos estudantes. Esses programas podem ajudar os educadores a adquirir as habilidades necessárias para abordar de forma eficaz e segura os temas transversais em suas aulas.

As formações realizadas por profissionais especializados podem ser uma opção a ser considerada para adquirir conhecimento em economia e finanças. Esses profissionais, geralmente possuem um profundo conhecimento teórico e prático sobre os tópicos em questão,

o que lhes permite fornecer informações atualizadas, relevantes e familiarizadas com melhores práticas educacionais, por meio de metodologias que facilitam o aprendizado dos participantes.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que a preferência por capacitações constantes indica que a maioria dos professores estão dispostos a se atualizar e aprofundar seus conhecimentos financeiros, desde que haja oportunidades regulares de desenvolvimento. Contudo pode-se inferir uma passividade em relação à busca individual pelo conhecimento, o que, em tese, distancia-os da 'Consciência Econômica'.

Uma parcela significativa dos professores (17,6%) prefere adquirir conhecimento por meio de "estudos por livros e artigos". Esse interesse em fontes escritas, como livros e artigos, sugere que os professores valorizam uma abordagem mais aprofundada e fundamentada para o aprendizado de temas econômicos e financeiros. Os livros e artigos científicos são ferramentas geralmente produzidas por pesquisadores, acadêmicos e profissionais com conhecimento especializado em suas áreas. Apresentam rigor no processo metodológico, por serem baseadas em pesquisas aprofundadas. Além disso, são revisados por especialistas, que ajudam a garantir sua qualidade. Portanto, essas fontes tendem a ser confiáveis e atualizadas, fornecendo informações baseadas em evidências e teorias comprovadas.

Os outros 17,6% preferem buscar o conhecimento sobre as diretrizes do universo econômico e financeiro pela leitura de matérias *online*. A busca por conhecimento pelas matérias *online* oferece acesso rápido a uma vasta quantidade de informações sobre economia e finanças. Uma variedade de mecanismos como: artigos, blogs, notícias e análises financeiras permite que o professor se mantenha atualizado. Ademais, matérias online geralmente são gratuitas ou têm um custo baixo em comparação com outros recursos de aprendizado, como livros ou cursos presenciais. Os conteúdos *online* podem complementar as capacitações e os estudos por livros e artigos, fornecendo um canal de acesso rápido a novas tendências e informações relevantes.

Nenhum professor indicou preferência por "telejornais" como meio de buscar conhecimento sobre economia e finanças. Essa ausência de interesse por fontes audiovisuais, como telejornais, pode sugerir que os professores consideram outras formas de aprendizado mais eficazes e relevantes para seus objetivos de desenvolvimento financeiro. Ou ainda, pode indicar uma vasta jornada de trabalho, com tempo insuficiente para acompanhar os telejornais nos horários definidos pela programação.

Compreender as melhores formas de adquirir conhecimento para os professores da rede estadual, pode proporcionar à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, diretrizes na

elaboração de um planejamento estratégico, de forma a permitir que o processo de aprendizagem dos docentes, absorva as informações de maneira eficaz e desenvolva habilidades no ensino da educação financeira.

Vale lembrar que o percentual de professores que se sentem seguros em abordar a educação financeira como tema transversal na sala de aula (vigésima terceira pergunta) é o mesmo quantitativo de professores (17,6%) que indicou que a melhor forma de se atentar sobre os aspectos econômicos e finanças são por meio de livros e artigos (décima nona pergunta).

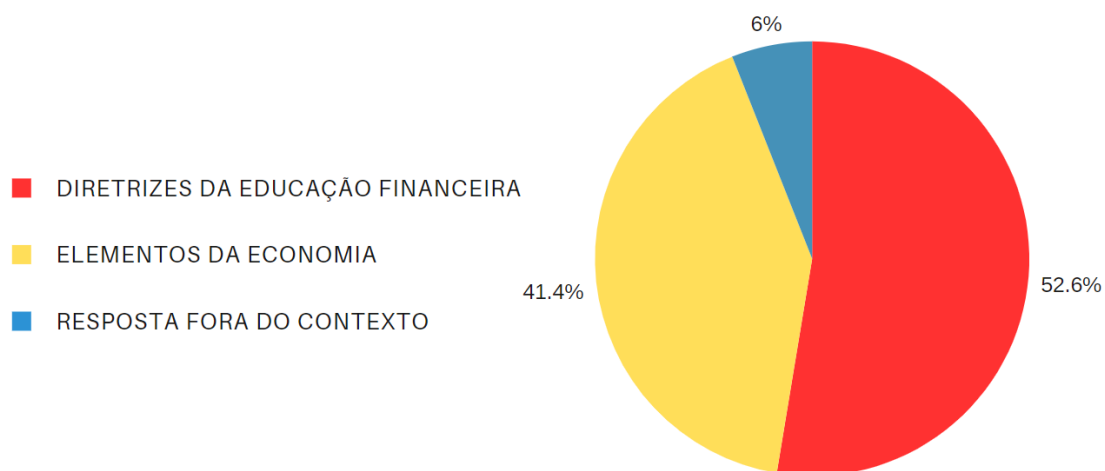
Mesmo não sendo possível afirmar que os profissionais que optaram pelas alternativas são os mesmos, a correlação entre os resultados sugere que esses profissionais estão mais propensos a investir em sua própria formação e a buscar conhecimentos atualizados e aprofundados sobre educação financeira.

Essa construção da formação é contínua e não fica restrita a uma instituição, à sala de aula, a um determinado curso, pois os docentes podem formar-se mediante seu próprio exercício profissional, partindo da análise de sua própria realidade e de confrontos com a universalidade de outras realidades que também têm fatos do cotidiano, situações políticas, experiências, concepções, teorias e outras situações formadoras” (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 370).

Por meio dos livros e artigos, os professores podem estar adquirindo conhecimento adicional além do que foi recebido em sua formação inicial, o que, em tese, lhes proporcionará maior segurança em compartilhar esse conhecimento com os estudantes. Contudo, ainda é um percentual baixo de docentes que declara a busca pelo autoconhecimento, por meio de fontes confiáveis de informação. O conhecimento e a formação da ‘Consciência Econômica’ são fundamentais para que a educação financeira se torne um tema efetivamente transversal no currículo escolar, impactando positivamente o desenvolvimento e a autonomia financeira dos estudantes.

Por conseguinte, a vigésima quarta pergunta, questiona o entendimento dos participantes sobre ‘Consciência Econômica’, a fim de extrair informações que possam contribuir para a compreensão desse conceito. A pergunta não ofereceu alternativas de resposta, a fim de possibilitar que os participantes se posicionassem conforme desejado. Entende-se que a compreensão dos professores sobre o conceito de ‘Consciência Econômica’ é importante porque a forma como eles a entendem serve como base para o desenvolvimento de suas próprias habilidades financeiras e profissionais. Dessa maneira, o Gráfico 19 apresenta:

Gráfico 19 - O que você entende por ‘Consciência Econômica’?



Fonte: Google formulário (2023)

Para otimizar a análise, as respostas dissertativas foram nucleadas em três grupos: Diretrizes da Educação Financeira; Elementos da Economia; Resposta Fora do Contexto. No grupo Diretrizes da Educação Financeira foram classificadas as respostas que relacionavam a ‘Consciência Econômica’ dos docentes a conhecimentos e habilidades voltados para a educação financeira individual e familiar. Exemplos de respostas nesse grupo incluem conhecimento de conceitos básicos de finanças pessoais e compreensão de conceitos como orçamento, poupança, investimentos e gerenciamento do dinheiro. As respostas refletem uma visão mais restrita da ‘Consciência Econômica’, focada principalmente em aspectos financeiros individuais e domésticos.

No grupo Elementos da Economia foram agrupadas as respostas que associavam a ‘Consciência Econômica’ a um entendimento mais amplo de conceitos econômicos, tanto em nível micro quanto macroeconômico. Exemplos de respostas nesse grupo incluem conhecimento de conceitos básicos de economia e finanças, sua aplicação na vida pessoal e profissional e compreensão de princípios econômicos básicos, como oferta, demanda, inflação, juros, etc. As respostas identificadas representam uma visão mais abrangente da ‘Consciência Econômica’, envolvendo não apenas aspectos financeiros pessoais, mas também a compreensão de fenômenos e princípios econômicos.

No grupo Resposta Fora de Contexto foram classificadas as respostas que não se enquadravam claramente nos dois grupos anteriores ou que apresentavam informações que se

distanciavam da ‘Consciência Econômica’. Essas respostas contribuíram diretamente para a compreensão da falta de entendimento dos professores sobre o conceito em questão.

A maioria das respostas (52,6%) se enquadrou no grupo Diretrizes da Educação Financeira, indicando que a compreensão predominante de ‘Consciência Econômica’ entre os participantes está voltada para conhecimentos e habilidades relacionados à educação financeira individual e familiar. Isso sugere que os professores tendem a entender a ‘Consciência Econômica’ de uma forma mais restrita, focada principalmente em conceitos financeiros pessoais, como orçamento, poupança, investimentos, etc.

O dado exposto alinha-se com os resultados analisados anteriormente, haja vista que 41,2% dos participantes afirmam ter maior familiaridade com o tema finanças pessoais (décima sétima pergunta), 88,2% apresentam vida financeira estável (décima sexta pergunta) e 82,4% possuem conhecimento básico ou mediano sobre finanças pessoais (décima quinta pergunta).

Retomando à vigésima quarta pergunta, uma parcela significativa das respostas (41,4%) foi classificada no grupo Elementos da Economia, demonstrando que uma parte considerável dos professores também compreende a ‘Consciência Econômica’ de uma forma mais ampla. Essa visão abrange não apenas aspectos financeiros individuais, mas também um entendimento dos princípios e conceitos econômicos gerais, como: oferta, demanda, inflação, juros, etc. A perspectiva mais abrangente da ‘Consciência Econômica’ é importante para a formação de pessoas preparadas para os desafios financeiros e econômicos da atualidade, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Apenas 6% das respostas foram classificadas no grupo Resposta Fora do Contexto, o que indica que a maioria dos professores apresentou uma compreensão relevante do conceito de ‘Consciência Econômica’. Essa análise sugere que os professores possuem uma visão mista do conceito de ‘Consciência Econômica’, com uma predominância de uma compreensão voltada para a educação financeira individual. Contudo, há uma parcela significativa entendendo o conceito de forma mais ampla, que envolve a compreensão de elementos da economia de maneira geral.

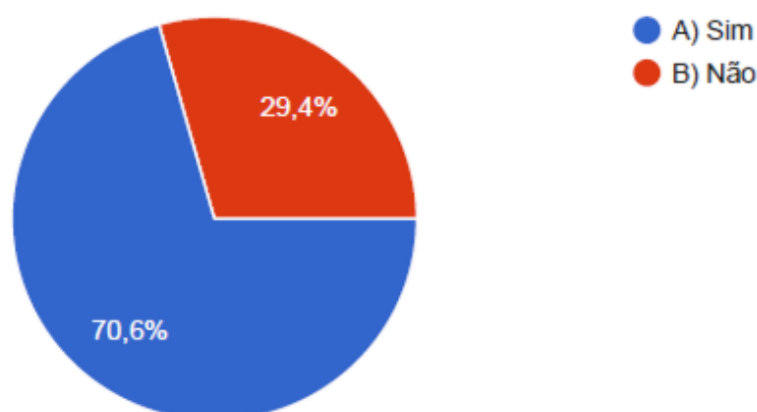
Hartmann e Maltempi destacam a importância de uma educação financeira voltada para “ações e diálogos críticos, acerca do contexto social, financeiro e econômico dos indivíduos, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em que vivem, possibilitando tomadas de decisão conscientes” (2021, p. 19). Para isso, os autores sugerem que sejam considerados os aspectos econômicos, financeiros, sociais, culturais e comportamentais.

Nesse sentido, a fim de ampliar a ‘Consciência Econômica’ dos professores em todos os aspectos propostos pelos autores, mostra-se relevante o desenvolvimento de programas de formação docente sobre o tema. Isso se justifica porque os dados da pesquisa indicam a necessidade de abordar com os docentes tanto os aspectos financeiros pessoais quanto a compreensão mais abrangente dos fenômenos econômicos.

Indubitavelmente, o sujeito educado financeiramente propende a construir sua ‘Consciência Econômica’ de forma que possibilite a planejar, executar e realizar suas metas pessoais no universo das finanças e moldar seu comportamento perante a sociedade consumista (Bauman, 2008). Dessa maneira, a educação financeira trabalhada no âmbito escolar ou fora dele, pode construir pontes capazes de consolidar a ‘Consciência Econômica’.

Torna-se relevante ressaltar que a consciência tende a ser algo imaterial, podendo ser desenvolvida e aprimorada ao longo do tempo por meio de estudos, leituras, experiências práticas e interesses pela economia e suas implicações. Nesse caminho, finalizando o instrumento de pesquisa, na vigésima quinta pergunta os professores foram questionados quanto a se considerarem uma pessoa com ‘Consciência Econômica’, conforme demonstrado no Gráfico 20:

Gráfico 20 - Você se considera uma pessoa com ‘Consciência Econômica’?



Fonte: Google Formulário de Pesquisa (2023)

Os dados sinalizam que a maioria dos professores (70,6%) se consideram com ‘Consciência Econômica’. Em tese, esses profissionais possuem condições para desenvolver a educação financeira como tema transversal paralelamente ao seu componente curricular. Essa percepção também pode ser fundamentada na décima segunda pergunta, em que 70,6% dos

professores indicaram que são a favor da educação financeira como tema transversal, conforme já demonstrado.

Na pergunta anterior, observou-se que a maioria das respostas sobre ‘Consciência Econômica’ se enquadrou no grupo Diretrizes da Educação Financeira, indicando uma compreensão mais restrita do conceito. No contexto da vigésima quinta pergunta, é compreensível que a maior parte dos participantes (70,6%) tenha se identificado com ‘Consciência Econômica’, pois provavelmente estavam se avaliando em relação a seus conhecimentos e habilidades financeiras pessoais.

O fato de 29,4% dos participantes não se considerarem pessoas com ‘Consciência Econômica’ pode indicar uma compreensão ainda bastante limitada do conceito. Isso, em tese, justifica o resultado de 11,8% de professores com situação financeira descontrolada (décima sexta pergunta), pois sugere que esses professores não têm a ‘Consciência Econômica’ desenvolvida. Possivelmente esses professores tendem a encontrar dificuldades no planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas sobre a educação financeira.

Para que o processo de ensino da educação financeira pensada na transversalidade, possa proporcionar aos discentes um ambiente que seja integrador e capaz de promover uma leitura crítica frente ao consumismo e sua relação com o dinheiro, o docente deve apresentar um perfil que combine conhecimentos em finanças, habilidades de comunicação, capacidade de adaptar-se ao público, promoção do pensamento crítico, atitude ética e responsável, além de um compromisso contínuo com a atualização profissional.

Vale destacar que o trabalho com os temas transversais “embora favoreça a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, garantem que os procedimentos e conceitos próprios de cada componente sejam preservados” (Minas, 2018, p. 472). Essa perspectiva mostra que a integração curricular não deve significar a perda da identidade dos componentes, mas sim o estabelecimento de conexões e diálogos que enriqueçam o processo de ensino e aprendizagem.

O desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ entre os professores é fundamental para promover uma abordagem mais integrada e contextualizada do ensino transversal da educação financeira nas escolas, permitindo que os estudantes compreendam os fenômenos econômicos em sua amplitude e apliquem esses conhecimentos de forma significativa em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa buscou-se compreender de que maneira os professores do 3º ano do ensino médio de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, articulam o conhecimento e a disseminação da educação financeira, através de ações pautadas na ‘Consciência Econômica’? Para responder à pergunta de pesquisa, este trabalho teve como objetivo geral compreender a relação entre o conhecimento e a ‘Consciência Econômica’ dos professores de uma escola da rede pública estadual do norte de Minas, bem como os desafios de trabalhar a educação financeira como tema contemporâneo transversal.

Tendo em vista a consecução do objetivo geral, este foi detalhado nos seguintes objetivos específicos: mapear a percepção dos professores acerca do conhecimento sobre economia; relacionar a ‘Consciência Econômica’ dos docentes com o tema contemporâneo transversal (BNCC) que versa sobre o ensino da educação financeira nas aulas do Ensino Médio; promover uma discussão teórica sobre os documentos oficiais que normatizam o trabalho da educação financeira como um tema transversal.

Utilizando o questionário como instrumento de pesquisa os participantes foram indagados sobre suas práticas e compreensões em relação a temas que pudessem responder à pergunta de pesquisa. No que tange à percepção dos professores acerca do conhecimento sobre economia, os resultados dessa pesquisa revelaram que eles parecem estar mais voltados para aspectos relacionados às suas finanças pessoais. Eles demonstram certo grau de entendimento sobre macroeconomia e taxas de juros, porém existe uma lacuna quando se trata de conhecimentos sobre investimentos.

Essa abordagem mais centrada nas questões financeiras individuais pode, em parte, explicar a relativa estabilidade financeira observada na maioria dos professores. No entanto, para desenvolver uma ‘Consciência Econômica’ mais robusta e crítica seria importante ampliar o conhecimento e as estratégias relacionadas a investimentos e aos aspectos macroeconômicos.

O desenvolvimento de uma ‘Consciência Econômica’ mais abrangente poderia fortalecer os planejamentos financeiros individuais dos professores e, subsequentemente, refletir-se em uma educação financeira mais completa e eficaz para os estudantes. Isso significa que investir na formação docente pode trazer benefícios tanto no âmbito individual quanto para a abordagem da educação financeira em sala de aula.

A formação docente pode ocorrer por meio de políticas públicas que favoreçam a participação dos docentes, como também, por iniciativas individuais de estudos. A pesquisa

indicou que a maioria dos docentes têm preferência por capacitações constantes. Isso indica que estão dispostos a aprofundar seus conhecimentos financeiros, desde que haja oportunidades regulares de desenvolvimento nessa área. No entanto, pode-se inferir uma certa passividade em relação à busca individual pelo conhecimento. Ou seja, embora demonstrem interesse em se capacitar, os professores não parecem estar proativamente buscando ampliar sua ‘Consciência Econômica’ por conta própria.

Essa postura mais passiva em relação ao aprimoramento de seus conhecimentos financeiros pode, em tese, distanciá-los de uma ‘Consciência Econômica’ mais desenvolvida, pois isso requer não apenas a participação em oportunidades de formação, mas também uma postura ativa de pesquisa, estudo e reflexão individual sobre os temas relacionados. Assim, compreende-se que, além de fornecer oportunidades regulares de desenvolvimento aos professores, é importante fomentar uma mentalidade proativa e autônoma em relação à ampliação de sua ‘Consciência Econômica’. Isso poderia contribuir ainda mais para que eles se tornem agentes de uma educação financeira transformadora para os estudantes.

No que tange à relação da ‘Consciência Econômica’ dos docentes com o tema contemporâneo transversal previsto na BNCC, sobre o ensino da educação financeira nas aulas do Ensino Médio, a pesquisa apurou que é possível estabelecer uma relação direta entre ambas. A BNCC estabelece que a educação financeira deve ser trabalhada de maneira transversal, nas diversas áreas do conhecimento, ao longo da Educação Básica (BRASIL, 2018), isso significa que os professores, independentemente da disciplina que lecionam, têm a responsabilidade de abordar conceitos e desenvolver competências relacionadas à micro e macroeconomia, à gestão financeira pessoal e à tomada de decisões conscientes.

Entretanto, os resultados da pesquisa indicam que quase metade dos docentes não estão cumprindo essa diretriz curricular ao não trabalharem o tema transversal da educação financeira junto ao seu componente curricular e ao afirmarem que não há uma articulação direta entre eles. Percebe-se que muitos educadores ainda não compreenderam plenamente a importância de integrar a educação financeira de forma interdisciplinar, ou talvez encontrem dificuldades em fazê-lo de maneira efetiva.

Essa dificuldade pode ser atribuída à falta de familiaridade com abordagens interdisciplinares ou à falta de recursos e materiais adequados para integrar a educação financeira em seus componentes curriculares. Embora os docentes afirmem ter uma certa familiaridade com temas relacionados à educação financeira, eles ainda enfrentam desafios na

efetiva transposição didática e na integração desses conteúdos de forma significativa e interdisciplinar em suas práticas pedagógicas.

Essa situação indica que os educadores pesquisados ainda não possuem domínio aprofundado e consolidado dos temas transversais, podendo comprometer a qualidade e a eficácia com que eles são abordados em sala de aula. Para Alvarado-Prada, Thaís Freitas e Cinara Freitas, “a escola é o espaço onde as pessoas, individual e coletivamente, interagem com o mundo do conhecimento para conhecer o mundo” (2010, p. 370), portanto é necessário que os professores estejam preparados para contribuir com a formação integral do discente. Nessa toada, os resultados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de programas de formação e fornecimento de recursos adequados, que fortaleçam a ‘Consciência Econômica’ dos professores e melhorem a abordagem da educação financeira em sala de aula.

A integração da educação financeira nos diferentes níveis e instâncias do sistema educacional evidencia seu reconhecimento como um conteúdo fundamental para a formação dos estudantes. Ao percorrer diversas áreas do conhecimento, a educação financeira oportuniza aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a compreensão e o exercício de uma cidadania financeira consciente e responsável.

Visando promover uma discussão teórica sobre os documentos oficiais que normatizam o trabalho da educação financeira como um tema transversal, identificou-se que diversos documentos oficiais normatizam o tema em sala de aula, evidenciando sua importância e o compromisso de integração em diferentes instâncias do sistema educacional.

No âmbito nacional foram verificadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A LDB enfatiza a importância da formação integral dos estudantes, buscando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade (Brasil, 1996). Nesse contexto, a educação financeira pode ser compreendida como parte da educação para a cidadania, estando alinhada com os objetivos gerais previstos na LDB. Essa definição abre espaço para a incorporação da educação financeira como um conteúdo transversal, permitindo sua integração de forma contextualizada e significativa.

A BNCC define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes e reforça a necessidade de uma abordagem transversal da educação financeira. Nesse sentido, a BNCC orienta que a educação financeira seja trabalhada de maneira interdisciplinar, permeando diferentes áreas do conhecimento e possibilitando aos estudantes uma compreensão integrada e contextualizada do assunto (Brasil, 2019).

No âmbito estadual, alinhado às normativas federais, o Currículo de Referência de Minas Gerais também evidencia a importância da educação financeira como um tema transversal. Esse documento ressalta que a inserção dos temas transversais no currículo deve ocorrer por meio do diálogo com as diferentes áreas do conhecimento e as diversas realidades dos estudantes (Minas Gerais, 2018). A diretriz reforça o compromisso do sistema educacional mineiro em promover a integração da educação financeira de forma interdisciplinar.

A abordagem favorável ao ensino transversal presente na LDB, na BNCC e no Currículo Referência de Minas Gerais permite que os discentes estabeleçam conexões entre os conteúdos acadêmicos e sua aplicação prática na vida cotidiana. Entretanto, ao realizar a leitura das normativas internas do estabelecimento de ensino, ou seja, do Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP) e do Regimento Escolar, não foram encontradas informações referentes ao trabalho com os temas transversais, tampouco sugestões sobre atividades pedagógicas que pudessem contribuir na troca de conhecimentos e experiências sobre a educação financeira em sala de aula.

Essa lacuna pode ser um dos indicadores a comprometer a efetiva implementação do tema transversal da educação financeira nas salas de aula, uma vez que os professores não dispõem de orientações claras e apoio na abordagem da educação financeira de forma transversal. É essencial que as instituições de ensino desenvolvam estratégias e ações concretas, delineadas em seus documentos norteadores, para garantir que a educação financeira seja consolidada como um componente fundamental para a formação integral e cidadã dos estudantes.

Diante do exposto, tendo como referência os fenômenos investigados, as hipóteses levantadas inicialmente, foram confirmadas, ou seja: o professor do ensino médio possui pouco conhecimento sobre economia e educação financeira; não aborda temas relacionados à economia em sala de aula porque não possui formação para tal; não há incentivo à informação sobre educação financeira no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o que pode levar o professor a não se comprometer com o desenvolvimento de sua 'Consciência Econômica'.

Os professores demonstraram limitações consideráveis quanto à educação financeira. Não foram identificadas atividades pedagógicas relacionadas à educação financeira no PPP e no Regimento Escolar, indicando que os professores não possuem orientações e apoio para abordar esses temas em sala de aula. Não há menção por parte dos participantes da pesquisa sobre políticas de formação docente para trabalhar com a educação financeira como tema

transversal, sendo que sem o devido preparo, os professores tendem a não se sentirem à vontade para abordar esses assuntos.

Além disso, a investigação também revelou questões que requerem aperfeiçoamento por parte do corpo docente, incluindo maior conhecimento e compreensão dos professores sobre conceitos econômicos fundamentais, materiais adequados para o ensino da educação financeira, bem como a necessidade de maior apoio e formação por parte do sistema de ensino. A reflexão sobre os pontos que demandam melhorias é fundamental para orientar ações futuras no sentido de aprimorar o ensino da educação financeira e promover uma maior conscientização econômica entre os docentes e discentes.

Entre os participantes da pesquisa há uma equilibrada distribuição de gênero e a maioria dos professores possui uma vasta experiência no exercício da docência. Além disso, muitos professores trabalham na mesma escola por longos períodos, o que sugere um cenário favorável para o desenvolvimento de formações e projetos de longo prazo.

Com base na análise dos dados obtidos, as formações se tornaram inevitáveis, pois a maioria dos professores não recebeu informações adequadas em sua formação acadêmica ou acesso a programas de formação continuada sobre educação financeira. Isso sugere que a falta de conhecimento pode ser um dos desafios enfrentados pelos professores ao abordar a educação financeira em sala de aula de maneira transversal.

Além disso, a ausência de orientações sobre atividades pedagógicas relacionadas à educação financeira no PPP da escola indica que esse tema não está sendo tratado como um conteúdo transversal ou não recebeu o destaque necessário na estrutura curricular da instituição, tendo em vista que as normativas que orientam o PPP preveem que o documento contemple a realidade da escola. Esses resultados ressaltam a importância de investir em programas de formação continuada para os professores, com o objetivo de prepará-los adequadamente para abordar a educação financeira em sala de aula, tendo em vista que são eles “os responsáveis por mediar as relações de construção de conhecimentos” (Alvarado-Prada; Freitas, T.; Freitas, C., 2010, p. 370) nas salas de aula.

É essencial que a escola revise e atualize seu PPP para incorporar a educação financeira como um tema transversal, em conformidade com as orientações dos documentos oficiais. O PPP da escola deve “abarcas as diretrizes e perspectivas da BNCC e do Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais, considerando tais aspectos na definição do perfil, no planejamento das atividades nas escolas e nas suas metas e ações” (Minas, 2018, p. 9). Isso

proporcionará uma base sólida para que os professores possam integrar a educação financeira de forma consistente em sua prática pedagógica.

A revisão e atualização do PPP e do Regimento Escolar para incorporar a educação financeira como um tema transversal é um passo fundamental para promover a consistência e a integração dessa temática na prática pedagógica dos professores, devendo ser realizada com a participação de toda comunidade escolar. As normativas em vigor incentivam e orientam a construção do PPP a partir das diversas constatações, reflexões e orientações registradas (Minas, 2018), assim, ao incorporar a educação financeira nas normativas escolares, a instituição de ensino reconhece a importância desse tema para a formação integral dos estudantes e estabelece um compromisso institucional em promover e desenvolver as habilidades financeiras nos estudantes.

No PPP atualizado, é possível incluir diretrizes claras sobre como a educação financeira será abordada em cada etapa de ensino, quais competências e habilidades serão desenvolvidas, quais recursos serão utilizados e como será feita a articulação com as diferentes disciplinas. Dessa forma, poderá proporcionar uma base sólida para que os professores planejem suas aulas, atividades e projetos de forma consistente, garantindo que a educação financeira seja abordada de maneira integrada e contextualizada em toda a escola (Minas Gerais, 2018).

O PPP e o Regimento Escolar atualizados servirão como guias para a formação continuada dos professores, orientando-os sobre os conhecimentos e práticas necessários, facilitando o desenvolvimento da 'Consciência Econômica'. Essa formação pode incluir o desenvolvimento de estratégias de ensino, a seleção de recursos e materiais didáticos adequados, bem como a compreensão dos conceitos econômicos fundamentais a serem trabalhados de forma adequada e engajadora.

Os profissionais capacitados têm maior confiança para promover a educação financeira em sala de aula, além de estarem mais preparados para responder às dúvidas e necessidades dos estudantes. É importante que a instituição de ensino e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, órgãos responsáveis pela formação docente, reconheçam a relevância da educação financeira como tema transversal e priorizem a formação dos professores nesse campo. Ao fornecer a preparação necessária, os educadores poderão abordar essa temática de forma mais efetiva.

É importante ressaltar a relevância do Programa Trilhas de Futuro - Professores do Governo de Minas Gerais, que tem como objetivo oferecer aos docentes da rede a oportunidade de participar de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O

programa visa ampliar a formação continuada dos educadores, conforme descreve o Currículo Referência de Minas, sinalizando que:

perspectiva de aproximação e fortalecimento da parceria em outros campos da política educacional, como é o caso da formação continuada de educadores. Desse modo, tendo um Currículo Referência construído a partir de amplo diálogo, entendemos ser possível também a configuração de propostas de formação continuada que ampliem a noção de territórios educativos, possibilitando intercâmbios e trocas de experiências entre educadores de um mesmo território (Minas Gerais, 2018, p. 6).

Ao promover a participação dos docentes em cursos de pós-graduação, o Programa Trilhas de Futuro contribui para elevar a qualidade da educação em Minas Gerais. Os professores beneficiados têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos, adquirir novas competências e aplicar as aprendizagens em suas práticas pedagógicas, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

A falta de formação e a ausência de orientações claras podem representar desafios significativos para os professores ao abordar a educação financeira. Com base no cenário pesquisado, é possível inferir que pode haver uma falta de troca de experiências entre as diversas áreas do conhecimento sobre o tema da educação financeira. Isso pode ocorrer devido à ausência de uma abordagem integrada e interdisciplinar no ensino desse assunto.

A educação financeira é um tema que pode ser explorado e relacionado a todas as áreas do conhecimento. No entanto, se não houver um espaço para a troca de experiências e o compartilhamento de práticas entre os professores das diferentes áreas, a abordagem da educação financeira pode se restringir a uma única disciplina ou ser tratada de forma isolada em cada uma delas.

A falta de troca de experiências entre os professores pode resultar em uma abordagem fragmentada da educação financeira, em que cada professor aborda aspectos específicos do seu componente curricular, sem uma visão ampla e integrada. Isso pode limitar a compreensão dos estudantes e comprometer o desenvolvimento da 'Consciência Econômica'. Para superar essa limitação, é essencial que a Secretaria de Estado de Educação e a gestão escolar promovam espaços de diálogo e colaboração entre os professores dos diferentes componentes curriculares para compartilhar experiências, estratégias e recursos. A troca de experiências pode ocorrer por meio de reuniões pedagógicas, grupos de estudo, projetos interdisciplinares, inclusive nos espaços informais, como em uma leitura paralela, telejornais, entre outros.

Os estudos mercadológicos que apontam altos níveis de endividamento e inadimplência na população brasileira destacam a importância e a urgência de disseminar a ‘Consciência Econômica’ dos docentes. Esses dados reforçam a necessidade de promover uma cultura crítica em relação ao consumismo e ao gerenciamento dos recursos financeiros, visando melhorar a saúde financeira das pessoas e reduzir os problemas relacionados ao endividamento excessivo (Mendes, 2015).

A falta de conhecimento e habilidades em educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras inadequadas, contrair dívidas desnecessárias, não planejar o orçamento pessoal e familiar e não ter uma visão crítica em relação ao consumismo. Com a ‘Consciência Econômica’ desenvolvida, as pessoas poderão tomar decisões mais conscientes e responsáveis em relação ao seu dinheiro, demonstrando o desenvolvimento de habilidades, como o planejamento financeiro, a criação de orçamentos, o entendimento sobre juros e financiamentos, a capacidade de poupar e investir de forma adequada, a compreensão dos riscos e benefícios de diferentes produtos e serviços financeiros, entre outros aspectos relevantes.

Ao aliar os conteúdos acadêmicos à sua aplicação prática no cotidiano, a abordagem transversal da educação financeira contribui para a preparação dos estudantes para os desafios da vida em sociedade, no entanto, essa diretriz precisa ser efetivamente implementada. Observa-se que uma abordagem eficaz para desenvolver a ‘Consciência Econômica’ requer não apenas a formação dos professores, mas também o interesse deles em se capacitarem; políticas de apoio à formação docente; a disponibilidade de materiais pedagógicos adequados; uma quantidade suficiente de aulas dedicadas ao tema; um ambiente escolar que promova o interesse e o engajamento de todos; a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento; um sistema de ensino pautado em políticas públicas eficazes e uma gestão escolar comprometida.

Havendo o apoio necessário, os professores poderão articular de maneira eficiente o conhecimento e a disseminação da educação financeira, desenvolvendo a sua ‘Consciência Econômica’ e contribuindo para a formação integral e cidadã dos estudantes, em consonância com as diretrizes da BNCC.

A partir dos resultados apresentados nesta pesquisa, é possível apontar algumas possibilidades de desdobramentos para futuras investigações, as quais poderão contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre a integração da educação financeira e o desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’, especialmente no contexto da rede pública estadual do norte de Minas Gerais. Um possível desdobramento seria ampliar o escopo da pesquisa, incluindo um número maior de escolas e professores da rede pública estadual do norte

de Minas Gerais, o que permitiria obter um panorama mais abrangente sobre a integração da educação financeira no ensino médio nessa região.

Outra possibilidade de desdobramento é realizar um estudo longitudinal, acompanhando a mesma instituição de ensino e seus professores ao longo de um período de tempo, a fim de abordar a Teoria da Economia Comportamental, analisando os vieses de ancoragem e enquadramento, o qual aborda que as decisões são fortemente influenciadas pelo modo como as opções são apresentadas e a procrastinação e autocontrole limitado que leva as pessoas à dificuldade em tomar decisões que exigem autocontrole a longo prazo. A análise da Teoria Comportamental possibilitaria avaliar a evolução das práticas pedagógicas relacionadas à ‘Consciência Econômica’ dos docentes.

Futuras pesquisas também poderiam incorporar a perspectiva dos estudantes do ensino médio, investigando suas percepções, conhecimentos e envolvimento com as atividades de educação financeira desenvolvidas em sala de aula. Essas abordagens podem revelar lacunas e oportunidades importantes para o aprimoramento das práticas docentes.

Assim, esta pesquisa não busca estabelecer uma verdade sobre a articulação do conhecimento e a disseminação da educação financeira pelos professores. Pelo contrário, seu propósito é contribuir para o desenvolvimento da ‘Consciência Econômica’ desses professores. Ao fazer isso, espera-se que essa pesquisa possa fornecer subsídios e perspectivas que beneficiem tanto os docentes quanto seus estudantes, promovendo uma educação financeira mais abrangente e eficaz dentro do contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ**, p. 367-387, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2010000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 dez. 2023

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Boletim Regional do Banco Central, Economia mineira, p. 75-80, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201810/br201810b3p.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Síntese dos Padrões Monetários Brasileiros. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf> Acesso em: 5 maio 2023

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatística de Meios de Pagamentos. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos> Acesso em: 10 maio 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012012000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**. Estabelece: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 2010a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN72010.pdf?query=INOVA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 23 nov. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação financeira - FBEF, Brasília, 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10393&ano=2020&ato=d63MzY65EMZpWTe90>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: https://deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano_Nacional_de_Educacao_Linha_De_Base.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84261-base-nacional-comum-curricular-ensino-medio-bncc-em>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: propostas de práticas de implementação. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos híbridos a outros contributos. **Medi@ções**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 10–25, 2014. DOI: 10.60546/mo.v2i2.68. Disponível em: <https://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>. Acesso em: 20 set. 2023.

BUSS, Larissa da Silva; AMORIM, Gabriela Vicente de. Educação financeira: a importância da sua inclusão no processo de ensino aprendizagem desde o ensino fundamental. Monografia do Curso de Graduação em Matemática da Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão/SC, p. 62. 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16278>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CHIARELLO, Ana Paula Rohrbek; DOS SANTOS BERNARDI, Luci. Educação financeira crítica: novos desafios na formação continuada de professores. **Boletim Gepem**, n. 66, p. 31-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/46>. Acesso em: 01 dez. 2023

CAMPOS, Fernando. **Consciência financeira**, 1º ed, São Paulo: Editora Baraúna, 2015.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139. Acesso em: 16 fev. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo. 2008.

CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. Compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar–RAUnP**, 2017.

CERNEV, Adrian Kemmer. **O futuro do dinheiro eletrônico**. GV-Executivo, São Paulo, v.16, n.2, p.43-45, mar/abr. 2017.

COMAZZETTO, Letícia Reghelin *et al.* A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 145–157, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sMTpRhKxjvNjr7wQV9wFksH/#>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 1, pág. 69-84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36841>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26881%26gt%3B>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. 2º. ed. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2007.

DA SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves. **Formação Econômica do Brasil: uma reinterpretção contemporânea**. Elsevier, 2012.

DA SILVA, Luciano Pereira; GANDARA, Lemuel da Cruz. Estímulos à educação financeira no ensino básico: um relato de prática da olimpíada brasileira de educação financeira. **Formação@ Docente**, v. 13, n. 2, 2021.

Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistasizabela/index.php/fdc/article/view/2233/1217>. Acesso em: 14 set. 2023

DE MEDEIROS COSTA, Caio César *et al.* Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/229>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DE MELO, Danilo Pontual *et al.* Diálogos entre a Educação financeira Escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental. **Em Teia–Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/250447>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DE OLIVEIRA CRUZ, José Marcos. Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1023-1042, set./dez. 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/177/Processo%20de%20ensino-aprendizagem%20na%20sociedade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 set. 2023.

DE VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 6º. Ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2019.

DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais e a economia nacional. **Cadernos Do Desenvolvimento**, v. 13, n. 23, p. 205-221, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/368>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FERREIRA, Juliana Cezário. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>. Acesso em: 9 jun. 2023.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. Editora Contexto, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, p. 215-243, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/FSQVS5Rg75RmpZ9dT3RR5CJ/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das letras, 2020.

GOIS, Antônio. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier Brasil, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HILL, Christopher S. Consciência. Tradução Alzira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HARTMANN, Andrei Luís Berres; MALTEMPI, Marcus Vinicius. A abordagem da Educação financeira na Educação Básica sob o ponto de vista de docentes formadores de futuros professores de Matemática. **Em Teia-Revista de Educação Matemática e**

Tecnológica Iberoamericana, v. 12, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250363>. Acesso em: 16 fev. 2024.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; GIAMBIAGI, Fábio. *Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018. 60 p. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14760>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Minas Gerais | Cidades e Estados. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 12 maio. 2023.

JUNIOR, Cales Alves da Costa; CLARO, Olga Maria Barreiro. Educação financeira: um instrumento de consciência econômica. **Em Teia-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 4, n. 3, p. 1-25, 2013. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/31928/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. Editora Record, 2011.

LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEÃO, Luana Barretos; SOTTO, Eder Carlos Salazar. A evolução dos meios de pagamento. **Interface Tecnológica**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/610/346>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. Brasileira, 1976.

KOSINSKI, Daniel Santos. A digitalização dos meios de pagamento: o pix e as central bank digital currencies em perspectiva comparada. **Textos de Economia**, v. 24, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/79020>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MATTAR, Fauze Najib, **Administração de varejo**, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 5.ed. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, Juliana de Souza. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. TCC apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada aos Negócios da UNISUL. Tubarão, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17715938-Juliana-de-souza-mendes-educacao-financiera-para-uma-melhor-qualidade-de-vida-orientador-prof-dr-jailson-coelho.html>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%Adculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação e Ânima promovem especialização em Educação financeira. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-educacao-e-anima-promovem-especializacao-em-educacao-financeira>. Acesso em: 24 nov. 2023.

MOMPEAN, Adriana, **Total de cheques compensados cai 79,8% em 20 anos.** FEBRABAN. 2016. Disponível em: <https://febrabantech.febraban.org.br/temas/banco-digital/total-de-cheques-compensados-cai-79-8-em-20-anos>. Acesso em: 10 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** Directorate for Financial and Enterprise Affairs. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar. **ResearchGate. Set**, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar. Acesso em: 16 fev. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 68–80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33239>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PERIN, Andréa Pavan; CAMPOS, Celso Ribeiro. Uma investigação sobre concepções acerca da educação financeira de alunos do ensino médio. *Revista de Educação Tecnológica Iberoamericana—Em Teia*, Recife, v. 13, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/254588>. Acesso em: 16 fev. 2024.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência.** Editora Vozes Limitada, 2013.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de projetos.** Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias”-Programa Salto para o Futuro, Setembro, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

REIS, Alexandre. Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo. **Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura**, v. 0, n. 0, p. 452–458, 2016. Disponível em: <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/185>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras. **Relações Internacionais**, v. 44, n. 1, pág. 25-35, 2014. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVEIRA, Andréa *et al.*, org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. 230 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SUDRÉ, Cleiton Rocha *et al.* Simulação computacional via ATPDraw das alternativas para expansão da capacidade de transmissão de energia elétrica na região de Jaíba e Janaúba em Minas Gerais. **Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 6, p. 2122-2136, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/40620>. Acesso em: 16 fev. 2024.

TAVARES, Fernando Oliveira; ALMEIDA, Luís Gomes. A Literacia Financeira: uma revisão de literatura. **Percursos & Ideias**, vol. 11, pp. 73-88. 2021. Disponível em: https://percuroseideias.iscet.pt/index.php/pi_2021_n11_0007/. Acesso em: 16 fev. 2024.

TEIXEIRA, Simone de Souza. **A educação financeira como tema transversal na educação básica**. 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/ae6b91fd-9ef9-40da-ba16-32e30457251f>. Acesso em: 23/11/2023

TEIXEIRA, Tarcisio. A duplicata virtual e o boleto bancário—efeitos da informática sobre os títulos de crédito. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 109, p. 329-345, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89237>. Acesso em: 16 fev. 2024.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, p. 221-246, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões De.; PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva Do Carmo (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. Niterói/São Paulo: Eduff/Hucitec, 2022.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; ZANETONI, Jaqueline de Paula Leite; VITA, Jonathan Barros. Inclusão financeira, inovação e promoção ao desenvolvimento social e econômico através do pix. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 61, p. 123-152, 2020. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4549>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: set. 14 de 2023.

SINGER, Paul, **O que é economia**, 7ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras**. Globo Livros, 2014.

APÊNDICE – A QUESTIONÁRIO: PROFESSORES DO 3º ANO ENSINO MÉDIO

1) Sexo:

A) Masculino;

B) Feminino.

2) Qual sua faixa etária (média de idade)?

A) Entre 21 a 30 anos;

B) Entre 31 a 40 anos;

C) Entre 41 a 50 anos;

D) Entre 51 a 60 anos;

E) Acima de 60 anos.

3) Qual o seu curso de graduação mais recente?

R_____

4) Qual seu grau de instrução mais recente?

A) Ensino Superior;

B) Pós-graduação lato sensu (especialização);

C) Pós-graduação stricto sensu (mestrado);

D) Pós-graduação stricto sensu (doutorado).

4.1) Qual o nome do curso de pós-graduação mais recente?

R_____

5) Tempo que atua na educação básica?

A) Menos de 01 ano;

B) De 01 a 03 anos;

C) De 03 a 05 anos;

D) De 05 a 10 anos;

E) De 10 a 20 anos;

F) Acima de 20 anos.

- 6) Qual nível de ensino você prefere atuar?
- A) Ensino Fundamental I (1ª ano ao 5º ano);
 - B) Ensino Fundamental II (6ª ano ao 9º ano);
 - C) Ensino Médio (1º, 2º e 3º).
- 7) Sobre os temas transversais da BNCC:
- A) Conheço todos e tenho domínio;
 - B) Conheço razoavelmente todos, mas me falta domínio;
 - C) Conheço alguns e tenho domínio mediano;
 - D) Não conheço todos e não tenho domínio.
- 8) Sobre o tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal":
- A) Conheço profundamente e trabalho em sala de aula;
 - B) Conheço razoavelmente e trabalho em sala de aula;
 - C) Conheço pouco e trabalho em sala de aula;
 - D) Não trabalho em sala de aula.
- 9) Sobre a relação entre o tema transversal Sobre o tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal", e disciplina que ministrou:
- A) Há uma articulação direta, por isso fácil de ser trabalhada;
 - B) Há uma articulação, porém é difícil trabalhar;
 - C) Não há uma articulação direta, dificultando o trabalho interdisciplinar;
 - D) Não é possível trabalhar em minha disciplina.
- 10) Na sua graduação você considera que teve alguma formação básica sobre:
a educação financeira?
- A) Formação completa;
 - B) Formação mediana;
 - C) Formação básica;
 - D) Nenhuma formação.
- 11) Quais são os possíveis motivos que dificulta / impedem o ensino da educação financeira como tema transversal na sala de aula?

- A) Falta de capacitação para os docentes;
- B) Falta de material pedagógico;
- C) Quantidade de aulas insuficiente por componente curricular;
- D) O docente não acha relevante trabalhar com o tema;
- E) Falta de interesse dos discentes sobre o tema.

12) Dentre as alternativas, de que maneira a educação financeira trabalhada no ensino médio pode ser mais relevante na formação dos discentes?

- A) Sim sou a favor da educação financeira como tema transversal na sala de aula;
- B) Não acho relevante a educação financeira como tema transversal na sala de aula;
- C) Acho interessante o tema da educação financeira como tema transversal na sala de aula.

13) Sobre seu nível de conhecimento sobre Economia Nacional e Internacional:

- A) Possuo grande conhecimento;
- B) Possuo conhecimento mediano;
- C) Possuo conhecimento básico;
- D) Não possuo conhecimento.

14) Sobre seu nível de conhecimento sobre Finanças Corporativas:

- A) Possuo grande conhecimento;
- B) Possuo conhecimento mediano;
- C) Possuo conhecimento básico;
- D) Não possuo conhecimento.

15) Sobre seu nível de conhecimento sobre Finanças Pessoais:

- A) Possuo grande conhecimento;
- B) Possuo conhecimento mediano;
- C) Possuo conhecimento básico;
- D) Não possuo conhecimento.

16) Sobre sua vida financeira atualmente:

- A) Vida financeira excelente;
- B) Vida financeira estável;

C) Vida financeira descontrolada.

17) Quais temas abaixo você possui maior familiaridade?

- A) Taxas de juros;
- B) Investimentos;
- C) Macroeconomia;
- D) Finanças pessoais.

18) Sobre treinamentos e capacitações recebidos na temática de Educação Financeira:

- A) Recebi várias capacitações;
- B) Recebi capacitações esporádicas sobre o assunto;
- C) Nunca recebi capacitações sobre o assunto.

19) Em sua opinião, qual a melhor forma de se atentar às questões sobre Economia e Finanças?

- A) Capacitações constantes;
- B) Estudos por livros e artigos;
- C) Leitura de matérias online sobre o assunto;
- D) Visualização de telejornais.

20) Sobre os livros didáticos utilizados nas disciplinas que ministrou:

- A) Contemplam o tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal" de maneira clara;
- B) Contemplam o tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal", porém não está claro;
- C) Não contemplam o tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal".

21) Sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola que atuou, face ao tema transversal "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal":

- A) O PPP traz tanto o tema "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal", quanto como trabalha-lo em sala de aula;
- B) O PPP traz o tema "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal", mas não instrui como trabalha-lo;

- C) O PPP não traz o tema "ECONOMIA: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal", nem como trabalha-lo em sala de aula;
- D) Não conheço o PPP da escola que trabalho, por isso não posso opinar.

22) Estudar Educação Financeira, poderia levar o jovem a:

- A) Ter um controle financeiro;
- B) Não se endividar;
- C) Fazer uma reserva financeira;
- D) Melhoria de crédito;
- E) Tornar-se empreendedor;
- F) Independência financeira;
- G) Melhoria na qualidade de vida;
- H) Diminuição da criminalidade;
- I) Contribuição financeira à família;

23) Sobre sua segurança enquanto professor em abordar a temática sobre Educação Financeira em suas aulas:

- A) Sinto-me totalmente seguro;
- B) Sinto-me parcialmente seguro;
- C) Não me sinto seguro.

24) O que você entende por 'consciência econômica'?

R _____

25) Você se considera uma pessoa com 'consciência econômica'?

- A) Sim;
- B) Não.

ANEXO – A PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE A 'CONSCIÊNCIA ECONÔMICA', FACE À TRANSVERSALIDADE, DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO NORTE

Pesquisador: ANTONIO ELDI DE SA JUNIOR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67618023.8.0000.5102

Instituição Proponente: FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.995.940

Apresentação do Projeto:

As escolas se destacam na disseminação dos conhecimentos acerca da educação financeira. Para que as escolas possam contemplar o assunto em seus currículos, seria prudente que os professores estivessem preparados. Diante desse panorama, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o conhecimento e a 'consciência econômica' dos professores do ensino médio da Escola X e a sua aptidão para trabalhar com o tema contemporâneo transversal da educação financeira. A pesquisa se sustentará em leituras exploratórias das obras dos autores Cunha (2020), Fartes (2006), Savoia (2007), entre outros, bem como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico e as legislações educacionais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Minas Gerais. A pesquisa assume a característica qualiquantitativa, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como técnica de interrogação o questionário. Assim, a pesquisa se torna relevante para que se possa pensar em ações pedagógicas que ofereçam condições sólidas para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de compreender a importância do planejamento econômico frente aos recursos que possui.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o conhecimento e a 'consciência econômica' dos professores do ensino médio da

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo

Bairro: Fátima I

CEP: 37.554-210

UF: MG

Município: POUSO ALEGRE

Telefone: (35)3449-9248

E-mail: pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 5.995.940

Escola X e a sua aptidão para trabalhar com o tema contemporâneo transversal da educação financeira.

Objetivo Secundário:

- Mapear o conhecimento econômico dos professores do ensino médio da Escola X;
- Verificar o currículo de graduação dos professores pesquisados para levantar componentes curriculares relacionados com a pesquisa;
- Relacionar a 'consciência econômica' dos docentes com o tema contemporâneo transversal (BNCC) que versa o ensino da educação financeira nas aulas do ensino médio;
- Analisar a LDBEN, a BNCC, o Currículo de Minas, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, com vistas a averiguar a existência de deliberações, por parte do sistema de ensino, acerca do trabalho com a educação financeira e/ou 'consciência econômica'.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os possíveis riscos que a pesquisa pode trazer consistem em desconfortos mínimos, como cansaço, desconforto pelo tempo gasto nas respostas ao questionário, e a retomada memorial de algumas sensações diante do vivido com situações desgastantes. Caso tal situação venha a ocorrer, os participantes poderão interromper o procedimento, como for necessário, desde que provisoriamente ou definitivamente.

A pesquisa oferece ainda risco de identificação dos participantes. Visando minimizar possível situação, os pesquisadores utilizarão pseudônimos ao referir-se aos participantes da pesquisa, se comprometendo com o sigilo absoluto da identidade do público pesquisado. Os benefícios ao participante serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a compreender o conhecimento e a 'consciência econômica' dos professores e a sua aptidão para trabalhar com a educação financeira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa mostra-se relevante e atual ao problematizar como os temas transversais, tendo como alvo a educação financeira, são abordados no ensino regular. Busca estabelecer uma investigação sustentada e bem direcionada sobre como os docentes lidam com a questão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo

Bairro: Fátima I CEP: 37.554-210

UF: MG Município: POUSO ALEGRE

Telefone: (35)3449-9248

E-mail: pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 5.995.940

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está de acordo com o que espera e cumpre os preceitos éticos da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2094183.pdf	27/02/2023 15:03:34		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	27/02/2023 14:58:17	ANTONIO ELDI DE SA JUNIOR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/02/2023 14:38:44	ANTONIO ELDI DE SA JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.pdf	25/02/2023 14:38:26	ANTONIO ELDI DE SA JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeAnuencia.pdf	25/02/2023 14:37:42	ANTONIO ELDI DE SA JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

POUSO ALEGRE, 11 de Abril de 2023

SILVIA MARA TASSO:13392822833 Assinado de forma digital por SILVIA MARA TASSO:13392822833
Dados: 2023.05.28 19:15:26 -03'00'

Assinado por:
Silvia Mara Tasso
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo
Bairro: Fátima I CEP: 37.554-210
UF: MG Município: POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-9248 E-mail: pesquisa@univas.edu.br